

Agostinho da Silva Lisboa

Felicidade e Satisfação com a Vida entre os idosos Europeus:
contributos para uma Sociologia do Bem-Estar Subjetivo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora
Doutora Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes Gunes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Novembro de 2015

Felicidade e Satisfação com a Vida entre os idosos Europeus: contributos para uma Sociologia do Bem-Estar Subjetivo

Agostinho da Silva Lisboa

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora
Doutora Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes Gunes

Membros do Júri

Professora Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Marianela Nunes Ferreira

Instituto de Saúde Pública, Faculdade de Medicina - Universidade do Porto

Professora Doutora Alexandra Cristina Ramos da Silva Lopes Gunes

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: ____ valores

Dedicatória

Ao Bernardo, o meu neto, que recentemente iniciou a sua caminhada... pela felicidade.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Résumé	viii
Índice de ilustrações	ix
Índice de tabelas	x
Introdução.....	1
Capítulo I - O conhecimento científico da felicidade (Bem-estar subjetivo)	4
1. A emergência da felicidade nas ciências sociais e na filosofia	4
2. O bem-estar subjetivo e a sociologia.....	7
2.1 A felicidade nos clássicos da sociologia	8
2.2 Quadros teóricos atuais e interdisciplinaridade do bem-estar subjetivo.....	16
A discussão teórica do bem-estar subjetivo.....	16
Capítulo II – Definição do objeto da investigação.....	25
1. Análise teórica sobre o envelhecimento	25
2. A discussão metodológica do bem-estar subjetivo.....	31
3. A discussão dos modelos de análise e enunciados proposicionais	33
4. Esquema conceptual e operacional.....	51
Capítulo III – Análise de dados.....	54
1. Caracterização sociodemográfica das amostras	54
2. À procura de elementos estruturantes da variação nos estados percebidos da satisfação com a vida e da felicidade.....	57
3. Os determinantes socioeconómicos da percepção da felicidade e da satisfação com a vida na população idosa (2002-2012): síntese multivariada	61
Os homens são mais felizes... acompanhados, com a carteira cheia e a respirar saúde.....	66
Haja “ <i>saudinha</i> ”... ..	68
O dinheiro não dá felicidade, mas... ..	71
Amigos, amigos... negócios à parte	72
Impactos recessivos no BES: alguns apontamentos sobre os efeitos da crise económica e financeira entre os idosos	75
Conclusão	77
Referências Bibliográficas	80
Anexo metodológico	87

Agradecimentos

Aos docentes do Curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tive o privilégio de ter e para quem este trabalho é a minha modesta prova de gratidão.

Ao Professor Doutor Rui Brites do Instituto Superior de Economia e Gestão, que está na génese da minha opção temática para esta dissertação, pela colaboração prestada no processamento informático da atribuição da tipologia de classes sociais aos respondentes da base de dados secundária usada na investigação.

À minha orientadora da dissertação, Professora Doutora Alexandra Lopes, que foi o meu farol sempre que as águas se tornaram bravas ou assustadoramente calmas e a timoneira, quando me aventurava por águas turvas.

Resumo

Esta dissertação debruça-se sobre a análise do Bem-Estar Subjetivo (felicidade e satisfação com a vida) nos idosos acima dos 60 anos de idade, em 12 países europeus, nos anos de 2002 e 2012. A investigação levada a cabo socorre-se de material empírico retirado de dados secundários provenientes do European Social Survey, para os anos mencionados. A abordagem desenvolvida procura problematizar a associação da expressão de felicidade e bem-estar a dimensões estruturais (idade e género), conjunturais (estado de saúde e experiência de viuvez), materiais (rendimento), relacionais (redes de sociabilidade e frequência religiosa) e institucionais (países), com o objetivo de avaliar a variação espaço-temporal das componentes do BES, as capacidades preditivas das dimensões referidas, num período temporal que contém a génese da atual crise global e as medidas tomadas a esse respeito. O enquadramento teórico desenvolvido compreende o conhecimento sociológico acerca do BES e do envelhecimento, com incursões teóricas por um leque amplo de ramos da Sociologia: família, género, saúde, relacionamento social e modelos de estado social.

Palavras-chave: Bem-estar, felicidade, satisfação, velhice, crise, estado social.

Abstract

This dissertation addresses the analysis of Subjective Well-Being (happiness and satisfaction with life) among the population over 60 years of age in 12 European countries in 2002 and 2012. It resorts to secondary data analysis of data from the European Social Survey. The overall objective of this dissertation is to discuss the nature of the association between Subjective Well-being and some selected structural dimensions (age and gender), events (health and widowhood experience), material conditions (income), relational aspects of life (social networks and religious frequency) and institutional milieus (countries), in order to assess the spatial and temporal variation of SWB components , the predictive capacity of the afore mentioned dimensions throughout a time period that contains the genesis of the current global crisis and the political measures taken in this regard. The theoretical framework draws on contributions from the literature on SWB, on aging, and on several fields of sociological theory with some emphasis on family, gender, health, social relationships and models of social state.

Keywords: Well-being, happiness, satisfaction, old age, crisis, welfare state

Résumé

Cette thèse porte sur l'analyse du bien-être subjectif (le bonheur et la satisfaction dans la vie) parmi la population de plus de 60 ans dans 12 pays européens en 2002 et 2012. Il recourt à l'analyse de données secondaire des données de l'Enquête sociale européenne. L'objectif général de cette thèse est de discuter la nature de l'association entre le bien-être subjectif et certaines dimensions structurelles sélectionnées (âge et sexe), des événements (la santé et l'expérience du veuvage), les conditions matérielles (revenu), les aspects relationnels de la vie (sociale réseaux et fréquence religieux) et des milieux institutionnels (pays), afin d'évaluer la variation spatiale et temporelle des composants du BES, la capacité prédictive des dimensions précitées pendant une période de temps qui contient la genèse de la crise mondiale actuelle et les mesures politiques prise à cet égard. Le cadre théorique se fonde sur les contributions de la littérature sur le BES, sur le vieillissement, et sur plusieurs domaines de la théorie sociologique avec une certaine insistance sur la famille, le sexe, la santé, les relations sociales et des modèles d'État social.

Mots-clés: bien-être, le bonheur, la satisfaction, crise du vieillissement, l'État-providence.

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Representação e enquadramento do conceito de bem-estar subjetivo.....	23
Ilustração 2 - Esquema dos modelos das regressões lineares múltiplas	52
Ilustração 3 - Felicidade e Satisfação com a Vida percebidas (2002-2012).....	57

Índice de tabelas

Tabela 1 - Modelo teórico de análise sociológica: esquema conceptual	17
Tabela 2-Teorias sociológicas do envelhecimento.....	26
Tabela 3-Modelo de análise de Veenhoven (2000).....	35
Tabela 4-Conclusões do modelo de análise de Veenhoven (2000).....	36
Tabela 5 - Distribuições sociodemográficas das amostras selecionadas (2002 e 2012).....	54
Tabela 6 - Distribuição de um conjunto selecionado de indicadores de posicionamento social em esferas relacionais (2002 e 2012)	55
Tabela 7 - Elementos de diferenciação da percepção de felicidade e satisfação com a vida (2002 e 2012)	58
Tabela 8 - Elementos de diferenciação na percepção da felicidade e satisfação com a vida: dimensão relacional (2002 e 2012).....	59
Tabela 9 - A geografia da felicidade e da satisfação com a vida (2002 e 2012)	60
Tabela 10 - Coeficientes de regressão linear – Satisfação com a vida em 2002	62
Tabela 11 - Coeficientes de regressão linear – Felicidade em 2002	63
Tabela 12 - Coeficientes de regressão linear – Satisfação com a vida em 2012	64
Tabela 13 - Coeficientes de regressão linear – Felicidade em 2012	65

Introdução

A felicidade e a satisfação com a vida andam de mãos dadas no léxico quotidiano e na literatura especializada. Uma aparece ligada à outra quando não mesmo assumem significados similares. O presente trabalho propõe-se analisar como uma e outra se relacionam com algumas dimensões da vida, numa faixa populacional acima dos 60 anos, entre 2002 e 2012, em 12 países da Europa, através dos dados obtidos pelo European Social Survey (ESS).

Se se considerar que a felicidade emana, numa perceção subjetiva, dos sentimentos e emoções originadas por acontecimentos da vida, já a satisfação com a vida pode considerar-se que resulta da avaliação cognitiva e igualmente subjetiva desses acontecimentos da vida. Poderia dizer-se que entre a felicidade e a satisfação com a vida existe um diálogo entre “coração” (afetividade) e “razão” (cognição). Na sociologia, este diálogo enforma o Bem-Estar Subjetivo (BES). Importará então avaliar, para o extrato populacional referido, que relações se vislumbrarão entre as condições materiais e imateriais (idade, sexo, saúde, rendimentos, estado civil, relacionamento social, atividade religiosa e nacionalidade), a perceção da felicidade e a avaliação da satisfação com a vida.

O período temporal em apreço corresponde aos dados mais antigos e mais atuais disponíveis no ESS, cobrindo, um período de tempo que vai desde antes do estalar da crise económico-financeira que tem assolado a Europa desde 2008 a um período já de pleno efeito das consequências dessa mesma crise. Terão os impactos da crise, não só na sua expressão económico-financeira mas também nas suas repercussões sociais e políticas, provocado alterações (o que se presume à partida) nas condições de vida dos europeus, acima dos 60 anos, com impacto na expressão da perceção de felicidade e na avaliação da satisfação com a vida?

É aqui que está, precisamente, a relevância sociológica do estudo da felicidade e da satisfação com a vida, na medida em que uma e outra se formam e resultam, ainda que subjetivamente consideradas ou geradas, das relações sociais conjunturais ou estruturais que compõem o meio ambiente dos indivíduos. Certamente que a subjetividade individual tenderá a valorizar diferentemente estes dois conceitos, já que o quadro de referência de cada indivíduo variará em função das suas características psicológicas, por um lado, e das suas vivências sociais e processos de socialização, por outro lado. Os graus de felicidade e de satisfação com a vida, expressos por cada indivíduo, transportam referenciais heterogêneos de

possibilidades, consoante as expetativas individuais e sociais que cada um se propõe e dispõe a atingir ou a reconfigurar.

A faixa etária em apreço possui algumas características específicas que, de algum modo, a poderá tornar especialmente vulnerável e sensível a alterações individuais e sociais: entraram ou estão à porta da vida inativa, no que respeita ao mercado de trabalho; ficaram dependentes economicamente das pensões e reformas; viram o seu núcleo familiar restrito reduzido, seja por morte, seja por saída dos descendentes do agregado familiar; as redes sociais de relações encurtaram em tamanho e intensidade; os cuidados de saúde começaram a ser cada vez mais frequentes. Sabemos que estas vicissitudes do envelhecimento não se repercutem de igual modo em toda a faixa etária, porquanto a velhice de cada indivíduo congrega em si a sua trajetória de vida, que determina tipos de vivências diferentes - o que não invalida a tendência para que, neste estágio da vida, se façam sentir com maior acuidade e importância as características acima referidas. Dito doutro modo, as dimensões da vida, anteriormente referidas, terão maior conexão com umas do que com outras, na percepção da felicidade e na avaliação da satisfação com a vida.

Estudar o bem-estar subjetivo nos idosos implica considerar a teorização sobre as suas componentes mas também considerar o *stock* de conhecimentos sobre o envelhecimento, a família, as redes de sociabilidade, a saúde, o capital económico e social, as discriminações de género, as estruturas sociais e as políticas públicas, entre outros. Nesta análise, a intradisciplinaridade e a interdisciplinaridade confluem de forma intensa numa rede de interconexões densa e complexa.

Propomo-nos estudar este fenómeno num período recente (2002 a 2012) durante o qual teve início (2008) a crise global atual (financeira, económica e social). Esta é uma crise que teve origem num conjunto de decisões políticas transnacionais, globalmente concertadas desde o último quartel do séc. XX (que o consenso de Washington sintetiza), em especial a desregulação financeira, a livre circulação de capitais, a “mercadorização” crescente das funções do Estado, a desregulação do trabalho, entre outras. Ao abrigo das medidas políticas de “combate” à crise financeira, produziram-se alterações substanciais nas relações “contratuais” dos cidadãos com o Estado, nomeadamente na faixa etária acima dos 60 anos de idade - ora vítimas do desemprego, ora vendo reduzidas as suas pensões e reformas ou ainda perdendo ou vendo dificultado o acesso aos regimes nacionais de saúde, aos cuidados médicos e ao apoio social institucionalizado. Neste cenário temporal e de figuração social, pretendemos saber que indicações nos dão as percepções da felicidade e da satisfação com a

vida, por um lado, e, por outro lado, com que intensidade e direção a realidade objetiva e percebida são determinantes para essas percepções. A realidade objetiva será medida pela idade, o género, a dimensão dos agregados familiares, o estado de viuvez, o rendimento, as nacionalidades; a realidade subjetiva será mensurada pelo autorrelato do estado de saúde, das relações de sociabilidade, da frequência religiosa, tentando com esta estrutura empírica atender aos preceitos teóricos do BES e do envelhecimento. Deste modo, esperamos encontrar indicações sobre a capacidade explicativa destes fatores com a felicidade e a satisfação com a vida mas também avaliar os efeitos que uns evidenciam sobre os outros e o papel desempenhado pelos países de origem, neste contexto.

No capítulo I daremos conta da emergência do bem-estar nas ciências sociais, com especial enfoque nos clássicos e fundadores da sociologia (Marx, Durkheim e Weber). Cada um deles propôs-nos visões distintas de análise social, complementares e contraditórias, mas com um poder explicativo estrutural que ainda hoje balizam as perspetivas de abordagem do real social.

No capítulo II faremos a discussão teórica dos conceitos envolvidos e dos quadros teóricos que suportam os modelos construídos para explicar a formação da felicidade e da satisfação com a vida. Aí sintetizaremos as conclusões dos estudos mais recentes para a explicação destes fenómenos, cujo debate central oscila entre as teorias pós-modernas, da valorização de estilos de vida e da realização individual, nas quais os valores assumem uma ação mais determinantes na formação da percepção da felicidade e na avaliação da satisfação com a vida e as perspetivas teóricas de pendor estruturalista que dão maior enfoque às determinantes sociais, que, consequentemente, condicionam a percepção da felicidade e a avaliação com a satisfação com a vida.

No capítulo III procederemos à análise dos dados, descritiva e multivariada, discutindo as capacidades determinantes das componentes do BES, as influências recíprocas das variáveis explicativas entre si e os reflexos da atual crise global.

Nas conclusões pretendemos destacar as dimensões da vida mais relevantes na construção do bem-estar subjetivo, as que manifestaram variações significativas entre 2002 e 2012, os efeitos dos modelos de Estado Social e as limitações dos indicadores subjetivos.

Capítulo I - O conhecimento científico da felicidade (Bem-estar subjetivo)

1. A emergência da felicidade nas ciências sociais e na filosofia

Tradicionalmente a literatura coloca a análise da felicidade nos domínios da biologia, economia, psicologia, filosofia e da sociologia. A eleição do bem-estar subjetivo (felicidade e satisfação com a vida) como objeto de estudo específico na sociologia é recente e sobre o mesmo nos debruçaremos adiante.

Na biologia, podemos encontrar abordagens com enfoque predominante na explicação da felicidade através da hereditariedade, mas também em processos de evolução natural, como, por exemplo, o envelhecimento físico. Veenhoven esclarece-nos, mas duvidando das conclusões:

“This variant holds that happiness is largely determined by an innate disposition to enjoy life or not. A spokesman of this view is Lykken (1999), who claims to have shown that 80??% is heritable. There is uncertainty about the nature of this disposition, some see that in the reward system of the brain and link it to positive or negative ‘affectivity’ while others hold secondary effects responsible, such as inborn physical health.” (Veenhoven, 2009: 7).

Outros estudos sustentam no mesmo sentido, que:

“O temperamento é definido como uma predisposição biológica de certos tipos de resposta que se manifesta desde cedo na vida e que tem uma forte componente genética. O temperamento acredita-se exercer um papel causal em predispor algumas pessoas a experienciar alto Bem-Estar Subjetivo e outras a experienciar baixo Bem-Estar Subjetivo. A evidência experimental sobre esta predisposição vem de estudos genéticos sobre a hereditariedade no Bem-Estar Subjetivo de Tellegen et al. (1988).” (Galinha, 2008: 126).

Na economia a felicidade pode ser analisada pela utilidade de fruição de bens (consumo) mas também pela utilidade marginal desse consumo. Segundo Samuelson & Nordhaus:

“Numa palavra, utilidade significa satisfação [...] Frequentemente, é conveniente pensar na utilidade como o prazer subjectivo ou o proveito que uma pessoa tem do consumo de um bem ou serviço. Mas devemos evitar totalmente a

ideia de que a utilidade é uma função psicológica ou um sentimento que possa ser observado ou medido. A utilidade é antes uma construção científica que os economistas usam para compreender como os consumidores racionais repartem os seus recursos limitados entre os bens que lhes proporcionam satisfação. Na teoria da procura dizemos que as pessoas maximizam a sua utilidade, o que significa que escolhem o conjunto de bens de consumo que mais lhe agrada.” (2005: 84-85).

Como a satisfação com o consumo de um bem não cresce proporcionalmente à quantidade consumida, diz-nos a lei da utilidade marginal decrescente que “à medida que a quantidade consumida de um bem aumenta a utilidade marginal desse bem tende a diminuir.” (Samuelson & Nordhaus, 2005: 85).

A precisão económica do conceito de “utilidade” (que no sentido do autor significa “satisfação”, embora para outros (Ng, 2003: 308) signifique “preferências”) aprimora-se no princípio da igualdade marginal ou da utilidade marginal:

“ [...] um consumidor com um rendimento fixo e perante os preços de mercado atingirá a satisfação, ou utilidade máxima, quando a utilidade marginal da última unidade monetária despendida em cada bem é exactamente igual à utilidade marginal da última unidade monetária despendida em qualquer outro bem.” (Samuelson & Nordhaus, 2005: 88).

Esta conceção económica da satisfação é transportável para outras dimensões, como o lazer. “Os princípios da escolha do consumidor sugerem que fará o melhor uso do seu tempo quando igualar as utilidades marginais do último minuto de cada actividade.” (Samuelson & Nordhaus, 2005: 89).

Historicamente, Samuelson localiza a noção de utilidade na primeira metade do séc. XVIII, enunciada por Daniel Bernoulli (Samuelson & Nordhaus, 2005: 86).

Yew-Kwang Ng, economista, critica esta identidade entre utilidade e satisfação:

“Welfare economics is incomplete as it analyzes preference without going on to analyze welfare (or happiness) which is the ultimate objective. Preference and welfare may differ due to imperfect knowledge, imperfect rationality, and/or a concern for the welfare of others (non-affective altruism). Imperfection in knowledge and rationality has a biological basis and the resulting accumulation instinct amplifies with advertising-fostered consumerism to result in a systematic materialistic bias, as supported by recent evidence on happiness and quality of

life.” (2003: 307).

Na linha de outras investigações, a utilidade económica revela preferência individual, enquanto a satisfação ou a felicidade expressam o saldo favorável dos afetos positivos sobre os afetos negativos.

“I regard my (net) happiness (over any period of time) as the excess of my positive affective feelings over my negative affective feelings (over that period of time)” (Ng, 2003: 309).

Na psicologia, o enfoque analítico incide sobretudo na capacidade adaptativa (cognitiva e afetiva) das pessoas (subjatividade) às circunstâncias que vivenciam, através dum processo de equilibração entre o desejado e o esperado. É predominante a conceção de que o Bem-Estar Subjetivo se constitui por duas componentes: cognitiva (satisfação com a vida) e afetiva (felicidade), comunicantes entre si. A psicologia assume como campo de estudo a componente afetiva, ligada às emoções positivas e negativas que se operacionalizam no conceito de Felicidade (Galinha & Ribeiro, 2005: 210-211). As dimensões de análise do conceito de afeto, estudadas pela psicologia, repartem-se pelo *afeto estado* (afetos positivos e negativos), pelo *humor* (ansiedade e depressão) e pelo *afeto traço* (personalidade) (Galinha & Ribeiro, 2005: 210; Albuquerque & Tróccoli, 2004: 160). A corrente da psicologia positiva assume que a psicologia deve, não apenas, cuidar do mal-estar mas também do bem-estar específico e, em consequência, investigar o Bem-Estar Subjetivo na sua componente afetiva (felicidade) *“y en predecir con exactitud los factores que pueden influir en dichos estados.”* (Herero, 2008: 19).

Na filosofia, a felicidade pode ser encarada como uma procura hedonista do indivíduo ou uma conduta virtuosa ao longo da vida conduzida pela razão (eudaimonia ou eudemonia). Platão e Aristóteles, na Grécia antiga, associaram a felicidade à virtude e a uma vida virtuosa (Dantas, 2015: 32). Com inspiração em Espinosa surge a associação entre felicidade e liberdade individual, alargando-se a uma ética da ação individual, em que são boas as ações que promovem a felicidade geral (2015: 33).

Na sociologia, a felicidade é conceptualizada como o bem-estar subjetivo resultante das condições sociais da existência, quer de ordem material, quer de ordem simbólica ou imaterial. Revelam-se duas perspetivas, encaradas ora como antagónicas ora como complementares: a perspetiva mais determinista e estrutural - das condições sociais da existência serem mais preditivas da perceção da felicidade; e a perspetiva mais acionista e pós-moderna - da construção da felicidade através da realização de projetos de vida,

individuais e hedonistas. A primeira assume uma concepção essencialmente moderna, enquanto a segunda se vincula numa concepção mais pós-moderna.

De qualquer forma, a percepção do bem-estar é subjetiva e, conseqüentemente, pode resultar em apropriações diferenciadas, apesar da semelhança das condições materiais. Os fatores considerados mais relevantes para a análise do bem-estar são a riqueza, o rendimento, o consumo, o trabalho, a família e os amigos, as circunstâncias da vida, a saúde, a idade, o estado civil, a educação, a religião (Bartram, 2012: 7, Fahey & Smyth, 2004: 17; Dantas, 2015: 184), entre outros.

Como veremos a seguir a multidimensionalidade do bem-estar subjetivo envolve intensamente várias disciplinas e áreas científicas, com especial destaque para a psicologia e a sociologia e, nesta, para áreas como as emoções, o consumo, o envelhecimento, o trabalho, a educação, a religião, a família e as políticas públicas.

2. O bem-estar subjetivo e a sociologia

Na sociologia, o estudo do bem-estar subjetivo, na sua componente afetiva (felicidade) e cognitiva (satisfação com a vida), tornou-se objeto de estudo específico e consistente muito recentemente, iniciando um percurso emancipatório das restantes sociologias. Como tantos outros objetos de estudo - muitos dos quais deram origem a disciplinas dentro da sociologia (trabalho, organizações, consumo, arte, cultura, envelhecimento, saúde, educação, família e género, desigualdades, pobreza e exclusão, etc.) – o estudo do bem-estar subjetivo é uma decorrência da evolução das sociedades, com que os clássicos da sociologia não se confrontaram.

Os clássicos e fundadores da sociologia, com os seus trabalhos de investigação e reflexão, alicerçaram as bases epistemológicas e metodológicas da sociologia como ciência, originando diferentes perspetivas de análise social. Estas visões macrosociais pretenderam demonstrar, compreender ou explicar quer a génese dos modelos de sociedade (em especial a capitalista), quer as estruturas e relações sociais que as caracterizam. Nas suas investigações, o bem-estar humano é o pano de fundo que está lá sem estar (Dantas, 2015: 34), isto é, a sua assunção encontra-se tão implícita como o ar que se respira. Tentaremos, brevemente, disto dar conta de seguida.

2.1 A felicidade nos clássicos da sociologia

É implicitamente assumido pelos clássicos (Marx, Durkheim e Weber) que os seres humanos desenvolvem um conjunto de ações que têm em vista a produção de bem-estar, quer numa dimensão material (satisfação de necessidades básicas, inerentes à sua sobrevivência e reprodução), quer numa dimensão imaterial ou simbólica (crenças religiosas, vivências sociais, paz, liberdade). A impossibilidade de obtenção dessas condições básicas degrada a existência humana, cuja constatação é uma evidência real do insucesso duma sociedade.

Engels, amigo de Marx, demonstra-o quando relata:

“Em Fevereiro de 1844, uma viúva de 60 anos, Theresa Bishop, foi recomendada, com a filha doente de 26 anos, aos cuidados do juiz do tribunal de polícia de Marlborough Street¹³. Habitava o n° 5 de Brown Street, Grosvenor Square, num pequeno quarto do pátio, que não era maior que um armário, e onde não havia um único móvel. Num canto estavam alguns trapos onde ambas dormiam; um caixote servia ao mesmo tempo de mesa e de cadeira. A mãe ganhava uns tostões trabalhando a dias; o proprietário disse que viviam naquela situação desde Maio de 1943, tinham vendido ou empenhado aos poucos tudo o que ainda possuíam, e apesar disso nunca tinham pago o aluguer. O juiz fez com que lhe dessem uma pensão de uma libra na Caixa dos Pobres.” (1975: 63)

A felicidade e a infelicidade são invocadas enquanto resultantes das más condições de vida duma parte significativa dos operários ingleses, em consequência da industrialização, no final da primeira metade do séc. XIX:

“Se quisermos conhecer pessoalmente os sofrimentos destes infelizes, se os observarmos a comer a sua magra refeição e os virmos curvados pela doença e pelo desemprego, descobrimos uma tal soma de angústia e de miséria que uma nação como a nossa deveria ter vergonha que tal seja possível.” (Engels, 1975: 62)

O que pretendemos evidenciar é que o desejo de bem-estar é assumido como “naturalmente” inerente à vida social do ser humano. Daí que a descrição de situações de miséria social se tornam também um incómodo moral, ético, de direito e político – social, portanto (Dantas, 2015: 37).

Não foi, contudo, a existência de porções significativas de populações carenciadas das mais elementares condições de vida que estiveram na origem da análise crítica da sociedade, encetadas por Marx e Engels. Estes, já anteriormente à descrição de Engels sobre a vida dos

operários ingleses, tinham iniciado o trabalho de investigação sobre a sociedade proveniente da revolução francesa e industrial. A sociedade erigida com a revolução industrial estabeleceu um novo modo de produção que, substituindo o anterior, produziu um novo sistema e estrutura social.

Para Marx, as sociedades definem-se pelo modo de produção que praticam. Cada modo de produção estabelece um conjunto de relações de produção que são determinantes na instauração de relações sociais. O modo de produção capitalista, a detenção dos fatores de produção e as suas relações de produção cristalizaram duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A primeira, enquanto detentora dos meios de produção, torna-se socialmente dominante, determinando o modelo estrutural da sociedade, através de instituições como o Estado, o exército, a justiça. A segunda, sob a áurea da liberdade individual, troca a sua força de trabalho por uma remuneração, segundo as relações de produção definidas pela primeira. Esta análise materialista da história é sujeita por Marx e Engels à lógica dialética, ao materialismo dialético, através do qual se vislumbra em cada ação a consequente reação e a superação desta contradição. Para o marxismo, a burguesia, enquanto detentora dos meios de produção, não só estabelece as condições/relações de produção e o aparelho ideológico do Estado, como formata e reforça uma classe dominada - os seus trabalhadores, o proletário. A intensificação do trabalho leva à expansão sucessiva da divisão do trabalho, o qual aprofunda a alienação do trabalhador, tornando-o mercadoria – o fetichismo (feitiço) da mercadoria (Marx & Engels, 1998; Marx, 2008).

O que nos importa (para o estudo do bem-estar subjetivo, através da felicidade e da satisfação com a vida) é perceber que, segundo Marx, a capacidade de satisfação das condições de existência do proletariado são bem menores do que a sua capacidade de produção. Ou seja, sustenta este clássico da sociologia que a contradição (dialética) entre os interesses da burguesia e do proletariado acentuar-se-á sucessiva e progressivamente, tendendo a ser superada pela eliminação destas relações de produção. Logo, pela substituição deste modo de produção. Até lá, o proletariado verá a sua capacidade emancipadora ser uma esperança vã e uma ilusão (falsa) do exercício da cidadania, da liberdade, da realização pessoal (Marx, 2008: 276; Marx & Engels, 2003: 33-35). Da felicidade, dizemos nós.

Não estudando o bem-estar subjetivo, Marx fala dele numa perspetiva material e simbólica (quando evoca o fim da exploração do homem pelo homem). E “afirma” que esse bem-estar é essencialmente resultante das condições materiais usufruídas pelos seres humanos (Dantas, 2015: 42). Neste sentido, o acesso ao bem-estar está intimamente ligado à

remuneração do trabalho e às condições de vida que essa remuneração possa permitir. Não significa isto que outras dimensões da vida (família, amigos, lazer) não possam contribuir para o mesmo. Apenas que a sua capacidade explicativa será maior quanto menor for a dependência da remuneração do trabalho.

Esta perspectiva de análise sociológica, pelo facto de ser dialética, não é especificamente estruturalista (no sentido durkheimiano). Entende, como os estruturalistas, que é a sociedade que determina os indivíduos, mas as contradições que os indivíduos sofrem dão-lhes a consciência *em si* e *para si*, da qual pode emergir a superação da contradição e um novo modelo social, um novo modo de produção. Para Marx, os indivíduos, enquanto classe social (o proletariado) têm nas suas mãos esse poder transformador. Transmutando para o bem-estar subjetivo, podemos induzir que a felicidade e a satisfação com a vida dependem essencialmente da sociedade, no modo de produção capitalista, embora haja alguma possibilidade de melhoria pela ação do indivíduo/classe. As sucessivas conquistas de regalias sociais pelos trabalhadores (redução de horário de trabalho, aumento de salário, direito a férias, proteção na saúde, apoio à família, etc.) ao longo do capitalismo são resultado dessa capacidade reivindicadora da classe trabalhadora. Lido em função do nosso tema, o bem-estar subjetivo em geral é o reflexo das lutas de classe e da acomodação, pela burguesia, dessas reivindicações.

Sintetizando, o bem-estar subjetivo e as suas componentes são, na lógica marxista, o resultado da melhoria das condições objetivas de vida e da alteração conjuntural das relações de produção.

Durkheim, sendo estruturalista é também funcionalista, isto é, entende que o indivíduo é um produto social, ao qual compete o desempenho de funções que lhe são socialmente requeridas, para a preservação da coesão e da solidariedade social (Durkheim, 1999: 416, 482-482). Com a industrialização, Durkheim considera que a divisão social do trabalho se intensificou, dando origem a sociedades de “solidariedade orgânica”, que sucederam às sociedades de “solidariedade mecânica”. Com estes conceitos sustenta que a divisão social do trabalho é mais do que a divisão do trabalho conceptualizada por Marx. A divisão social do trabalho estende-se não apenas à produção industrial, através da sucessiva especialização, mas também às mais diversas áreas (às artes, à cultura, à família e à economia em geral). A especialização profissional ou artística ou cultural ocorrem para dar satisfação às necessidades emergentes, de forma que a sociedade continue a funcionar como um organismo (Durkheim, 1999: 29, 430). Os indivíduos são os atores funcionais das determinações sociais, na medida

em que a colaboração recíproca representa a expressão da coesão social e da solidariedade. Ou seja, os indivíduos são impelidos a aceitar e a construir regras e normas de cooperação. Deste modo (e ligando ao nosso tema) o bem-estar subjetivo fica assegurado.

“Ela [a felicidade] não se toma maior porque a atividade se toma mais rica, mas é a mesma onde quer que essa atividade seja sadia. O ser mais simples e o ser mais complexo desfrutam de uma mesma felicidade, se realizam igualmente sua natureza.” (Durkheim, 1999: 236-237).

Quando tal não ocorre estamos perante fenómenos *anómicos* que a sociedade resolverá, como qualquer organismo resolve a presença duma doença. A “anomia” é a expressão da presença de desregulação social, de desintegração - de que o suicídio é um dos fenómenos sociais mais ilustrativo:

“ [...] se possuíssemos um fato objetivo e mensurável que traduzisse as variações de intensidade pelas quais esse sentimento [felicidade] passa, segundo as sociedades, poderíamos ao mesmo tempo medir as variações da infelicidade média nesses mesmos meios. Esse fato é o número dos suicídios.” (Durkheim, 1999: 239)

“ [...] um fenómeno [o suicídio] que é ligado não a determinadas circunstâncias locais e particulares, mas a um estado geral do meio social.” (Durkheim, 1999: 242)

Na análise durkheimiana, o bem-estar seria então o corolário do bom funcionamento orgânico da sociedade, sendo o carácter subjetivo apenas a inculcação individual das condicionantes sociais. A ausência de bem-estar social revelaria a “anomia” social – que está por trás do fenómeno do aumento do suicídio nas sociedades de solidariedade orgânica.

Weber, o terceiro clássico da sociologia, sustentou uma visão divergente dos anteriores clássicos. Para este autor, a sociedade resulta da ação dos indivíduos e do sentido atribuído por estes à ação. A sociedade é, nestes termos, o resultado das ações sociais e da racionalidade subjacente a elas. Daqui emergem as instituições até ao Estado. É o exercício da sua liberdade individual, expressa na relação social, que impulsiona o desenvolvimento das sociedades. O capitalismo é, na sua perspetiva, a decorrência de um conjunto de fatores materiais (existentes numa determinada região do mundo) que foram potenciados pela existência simultânea duma racionalidade (a ética protestante). Para Weber, o facto do acesso a estas condições materiais ter sido realizado por indivíduos detentores dum ascetismo secular (proveniente do calvinismo/pietismo) fez com que essa prática pudesse explorar as potencialidades materiais naturais e técnicas que se revelavam. Dito doutro modo, o modelo capitalista vencedor não

seria o mesmo se não fosse liderado por um conjunto de indivíduos cultivados numa religião protestante, que promovia o ascetismo secular como probabilidade de salvação divina. Mas esta racionalização específica do protestantismo calvinista traz consigo um “desencantamento do mundo”, que faz com que, segundo Raymond Aron:

“O que singulariza o universo em que vivemos é o desencantamento do mundo. A ciência habitua-nos a não vermos, na realidade exterior, mais do que um conjunto de forças cegas que podemos pôr à nossa disposição, mas sem que nada reste dos mitos e dos deuses com que o pensamento selvagem povoava o Universo. Neste mundo despojado de fascínio e cego, as sociedades humanas desenvolvem-se no sentido de uma organização cada vez mais racional e cada vez mais burocrática.” (2000: 533).

Este “desencantamento do mundo”, proveniente das concepções religiosas de “salvação do mundo”, encarnam a perspectiva teocêntrica da superioridade divina, que guia o ser humano na sua vida mundana. Os indivíduos, no mundo, precisam de o “salvar” (ao mundo), salvando-se. No caso do protestantismo essa (possibilidade de) salvação requer a demonstração prática da sua eficácia. Requer o máximo aproveitamento das suas atividades; requer a racionalização das suas ações quotidianas. A ciência e a tecnologia são as áreas que melhor expressam essa racionalidade, cuja capacidade de “dominação” do mundo acaba por ocupar o lugar dos dogmas teológicos. O ser humano assume assim e cada vez mais a construção do seu próprio destino, perdendo os referenciais teológicos, e encontrando novos referenciais, mas divergentes entre si.

Transpondo para o nosso tema, a obtenção de bem-estar é um processo de superação do nosso desencantamento do mundo, que pode ser obtido através das nossas ações e do sentido (racionalidade) atribuído. O bem-estar subjetivo é, portanto, relativo, já que ele se confronta com o nosso desencantamento subjetivo e as possibilidades de ação e racionalidade que lhe incutirmos.

Weber vê, no capitalismo, que esta “racionalidade social”, esta “burocratização”, impõe uma “perda de sentido” e “perda de liberdade”. “Perda de sentido” porque a *burocracia* atende à racionalidade, à razão, perdendo-se o objetivo superior da existência humana que a religião dava. “Perda de liberdade” porque a “racionalidade social” cria um espaço delimitado de ação, impedindo as ações que não façam sentido nesse espaço:

“A racionalidade ocidental representa para o homem uma “jaula de ferro”.

Embora tenha se libertado das forças divinas e naturais, o homem tornou-se

escravo de sua própria criação. Longe de estar livre, a racionalidade dos meios (já que o homem perdeu a racionalidade dos fins, ou seja, a capacidade de determinar o sentido da vida) tomou conta da existência. Se o calvinista fez do trabalho um meio em busca da salvação, a racionalidade inerente ao mundo industrial moderno fez do trabalho uma atividade cujo fim é ele mesmo. Trata-se de uma racionalidade que aumentou a produtividade, mas escravizou o homem.” (Sell, 2010: 130)

Em jeito de síntese, podemos concluir que, para Marx e Durkheim, a estrutura da sociedade capitalista mostra-se determinante na construção social do indivíduo, condicionando a ação. Com Marx essa ação pode gerar uma força transformadora da estrutura social (através da classe explorada e da consciência de classe), em consequência do exacerbamento das contradições e conflitos que gera. Em Durkheim, a estrutura social tenderá a funcionar numa forma orgânica e adaptando a ação dos indivíduos ao exercício de funções socialmente esperadas e desejadas. Já Weber indica-nos que o sistema social decorre das ações sociais dos indivíduos e do sentido atribuído, que o confinará a uma ação instrumental, burocrática, enjaulando-o. Para Weber, esta limitação racionalizada, destituirá o indivíduo de sentido e de liberdade. A sua conceção epistemológica da neutralidade da sociologia permite-lhe não antever forma de superação desse estado. Durkheim resolve a questão das disfunções sociais, a anomia (enquanto manifestação da ausência de normas sociais), através da rejeição orgânica da anomalia (o excesso de egoísmo) ou pela reconfiguração de novas funções sociais, produzindo novos equilíbrios, numa perspectiva conservadora do sistema. Já Marx propõe que as contradições insanáveis dos interesses das classes sociais, de que a alienação é uma das expressões, sejam superadas através da mudança social revolucionária, pela qual um novo modo de produção substitui o anterior, novas relações de produção e novas relações sociais, eliminando os constrangimentos estruturais que estiveram na sua génese.

Sem expressamente analisarem o bem-estar subjetivo (a felicidade e a satisfação com a vida, enquanto objeto de estudo) não nos restam dúvidas que a preocupação subliminar comum aos três paradigmas sociológicos é o desigual modo de vida das populações que formam a sociedade, as relações de poder e dominação, os conflitos existentes e a sua superação.

Mas entre os três clássicos existem em comum algumas dimensões consideradas nas suas análises.

A religião (e a sua importância na organização social) é relevante para todos eles.

Para Marx, a religião (“o ópio do povo”) é negativamente relevante para as classes

trabalhadoras, porque, através dela, se vinculam ideologias (falsas) de aceitação e resignação social, contribuindo para a alienação dos indivíduos:

“A supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião.” (2010: 145-146).

Para Durkheim, nas palavras de Sell, “esta força difusa, anônima e impessoal, mas, acima de tudo, superior, que os homens sentem que age sobre eles e à qual devem obediência, não passa de uma percepção não elaborada da força da sociedade sobre o indivíduo.” (2010: 96). Ou, por outras palavras, a religião é um conjunto de regras e práticas (ritos) a que o indivíduo se sujeita e que condicionam os seus comportamentos individuais e sociais.

Com Weber a religião assume uma importância maior. Por um lado, é corresponsável por um tipo de “ação social referente a valores”:

“ [...] a ação é determinada pela crença consciente no valor - ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado. O motivo da ação, neste caso, não é um interesse, mas um valor, indiferente aos resultados positivos ou negativos que ela possa ter. Neste caso, o indivíduo formula os objetivos da ação com base em suas convicções e escolhe os meios para realizar seus valores, sem considerar os efeitos e consequências que eles possam ter.” (Sell, 2010: 115).

Por outro lado, a religião e a ética protestante, em particular, estão na génese do “espírito do capitalismo”, como já referimos.

Outra dimensão igualmente constante nos clássicos é a importância da economia e da temática que em torno dela se desenvolve.

Se para Marx a importância do modo de produção, da detenção dos bens de produção e das relações de produção são determinantes das relações sociais e da estrutura da sociedade, isto é, se a infraestrutura determina a superestrutura, cujos resultados são a dominação duma classe (burguesia) sobre a outra (proletariado) com consequências sociais na existência desta, então a solução passa pela superação desse conflito, mudando o modo de produção, através da classe proletária.

Durkheim considera igualmente a importância da economia, sobretudo quando reflete sobre a divisão social do trabalho, nas sociedades de solidariedade orgânica. Para este autor a

relevância da divisão social do trabalho extravasa a componente económica já que ela, ao alargar-se a todas as dimensões da vida social, cria elos de ligação e complementaridade entre os cidadãos. É esta “função moral” que permitirá a construção de valores em torno dos quais a coesão social se solidifica, desempenhando a “função” socialmente necessária. Mas antevê também que a rutura com o “sentimento coletivo comum”, característico das sociedades de solidariedade mecânica, pode deixar espaço de distinção social e afirmação individual dando origem ao “declínio da consciência coletiva” e a “anseios de liberdade”, emergindo o “excesso de egoísmo” e a “divisão/fragmentação anômica” da sociedade, comprometendo-a. O fenómeno marxista da alienação possui algumas semelhanças com este declínio da consciência – referimos nós.

Já vimos, na sociologia compreensiva de Weber a explicação distintiva da religião, que esteve na génese da formação do espírito capitalista. Para a estratificação social encontrada na sociedade, Weber explica-a como resultado combinatório de três critérios: as classes sociais distinguem os diferentes interesses económicos e a posse de bens, “na sua situação de mercado”; a pertença a partidos determina o seu posicionamento político e a diferente distribuição de poder; o seu *status* coloca-o culturalmente em determinado estilo de vida. Ainda que a estratificação social se dilua nos critérios referidos importa aqui destacar também a presença da economia.

Para Marx e Durkheim a família tem importância na organização social por motivos diferentes. Em Marx, a família desempenha um papel instrumental de reprodução da espécie. E desempenha ainda um papel na definição do regime patriarcal e na transmissão da propriedade. “A burguesia arrancou às relações familiares o seu comovente véu sentimental e as reduziu a pura relação monetária.” (Marx & Engels, 1998: 10). Em Durkheim, a família tem uma função mais interveniente. Se na sociedade de solidariedade mecânica ela estava ligada à organização do poder e à educação, veio a perder influência e prestígio nas sociedades de solidariedade orgânica, passando algumas das suas funções a serem desempenhadas pelo estado e pelas corporações. Não encontramos em Weber especial atribuição à família. Contudo, decorrente da sua teoria social, ela é, como qualquer outra associação, resultado da ação dos indivíduos, racionalmente considerada.

Estes destaques finais sobre a religião, a economia e a família têm em vista realçar a sua importância para o nosso estudo, já que são algumas das dimensões que irão ser sujeitas a análise.

2.2 Quadros teóricos atuais e interdisciplinaridade do bem-estar subjetivo

O acervo teórico produzido pelas ciências sociais neste domínio, embora recente, tem sido intenso. O *stock* de conhecimentos acedido permitir-nos-á delimitar os caminhos mais adequados a trilhar na nossa investigação e a testá-los, simultaneamente que também testamos o nosso trabalho.

Como já foi sucintamente referido na introdução, pretendemos estudar o bem-estar subjetivo numa população europeia idosa, acima dos 60 anos, através de indicadores objetivos e subjetivos que envolvem a idade, o género, o rendimento, a família, as redes de sociabilidade, a religião, a saúde e os países de origem.

Em face deste propósito serão relevantes os conhecimentos teóricos, metodológicos e proposicionais existentes em áreas como o bem-estar subjetivo, a velhice, a saúde, que se entrecruzam com as interações dos indivíduos na família ou na religião, por exemplo. E porque a nossa amostra abrange um conjunto de países europeus interessar-nos-á perceber em que medida é que o bem-estar subjetivo se pode relacionar com os modelos de estado social.

A reflexão que se segue destina-se a conferir-nos suportes teóricos que expliquem estas relações, sob o ponto de vista macro e micro.

A discussão teórica do bem-estar subjetivo

Rui Pires sustenta que uma teoria geral é “uma teoria sobre propriedades gerais, universais, dos processos relacionais que ordenam o mundo social, em particular na era moderna” (2014: 31) e, para possuir um grau holístico elevado, o nível de “abstratização” deve ser elevado nos planos concetual, metodológico e proposicional. Uma teoria com “enunciados proposicionais de âmbito geral” (2014: 31) deve sustentar-se num modelo teórico de análise sociológica com duas componentes: a concetual e a metodológica. No plano concetual uma teoria pretende, através de conceitos, “ [...] distinguir entre diferentes categorias gerais de fenómenos [...] conjuntos disjuntos de fenómenos [...] tanto quanto possível sem elementos em comum” (2014: 32). São os conceitos que permitem “identificar dimensões de análise [...] que] constituem espaços de teorização de categorias de fenómenos para efeitos de explicação, não ainda explicações.” (2014: 32).

Tabela 1 - Modelo teórico de análise sociológica: esquema conceitual

		Modos de padronização relacional	
		Padronização fática (condicionamento)	Padronização normativa (orientação)
Tipos/níveis de relações sociais	Interdependência sistêmica (macro)	Sistematicidade posicional	Sistematicidade institucional
	Constituição de grupos (meso)	agrupamento em rede	agrupamento organizacional
	Interação (micro)	ação racional	ação interpretativa

Fonte: Pires (2014: 32)

Os processos relacionais com que a teoria se confronta, segundo Pires, são de três tipos:

“ [...] relações de interação (micro), relações de constituição de grupos (meso) e relações de interdependência sistêmica (macro)[...] respetivamente, relações intersubjetivas e entre atos individuais (micro), relações de coordenação e, eventualmente, estabilização de atos interativamente combinados, e relações entre atores coletivos e atos coletivos (meso) e relações entre propriedades das relações entre pessoas e entre grupos (macro).” (2014: 33).

As relações de interação entre os diversos níveis podem ainda ser padronizadas, de forma extrema, em padrão fático e padrão normativo. O primeiro, “opera através da *condição* de realização” da conduta, que é resultante “do caráter dado, herdado, das propriedades dos lugares sociais em que os agentes se encontram posicionados... resulta da desproporção das forças em presença.” (2014: 34). Rui Pires ilustra este padrão de relações sociais, inter-níveis, usando o conceito de poder, de Weber. “A dominação baseada no controlo monopolista de recursos...que resulta da desproporção das forças em presença (...) exprime-se com particular clareza nos padrões de desigualdade entre posições sociais.” (2014: 34). As relações sociais são condicionadas por determinação das relações de poder. O segundo padrão,

“ [...] opera por orientação dos comportamentos dos agentes sociais... através de normas, que podemos definir como regras de conduta partilhadas e internalizadas através de processos de socialização, isto é, de aprendizagens intergeracionais comuns atualizadas ao longo da vida, bem como de sanções, ou seja, de reações de terceiros sob a forma de punições ou recompensas. A eficácia causal das normas resulta destes processos de internalização e de sanção.” (2014: 33).

Usando o conceito weberiano de autoridade,

“ [...] a dominação baseada na autoridade requer não apenas obediência mas dever de obediência da parte do dominado. Ou seja, requer um fundamento normativo que a justifique, sendo por isso designada por Weber como dominação legítima (baseada no costume, na lei ou no carisma).” (2014: 33).

Esta conceitualização metodológica permitir-nos-á localizar a investigação teórica (teorias e conceitos) que mais são utilizadas no estudo do bem-estar subjetivo.

É referido na literatura científica da área da psicologia que o bem-estar subjetivo, enquanto conceito e objeto de estudo, remonta a 1960, através da tese de Wilson, que estudou, em 1967, este conceito associado a outros dois: a satisfação com a vida e a felicidade (Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999: 276; Galinha, 2008: 19; Brites, 2011: 175). Um pouco mais tarde, a partir do início década de 70, a sociologia das emoções sofreu um forte desenvolvimento teórico. Emergiu um quadro teórico definido em 5 grupos teóricos: as teorias dramatúrgicas, as do interacionismo simbólico, as do interacionismo ritual, as do poder e *status* e as teorias da troca. Todas elas propõem explicações microsociológicas, ou seja, identificam processos de interação social que, gerando emoções ou sentimentos, proporcionam felicidade e satisfação (ou o inverso). Desprezaram-se, neste esforço de distinção da psicologia e de afirmação disciplinar na sociologia, fatores relevantes a considerar, como a evolução biológica (Turner & Stets, 2006: 46-49). Segundo Turner, Jack Barbalet iniciou a análise dos efeitos diferenciais das emoções na estrutura social, ao estudar as emoções suscitadas pelas instituições (Turner et al., 2006: 39; Dantas, 2015: 24-26).

As teorias dramatúrgicas explicam o comportamento humano em situação. Mas numa situação específica. Os indivíduos desempenham o papel de atores, representando papéis que naquela situação são culturalmente esperados pela audiência. É para influenciar esta que necessitam de superar o conflito entre o que sentem e pensam e as ideias que lhes permitam afirmar o seu poder sobre as audiências. As teorias dramatúrgicas preocupam-se com as impressões e o comportamento estratégico, relevando a aparência de conformidade cultural. As expressões das suas emoções devem atender ao controle expressivo do rosto, voz e corpo e ao uso de adereços físicos. “[...] *they must engage in emotion-work strategies to reduce the degree of discrepancy between feelings and feeling rules.*” (Turner et al., 2006: 27).

Nas teorias do interacionismo simbólico é a identidade do indivíduo (*self*) que está em situação. Os indivíduos assumem atitudes e comportamentos que afirmam a sua identidade. Se ela merece aceitação o indivíduo reforça-a e experimenta emoções positivas, tanto maiores quanto essa aceitação provém duma posição hierárquica superior. Se o contrário ocorre o

indivíduo experiencia emoções negativas que, numa primeira fase, o levam a afirmar a congruência da sua identidade através de padrões culturais de avaliação. A acentuação do conflito pode levá-lo a emoções mais negativas e a estratégias defensivas de atribuições situacionais (externas), que perturbam ou impedem a interação (Turner et al., 2006: 29-32).

De inspiração durkheimiana (tal como as teorias dramáticas), as teorias das interações rituais ocorrem dentro duma comunidade ou grupo restrito, de que a religião é um exemplo ou a maçonaria. Os rituais podem originar emoções positivas ligeiras e transitórias se se circunscrevem a rituais de deferência e civilidade. As emoções positivas são mais intensas quando se desenvolve um comportamento compartilhado, de gestos corporais e sincronismo rítmico, levando a uma efervescência coletiva. Emerge então um sentimento de solidariedade coletiva e simbolizada, aumentando o capital cultural. As diferenças de *status* e a manifestação desse prestígio produzem aumento ou diminuição de emoções positiva, quanto mais ou menos nos sentimos valorizados por essa hierarquia. A confirmação da auto-identidade aumenta as emoções positivas ou o inverso se essa confirmação não se verifica (Turner et al., 2006: 33-34).

As teorias do poder (autoridade) e status (prestígio) pretendem evidenciar os efeitos das dinâmicas do “*a) relative power and prestige of individuals, (b) changes in relative power and status, and (c) expectation states for power and status on emotional arousal*” (Turner et al., 2006: 37), na excitação das emoções. O poder é a capacidade de receber recompensas sem cumprir as expectativas e o prestígio é a capacidade de atender às expectativas, recebendo recompensas por uma ação positiva (Turner et al., 2006: 36).

Quando os indivíduos têm ou ganham poder e *status* experimentam satisfação, confiança e segurança e quando perdem poder e prestígio confrontam-se com emoções negativas (medo, desconfiança, ansiedade). Os que ganham prestígio e deferência expressam a sua satisfação e bem-estar através da consideração e solidariedade pelos outros, tornando-se doadores e recetores de deferência. Quando perdem prestígio as suas emoções correspondem às atribuições da culpa: se se sentem responsáveis expressam vergonha e embaraço, quando a perda é pequena; se é grande sentem-se deprimidos e tristes. Se atribuem a culpa aos outros expressam raiva e agressividade ativa, forçando os outros a honrar o seu prestígio. As variações situacionais típicas são: a) considerar-se ou não merecedor das expectativas, b) considerar-se ou não merecedor das recompensas, c) considerar-se ou não em situação de merecer as expectativas, e d) os outros receberem ou não recompensas. Em função da combinação delas os indivíduos experimentam um leque de emoções (de fortes a leves,

positivas ou negativas), que orientam os seus comportamentos. Eis algumas: perante a desigualdade da distribuição de poder (autoridade) e de *status* (prestígio) e de bem-estar material (dinheiro) é expectável que se interiorizem expectativas e crenças sobre as suas competências e capacidades pessoais. Os que possuem poder e prestígio e obtêm outros recursos sentem-se satisfeitos, felizes, orgulhosos, confiantes e disponíveis para transmitir emoções positivas aos outros. Os que possuem poder e prestígio e deixam de obter outros recursos experimentam emoções negativas (raiva, ansiedade, tristeza, medo). Os que atribuem a si a responsabilidade do fracasso sentem tristeza, vergonha, culpa. Os que devem manifestar deferência e respeito e não o fazem, sentem vergonha e culpa, gerando, nos que são merecedores de respeito e deferência, raiva e medo (Turner et al., 2006: 40).

As teorias da troca sustentam que os indivíduos estão motivados para receber recompensas e evitar custos e punições. Quando as recompensas excedem os custos experimentam emoções positivas. Inversamente, se as recompensas são inferiores aos custos manifestam emoções negativas. As condições de troca tipificadas, que influenciam a natureza (positiva, negativa) e a intensidade (fraca, forte) das emoções são: o tipo de troca, o tipo de estruturas nas quais ocorrem as trocas de recursos, o poder relativo de recursos e a dependência de atores entre si, as expectativas em termos de recursos, os padrões de justiça que se aplicam à troca e as atribuições que os atores fazem para o sucesso ou o fracasso em receber recompensas (Turner et al., 2006: 41).

Veenhoven analisa ainda, nos seus estudos, 3 teorias sociológicas: a teoria do “set-point”, a teoria da comparação e a teoria da afetividade. A teoria do set-point, de conceção mais estática relativamente às mudanças no bem-estar subjetivo, defende que as oscilações do BES serão no máximo mínimas, por quanto estamos mentalmente programados (vínculo biológico) para um certo grau de felicidade. Sustenta-se, entre outros argumentos, na imutabilidade ou mutabilidade reduzida da felicidade medida, porque exibimos uma avaliação anterior que tentamos manter (Veenhoven, 2009: 53). A teoria da comparação sustenta ser a felicidade resultante dum processo de comparação social, manifestando um cunho fortemente culturalista e para a qual a socialização se apresenta determinante. Presume que a felicidade resulta da constante comparação da “vida-como-ela-é” com as normas da “vida como-deve-ser” (Veenhoven, 2009: 55). A teoria da afetividade sugere-nos que inferimos a felicidade a partir da experiência afetiva em curso e que essa experiência afetiva reflete necessidade e gratificação. Parte do princípio de que possuímos um sistema de afetividade, inerente aos seres vivos, que nos permite assegurar as necessidades básicas, sendo o sistema cognitivo um

mecanismo adicional, desenvolvido com o Homo Sapiens, que permite o planeamento da atividade e a aprendizagem pela experiência. Segundo Veenhoven, a teoria da afetividade:

- Produz uma explicação mais completa, enquanto as outras duas (set-point e comparação) explicam apenas um processo de avaliação.
- Encaixa melhor as outras duas, que o contrário.
- É mais plausível numa perspetiva evolutiva da felicidade.
 - Aplica-se a todos os seres humanos (adultos e crianças) e não apenas aos adultos pensantes.
 - É funcional (reflexo necessidade-satisfação).
- A teoria da afetividade encaixa-se melhor com os dados disponíveis.
 - Primado da afetividade (sobre a cognição)
 - Felicidade ligada à prosperidade atual
 - Condições universais para a felicidade (Veenhoven, 2009: 59, 67).

Uma outra teoria da “Ampliação e Construção”, de Barbara Fredrickson, psicóloga, propõe-nos que as emoções positivas não desencadeiam ações imediatas e urgentes, como as emoções negativas. Antes desencadeiam ações que desenvolvem um processo de mudança cognitiva que, posteriormente, pode originar mudanças na atividade física, intelectual e social do indivíduo. Estão na origem do incremento de recursos sociais que facilitam as relações sociais. As emoções positivas propiciam a *ampliação* do pensamento e da ação, as quais favorecem a *construção* de recursos para afrontar as situações problemáticas, através da *transformação* da personalidade dos indivíduos (tornando-os mais criativos, conhecedores, resistentes às adversidades, melhorando a sua integração social) e levando-os a experienciar novas emoções positivas. As emoções negativas possuem a função de acionar respostas básicas imediatas que diminuem os reportórios da conduta, permitindo uma fuga ou a luta pela sobrevivência (*Apud* Veenhoven, 2009: 60; *Apud* Larios, s.d.).

A teoria do Bem-Estar Psicológico, de Carol Ryff, constrói-se em torno de dimensões não hedónicas, como a autoestima, o crescimento pessoal, o propósito da vida (tem sentido e significado), relações interpessoais positivas, o domínio ambiental (da vida e do mundo) e a autonomia (sentido de autodeterminação). Este modelo multidimensional avalia cada uma das suas componentes através de índices que, apesar de não possuírem carácter preditor individual, estabelecem relações entre uma maior satisfação vital e o bem-estar subjetivo (*Apud* Brites, 2011: 180; *Apud* Vivaldi, 2012: 24-25).

A disputa teórica, presentes nestas investigações, situa-se sobretudo no enfoque dos

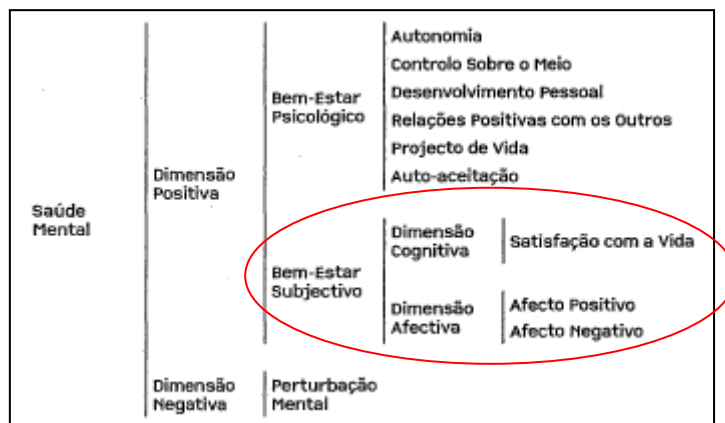
determinantes sociais para a felicidade. Tais preposições identificam duas abordagens paradigmáticas. Por um lado, para medir a satisfação com a vida, temos os defensores da avaliação cognitiva, que se esforçam por mostrar que são as condições sociais da existência as que mais contribuem para o bem-estar social e individual. Nesta visão as condições sociais das sociedades e a ação das instituições nacionais (sobretudo o Estado) possibilitam maior ou menor apreciação de bem-estar. Esta concepção determinista de cariz estruturo-funcionalista defende que foram as mudanças nas estruturas nacionais (Estado democrático aprofundado, desenvolvimento económico, o estado-providência, os serviços nacionais de saúde) que permitiram elevar o bem-estar subjetivo, sendo disto exemplo evidente os países do primeiro mundo ou desenvolvidos (Radcliff, 2001; Pacek & Radcliff, 2008). Por outro lado, para medir a felicidade, os defensores da abordagem da afetividade reconhecem esse efeito em menor escala. Limitam a algumas variáveis objetivas os efeitos na elevação da felicidade, sobretudo aquelas que são mais cognitivamente reconhecíveis (estado de saúde, laços sociais) ou positivamente afetivas (amizade, amor, prazer, autossatisfação).

Aduzem ainda que algumas variáveis objetivas são consequência sobretudo do efeito da felicidade (desenvolvimento profissional, criatividade, participação política e social, solidariedade), isto é, são simultaneamente determinantes e determinadas. É o acréscimo da motivação e da satisfação geradas pela felicidade que impulsiona realidades concretas. Esta visão parece encaixar-se nas teorias da ação e do interacionismo, dado o papel atribuído às ações individuais. Como é também implícita e explicitamente reconhecido estas visões não são mutuamente excludentes, embora se presencie a conflitualidade do campo sociológico na sua discussão (Veenhoven, 2015).

Da intervenção analítica da psicologia e da sociologia vieram a aprofundar-se e a estabilizar-se os conceitos de bem-estar, bem-estar material, bem-estar global, bem-estar subjetivo. Da dimensão mais individual (emoções, sentimentos, personalidade, saúde, lazer, religião, valores, etc.) alargaram-se os horizontes para dimensões materiais (associadas às condições de vida: idade, rendimento, família, educação, emprego, etc.) e também para as dimensões do meio social (riqueza do país, economia, política, democracia, liberdade) (Dantas, 2015: 26).

Resultante das investigações realizadas, veio a consensualizar-se que a busca da felicidade e da satisfação com a vida se sintetizavam no bem-estar subjetivo. A representação conceptual e relacional do bem-estar subjetivo encontra-se, na perspetiva psicológica, na dimensão positiva da saúde mental. (Galinha, 2008: 22-23).

Ilustração 1 - Representação e enquadramento do conceito de bem-estar subjetivo



Fonte: Galinha (2008:28). Destaque nosso.

A abordagem da nossa reflexão teórica tem como ponto de partida o bem-estar subjetivo e os seus componentes, tendo em vista a natureza sociológica deste trabalho. “*Subjective well-being is a broad category of phenomena that includes people's emotional responses, domain satisfactions, and global judgments of life satisfaction.*” (Diener et al., 1999: 277).

Inúmeros autores aceitam e desenvolvem as suas investigações considerando este quadro (Albuquerque et al., 2004: 154; Brites, 2011: 174; Corbi & Menezes-Filho, 2006: 519-520); Dantas, 2015: 56-57; Guedea, Albuquerque, Tróccoli, Noriega, Seabra & Guedea, 2006: 302); Hansen, Slagsvold & Moum, 2009: 345; Veenhoven, 1991: 3). Tal não significa que reconheçam a mesma importância preditiva aos mesmos componentes, não diverjam quanto aos métodos de análise e não discutam a validade dos indicadores e medidas usadas, como veremos.

Convirá referir que os investigadores sociais do bem-estar subjetivo exercitam uma intensa interdisciplinaridade que torna pouco relevante a procura da sua filiação científica. A preocupação de analisar o fenómeno da felicidade e da satisfação com a vida obriga a uma permanente comunicação analítica das áreas da psicologia, da sociologia e da economia, entre outras. Se a “comunhão” analítica é muito próxima entre a psicologia e a sociologia existem contudo economistas que consideram essencial a invocação metodológica de dimensões sociais, culturais e, inclusive, de indicadores subjetivos.

Sintetizando, recordemos o que cada um dos conceitos mais mobilizados significa. O bem-estar subjetivo é a resultante de aspetos cognitivo, como a satisfação com a vida, e de aspetos afetivos, como a felicidade. O primeiro é uma avaliação consciente acerca da sua vida global ou específica. O segundo é uma apreciação da sua afetividade, através de emoções positivas ou negativas, cujo “saldo” positivo manifestará felicidade ou, se inverso, tristeza.

(Galinha, 2008: 31; Brites, 2011: 174).

Capítulo II – Definição do objeto da investigação

O nosso trabalho propõe-se analisar o BES nos idosos. Importa, então, proceder a uma revisão do estado da arte sobre a velhice e o envelhecimento, com o intuito de encontrarmos o reportório de fatores que com ele se relacionam. Por outro lado o envelhecimento (e o bem-estar dos idosos) está intrinsecamente ligado ao estado de saúde físico e mental, a redes de apoio e sociabilidade (conjugalidade, família, instituições, em particular ao estado social).

1. Análise teórica sobre o envelhecimento

São inúmeras as teorias, no âmbito da psicologia, da biologia e da sociologia, invocadas na literatura, sobre o envelhecimento, dada a multidimensionalidade do fenómeno. Até 1960 o envelhecimento era considerado um problema eminentemente individual, deixando-se entregue ao idoso a resolução da adaptação à mudança de papéis sociais com que se confrontava ao deixar a vida ativa. Era um processo de ajustamento individual inerente à passagem dos anos. “A satisfação na velhice dependeria da capacidade de manter ou restaurar o bem-estar subjetivo justamente numa época da vida em que a pessoa está mais exposta a riscos e crises de natureza biológica, psicológica e social” (Neri, 2007: 11). A velhice tinha sobretudo a visão biológica do idoso, que as teorias biológicas explicam pelo envelhecimento das células, a partir do momento em que já não se conseguem reproduzir (envelhecimento programado) ou são destruídas por disfunções químicas (radicais livres) geradas pelo próprio organismo (Cancela, 2007: 5-6), pelo que fazia sentido que cada um se ajustasse à velhice em função das capacidades e personalidades.

Com a emergência da teoria da desvinculação o envelhecimento passou a ser explicado pelo imperativo do afastamento inevitável e universal, entre os idosos e a sociedade, assumindo a existência duma mútua aceitação de cedência dos seus lugares aos mais novos. (Neri, 2007: 16).

“Este processo pode ser iniciado tanto pelo indivíduo que está envelhecendo como pelo sistema social. Quando o processo de envelhecimento se der por completo, o equilíbrio que existia na meia idade entre o indivíduo e a sociedade dará lugar a um novo equilíbrio caracterizado por um certo distanciamento. por uma diminuição das relações sociais e por uma modificação no tipo de relacionamentos.” (Doll, Gomes, Hollerweger, Pecoits & Almeida, 2007: 14).

A partir de 1980 emergem um conjunto amplo de teorias sociológicas que sintetizamos na tabela 2.

Tabela 2-Teorias sociológicas do envelhecimento

Macro	Integração Macro/Micro	Micro
Estruturalismo	Ciclo Vital	Desvinculação
Modernização	Crítica	Desenvolvimento
Grupo Interesses	Feministas	Troca Social
Economia Política Envelhecimento	Económica e da escolha racional	Papéis Sociais
Estratificação etária		Interacionismo Simbólico
Subcultura		Etnometodológicas
		Fenomenológicas
		Construtivismo Social
		Continuidade
		Atividade

Fontes: Dias, 2005; Dias, 2012

As teorias macrosociológicas pretendem interpretar o envelhecimento enquanto resultante de dimensões estruturais dos sistemas sociais, procurando dar-lhe respostas sistémicas. Defendem que o envelhecimento, enquanto processo, pode ser atendido através de políticas que funcionam do topo para a base. As teorias microsociológicas, ao invés, pretendem compreender as situações sociais e individuais em que o envelhecimento acontece e propor medidas que respondam às dificuldades de ajustamento. As teorias de integração ousam colmatar as debilidades daquelas, sendo que as teorias feministas se focam sobretudo no envelhecimento da mulher.

A teoria da modernização

“ [...] propõe-se explicar a mudança de estatuto e dos papéis sociais dos idosos em função do grau de industrialização da sociedade. Ao orientarem-se pela ciência e inovação tecnológica, as sociedades actuais substituíram a tradição por outros critérios de legitimação da organização social. Como consequência as pessoas mais velhas perderam um certo estatuto social em detrimento de outros grupos situados noutras etapas do ciclo vital.” (Dias, 2005: 255).

Os idosos apercebem-se da diminuição da sua importância, da alteração de valores e da sua desvalorização pelo mercado de trabalho, sendo considerados um “fardo” social. Esta remissão para um mundo à parte está na génese da teoria da subcultura que considera que o isolamento a que são votados e o reconhecimento de identidades e traços comuns (aposentados, saúde, idade, conjugalidade, experiências de vida) criam laços de pertença grupal, assentes em ideias, valores e comportamentos, mais fortes que os de classe ou género.

(Herero, 2008: 89). Esta faixa populacional é analisada pela teoria da estratificação etária, relacionando as mudanças verificadas entre a estrutura social e os processos individuais de envelhecimento, ao longo do tempo (Serafim, 2007: 64-65).

Ideias e valores que são também construídos pelas políticas sociais e públicas. O Estado Social, pretendendo dar respostas a este grupo, através da gestão dos regimes de proteção social, do apoio social aos idosos mais carenciados, de programas de cuidados médicos especializados, contribui para que a sociedade reproduza atitudes face ao envelhecimento e à idade que as teorias interacionistas denunciam. A estigmatização e a discriminação deste grupo social também resultam destas práticas, que podem influenciar pejorativamente a situação de velhice. Este reconhecimento institucional tem, por sua vez, o efeito sustentado pela teoria dos grupos de interesses, que chama a atenção para o facto de as próprias políticas públicas terem ajudado a criar grupos de interesse baseados na idade (Esping-Andersen, 1991: 108), os quais “pressionam os decisores políticos a darem resposta às suas necessidades” (Dias, 2005: 255).

O papel ativo dos idosos não se confina às teorias agora referidas. A teoria económica e da escolha racional e a teoria da troca social têm pontos de convergência que faz esta extensão daquela. A primeira sustenta que o idoso possui recursos que lhe permitem fazer escolhas racionais “maximizando as recompensas em detrimento dos custos” (Dias, 2005: 257), nomeadamente decidir a sua passagem à reforma. A teoria da troca social estende-se a toda a atividade do idoso na sua interação com os mais novos, primando pelo mesmo princípio da maximização da troca. Estas teorias, não considerando a desigual detenção de recursos (económicos, *status*, poder), deixam sem explicação os fenómenos (sociais e psicológicos) que têm origem nesta desigualdade (Serafim, 2007: 61). Perante o problema de ajustamento dos idosos à sua nova condição social a teoria da continuidade argumenta que os processos de envelhecimento e o tipo de velhice são o prolongamento da trajetória de vida de cada um, permitindo dar sequência à vida pelo desempenho de inúmeros papéis sociais, através dos quais se reconfigura a identidade e se adapta com sucesso à nova realidade. A teoria da atividade defende que a vida ativa dos idosos lhes permite obter melhor perceção de saúde e de satisfação, reforçando os efeitos propostos pela teoria da continuidade. Presume que os idosos, sentindo-se úteis, mantêm a sua integração social, não sendo alheia a presença da conceção utilitarista da economia. Se, por um lado, as atividades prazerosas podem contribuir para a sua satisfação, por outro lado, tais atividades podem tornar-se fonte de insatisfação, por via da manutenção dum vínculo para o qual já não possui capacidades físicas e psíquicas ou,

simplesmente, não desejam (Doll et al., 2007: 9-10). A teoria do ciclo vital estuda o envelhecimento ao longo da vida. A variabilidade do envelhecimento é explicada pelas “dinâmicas contextuais do envelhecimento, as transições relacionadas com a idade e as trajetórias de vida” (Dias & Rodrigues, 2012: 196-197). O facto de as mulheres não terem sido, também na velhice, uma realidade diferenciada, levou as teorias feministas a enfatizarem a atribuição social do papel de género, recusando o determinismo biológico e funcionalista. O envelhecimento das mulheres é socialmente segmentado em consequência da relação de subalternidade de que é vítima, nos contextos sociais de pertença, pela ação de dominação da estrutura social e pela estigmatização e discriminação (associadas ao idadismo). Enquanto teoria integradora considera estruturantes, no condicionamento do envelhecimento feminino, as determinações do sistema social e os fatores contextuais em que ele é vivido (Dias et al., 2012).

A teoria crítica, tal como a feminista, pretende relacionar-se com as dimensões objetivas e subjetivas do envelhecimento, questionando, por um lado, a praxis das políticas públicas e, por outro lado, os processos de negociação que os indivíduos estabelecem com as instituições à medida que vão envelhecendo, num processo emancipatório da estrutura social e dos significados inerentes (Dias et al., 2012). A exclusão dos idosos da sociedade produtiva, emergente da modernização, conduz-nos à teoria da economia política do envelhecimento, que alerta para o facto de o envelhecimento não poder estar “dissociado da economia capitalista das sociedades industrializadas” (Dias et al., 2012: 193). Este postulado teórico sustenta que o processo de envelhecimento nestas sociedades é consequência da exclusão deste fator de produção das relações de produção capitalistas. Se, por um lado, o envelhecimento pode ser visto, à luz das relações de produção e do mercado, como ineficaz e um encargo social (sendo improdutivo e consumidor de recursos), também pode ser visto, por outro lado, como um mercado económico e financeiro relevante – através do controle e gestão de infraestruturas destinadas aos idosos, produção e disponibilização de recursos médicos. “ [...] *health care for America's elderly has become an economic and bureaucratic activity promoting capital (profit) and thus economic control of the elderly by managing their dependencies through control of medical resources.*” (Bengston, Burgess & Parrott, 1997: S83) - que o controle farmacêutico de novos medicamentos, a indústria dos centros de acolhimento, os fundos de investimento e poupança reforma ou o turismo sénior atestam.

Numa lógica dualizada a velhice pode ser consequência de causas estruturais (modernização, economia capitalista, Estado social) como pode resultar de processos

individualizados (desvinculação, continuidade, atividade, interação). Em qualquer combinação de processos podemos considerar que o bem-estar estará em aquilo-que-a-vida-é e aquilo-que-parece. Percebemos também que existe uma presença constante de fatores sociais (objetiva ou subjetivamente avaliados) que contribuem para o bem-estar subjetivo dos idosos. As funções do Estado Social, nas áreas da proteção social, da saúde e apoio social, e as funções societárias, nas áreas da família, das redes de sociabilidade, da religião estão ligadas aos processos de envelhecimento e à percepção de bem-estar subjetivo. As funções do Estado Social podem ter consequências objetivas e subjetivas. Associado às suas práticas estão também as representações sociais. Identicamente, nos contextos sociais de pertença (família, amigos, vizinhança) nem sempre as práticas sociais correspondem às representações construídas. Importa contudo reter que o bem-estar subjetivo na velhice estabelece relações intrínsecas com os domínios da saúde, da família, das redes de sociabilidade e do Estado Social.

Esping-Andersen (1991) é um dos autores mais citados a propósito dos Estados de Bem-Estar. No seu estudo das políticas sociais públicas implementadas nos países desenvolvidos concluiu pela seguinte tipologia de *welfare state*:

- a) Liberal: o estado garante a assistência mínima aos que comprovadamente não possuem condições de subsistência de outra forma (Grã-Bretanha, EUA, Austrália)
- b) Conservador-corporativo: a proteção social é efetuada por diferentes sistemas sociais ligados ao trabalho, diferenciando *status* e categorias profissionais e, por isso, os benefícios estão intimamente relacionados com as contribuições (Alemanha, França, Itália, Japão, Portugal).
- c) Social-democrata: o sistema social é universal e visa a igualdade de *status* de cidadania. Os benefícios são desvinculados do trabalho ou da comprovação de necessidade e são elevados. O estado assume esta função social, substituindo o mercado e a família (Noruega, Holanda, Dinamarca).

Com esta tipificação Esping-Anderson pretendeu relacionar os diversos tipos de Estados de Bem-Estar com três princípios basilares:

- A garantia de direitos sociais: “os direitos sociais adquirem o *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma “desmercadorização” do *status* dos indivíduos *vis-à-vis* o mercado.” (1991: 101), entendendo por “desmercadorização”, “a liberdade dos cidadãos, e sem perda potencial de trabalho,

rendimentos ou benefícios sociais, de parar de trabalhar quando acham necessário.” (1991: 103);

- A estratificação social, porque o Estado “ [...] é, em si mesmo, um sistema de estratificação. É uma força ativa no ordenamento das relações sociais.” (1991: 104). Na origem do modelo de proteção social alemão estavam explícitos dois objetivos: “consolidar as divisões entre os assalariados aplicando programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e status, cada qual com um conjunto bem particular de direitos e privilégios, que se destinava a acentuar a posição apropriada a cada indivíduo na vida as formas como as atividades estatais se entrelaçam com o papel da família e do mercado” e “vincular as lealdades do indivíduo diretamente à monarquia ou à autoridade central do Estado” (1991: 105). Mas a estratificação também acontece quando as políticas sociais se destinam a suprir necessidades mínimas e merecidas. “Há a predominância da assistência social, os direitos não são tão ligados ao desempenho no trabalho e sim à comprovação da necessidade.” (1991: 102-103). “ As regras para a habilitação aos benefícios são portanto estritas e muitas vezes associadas ao estigma; os benefícios são tipicamente modestos. O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva - ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente - ao subsidiar esquemas privados de previdência.” (1991: 108).
- O relacionamento entre Estado, mercado e família, para avaliar o grau de comprometimento do estado com a família e o mercado. O enquadramento do apoio à família varia nos modelos de welfare state. Os modelos liberais não incluem políticas de apoio social à família. Os conservadores/corporativos têm um olhar tradicional da família, encorajando a maternidade com benefícios mas excluindo as mulheres que não trabalham. Impera o princípio da “subsidiariedade”, servindo o Estado para suprir a incapacidade da família acudir aos seus membros. Nos modelos sociais-democratas o princípio é intervir antecipadamente assumindo a responsabilidade pelo cuidado das crianças, dos velhos e dos desvalidos, socializando antecipadamente os custos da família (1991: 109-110). A “desmercadorização” é o conceito através do qual se pode avaliar o impacto das políticas sociais nos indivíduos.

Segundo Rui Pires as teorias são “ [...] explicativas dos padrões de relações sociais, mas não constitui em si mesmo uma explicação. Para explicar são necessários não só conceitos mas também relações entre conceitos. [É necessário] identificar as relações entre as categorias [...] recenseadas” (2014: 36), o que faremos no ponto seguinte.

2. *A discussão metodológica do bem-estar subjetivo.*

Uma das grandes discussões metodológicas entronca na disputa entre a utilização de indicadores objetivos ou subjetivos.

Alguns autores referem que, na economia, apesar da prevalência de indicadores objetivos, existem, na disciplina, investigadores que utilizam e defendem o uso de indicadores subjetivos (Frey & Stutzer, 2005; 208-209). Nas ciências sociais também a preferência se situava no uso de indicadores objetivos, conquanto os indicadores subjetivos tenham vindo a tomar lugar de cada vez mais acentuado, sobretudo na investigação nos domínios do BES e da Qualidade de Vida (Fahey & Smyth; 2004: 6). Igualmente se sustenta, através dos estudos realizados, que as variáveis subjetivas têm-se mostrado fiáveis na medição do que as pessoas sentem e desejam. Veenhoven desenvolve teoricamente esta disputa metodológica a propósito da necessidade de indicadores subjetivos para a definição de políticas sociais. Sustenta que a abordagem objetiva é útil para avaliar necessidades e a abordagem subjetiva é a adequada para avaliar a satisfação das necessidades (2001: 12).

Uma breve exposição desta problemática.

Para medir a satisfação com a vida e a felicidade são comumente usadas escalas de tipo Likert, em que, de 0 a 10, se pede ao respondente que se situe (0 - extremamente infeliz ou insatisfeito, 10 - extramente feliz ou satisfeito). Fornecemos este exemplo porque é o usado pelo European Social Survey, cujos dados foram por nós utilizados para realizar a nossa investigação.

Se Veenhoven defende que este método de auscultação subjetiva da satisfação com a vida e da felicidade é um método confiável em função dos testes que realizou, outros autores (Radcliff, 2001: 939-940) alertam para a existência de contextos culturais mais “individualistas” ou “coletivistas”, que influenciam a felicidade. Outros enviesamentos são considerados: a escolha do respondente, na escala, pode estar influenciada pela tentação de apresentar uma resposta que ele considerada esperada; o respondente pode ser induzido a localizar-se, na escala, em função de acontecimento recente que se sobrepõem à percepção mais global. Ana Dantas chama ainda à atenção para o facto do alinhamento das perguntas poder captar diferentes percepções – constrangimento que testou e não se verificou no seu estudo (2015: 15, 108). Por fim, persiste também a relutância de atribuir ao autorrelato, por ser eminentemente subjetivo, uma valorização objetiva de comparabilidade entre países, grupos étnico e culturas. Igualmente alguns autores sustentam terem testado essas hipóteses

nas suas investigações e não terem verificado esse viés (Fahey et al., 2004: 6).

A defesa da determinação da satisfação com a vida e da felicidade, através de medidas objetivas, é também criticável, pelos defensores da cientificidade das escalas que refletem a subjetividade. Aludem que a determinação da satisfação com a vida e da felicidade, através de medidas objetivas comportam vários riscos. Por um lado, as medidas objetivas usadas são medidas ineficientes. É o caso do PIB (produto interno bruto). Bauman defende que este indicador incorpora realidades distintas que, podendo significar satisfação com a vida e felicidade, também pode corresponder ao inverso. Se o consumo de bens ou serviços como alimentação, habitação, educação podem propiciar satisfação e felicidade, já o consumo em medicamentos, em reparação de avarias, em operações cirúrgicas, podem denotar insatisfação (2009: 8-9). Como tal o PIB, para explicar comparativamente as variações entre países, é uma medida de duvidosa eficácia, já que o peso das transações económicas inerentes a bens e serviços, com esta dupla natureza, não será certamente igual no PIB de cada país. Por outro lado, o consumo de bens e serviços não produzem acréscimos correspondentes de satisfação (lei da utilidade marginal), pelo que o mesmo crescimento do PIB *per capita* produz efeitos diferentes consoante os países são mais ou menos ricos (Fahey et al., 2004: 23; Bauman, 2009: 7). Acresce que o consumo nas sociedades modernas e mais ricas é instigado por lógicas de marketing e moda que exerce sobre o consumidor desejos de aquisição de novos produtos (o novo consumo conspícuo), provocado pelo desejo de pertença social e identidade, podendo estar na origem de emoções negativas.

“Numa sociedade de consumidores, todos os laços e vínculos devem seguir o padrão da relação entre o comprador e as mercadorias que ele adquire: das mercadorias não se espera que abusem da hospitalidade, e elas devem deixar o palco da vida no momento em que comecem a perturbá-lo em vez de adorná-lo.”
(Bauman, 2009: 29).

No caso da saúde as medidas objetivas dos padrões médicos produzem efeitos diferenciados nos indivíduos. A presença de doenças ou de incapacidades podem ser ajustadas por estes de forma a reduzirem o seu impacto na perceção da felicidade e na avaliação da satisfação com a vida. Não raras vezes nos confrontamos com depoimentos que revelam felicidade em indivíduos com mobilidade reduzida ou possuidores de doenças crónicas. A capacidade de resiliência à adversidade demonstra a importância da adequação dos indivíduos ao meio. “ [...] as avaliações positivas dos problemas são características da velhice porque funcionam como um mecanismo compensatório frente às possíveis perdas que o idoso possa

estar experimentando nesta etapa da vida” (Guedea et al., 2006: 306). Não se trata apenas de uma adequação psicológica à nova realidade. Trata-se também de processos sociais, envolvendo familiares e amigos, onde a prevalência da partilha de relações sociais, mais ou menos íntimas, se afirma com mais energia do que a privação que sofrem. “A reciprocidade do apoio recebido e provido revela um nível satisfatório de autonomia e esta capacidade funcional pode ser um moderador do impacto da estratégia direta e re-avaliativa e do apoio dado sobre o bem-estar dos idosos.” (Guedea et al., 2006: 307).

Importa ainda observar que as críticas às medidas possuem também uma vertente estatística. Alguns estudos são criticados pelo facto de serem ou essencialmente sincrónicos ou diacrónicos. Ou seja, avaliam o BES através de dados obtidos num determinado espaço físico e temporal não considerando a sua evolução posterior. Por outro lado, testam os dados obtidos através de procedimentos estatísticos, nomeadamente correlações, não avaliando eventuais contaminações de variáveis que explicam o mesmo (Pacek & Radcliff, 2008: 269).

Ressalvadas estas disputas metodológicas, suas vantagens, desvantagens e sustentações empíricas, podemos abordar alguns modelos de análise emanados da literatura consultada.

3. A discussão dos modelos de análise e enunciados proposicionais

Se por um lado o BES avalia a graduação percebida da nossa vida, revelando-nos o quanto gostamos da “vida como ela é”, não nos revela quais as dimensões da vida que estão a ser valorizadas (Dantas, 2015: 83).

A este nível a literatura fornece-nos um conjunto de fatores e indicadores. Na psicologia, segundo Iolanda Galinha, os fatores podem ser: de ordem contextual, (como idade, género, conjugalidade, rendimento, escolaridade, emprego, lazer, religião, etnia, saúde) com efeitos de curto prazo; de ordem afetiva, que, por efeito da personalidade, podem fazer perdurar os eventos da vida e manifestar associação a longo prazo (afeto traço, afeto estado e humor); de ordem cognitiva, da qual emergem as representações sociais, valores, aspirações e padrões de comparação; e de ordem cultural, que explicam as variações entre nações, etnias mas também as conceções mais individualistas e coletivistas (2008: 158). Parece-nos importante não ignorar esta perspetiva se pensarmos que o público-alvo da nossa investigação são os idosos, mais suscetíveis ao isolamento e solidão e, concomitantemente, submetidos a efeitos psicológicos mais intensos.

Na sociologia releva-se a conduta da vida sujeita às pressões das condições de vida tanto ao nível de fatores socio-biográficos (idade, género), como das condições económicas (emprego, rendimento); das condições de saúde; das relações interpessoais (família, redes de sociabilidade); como culturais (países, religião) (Dantas, 2015: 86-88).

Corbi & Menezes-Filho procuraram igualmente analisar a felicidade relacionando-a com variáveis sociodemográficas “renda, desemprego, educação, sexo, estado civil e idade, com a felicidade dos indivíduos.” (2006: 519).

Em ambas as disciplinas encontra-se ainda uma abordagem à construção de índices de avaliação do BES. São constructos que visam, através da mediação de medidores do bem-estar criar um índice que permita estabelecer comparabilidade, quer numa perspetiva diacrónica, p. e. entre regiões num determinado espaço temporal, quer sob o ponto de vista diacrónico (ao longo do tempo).

Enumeram-se alguns índices mais comumente usados, a título indicativo:

A Escala de Bem-Estar Subjetivo (Subjective Well-Being Scale - SWBS) de Lawrence e Liang (1988), composta por 15 itens relativos a quatro subdimensões: satisfação de vida (*congruence*), felicidade (*happiness*), afeto positivo (*positive affect*) e afeto negativo (*negative affect*). A SWBS inclui a Escala de Satisfação com a Vida (Satisfaction with Life Scale - SWLS) de Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985), composta por quatro itens (Albuquerque et al., 2004: 156). A Escala de Afeto Positivo e Afeto Negativo (*Positive Affect/Negative Affect Scale* - PANAS), composta por 20 itens mensurando as dimensões afeto positivo e afeto negativo (Galinha, Pereira & Esteves, 2014: 54). O questionário CASP-19, destinado a medir a qualidade de vida da população idosa, em quatro dimensões: *control* (C), *autonomy* (A), *self-realisation* (S) and *pleasure* (P) (Kneesebeck et al., 2007: 269). A Felicidade Interna Bruta (FIB), considerada como um indicador de bem-estar social, que exprime, num dado país, o “*stock*” de felicidade das pessoas (Brites, 2011: 193). Diversos organismos internacionais começaram a implementar estudos e índices no mesmo sentido (Dantas, 2015: 13-14).

Não nos detendo na análise destes índices¹, eles representam esforços teórico-metodológicos que têm o intuito de aproximar cada índice à perceção subjetiva dos indivíduos e de assegurar, por essa via, a construção dum indicador nacional comparável com outras

¹ A nossa opção empírica recai sobre a utilização de dados secundários, especificamente a base de dados elaborada pelo European Social Survey.

realidades nacionais.

Os modelos de análise são instrumentos operacionais de teorias. Cabe a estas desenhar o caminho metodológico e as técnicas com que vão incidir sobre a realidade social. É com este pressuposto que tentaremos identificar alguns dos modelos de análise encontrados na literatura consultada, a partir dos quais definiremos o nosso modelo de análise de investigação.

Veenhoven (2000) deu sequência a estudos macrossociológicos por si realizados sobre o Bem-Estar (*well-being*) no Estado-Providência (*Welfare State*). Para testar se o nível de bem-estar é mais equitativa nos estados-providência elaborou um estudo comparativo, entre 1980 e 1990, envolvendo 40 países de todos os continentes. Para indicadores dos Estados utilizou a variável “despesas da segurança social” (desempregados, doentes e idosos). Para a determinação do bem-estar subjetivo usou a esperança média de vida, a saúde e a felicidade.

A tabela 3 sintetiza o modelo de análise usado por Veenhoven (2000) no seu estudo.

Tabela 3-Modelo de análise de Veenhoven (2000)

Variáveis	Medida usada	Pressupostos
Esperança média de vida	Coefficiente de Gini	Quanto maior o número maior a diferença de anos vividos
Estado de Saúde	Escala de World Value Survey: <i>Taken all in all, how is your health at present? Would you say: very good, good, reasonable, poor, very poor or don't know?</i>	Melhores dados são os do autorrelato
	Média	A média das respostas a esta questão é utilizada para indicar o grau em que os indivíduos levam uma vida saudável num país.
	Desvio-padrão	O desvio padrão é usado para mostrar o grau em que os indivíduos diferem na saúde
Felicidade	Escalas de World Value Survey: 1) <i>a question about 'satisfaction with life'</i> 2) <i>a series of questions about the 'mood' of the last weeks</i> 3) <i>a broad question about 'happiness'</i>	Só se pode medir a felicidade, perguntando às pessoas
	Média	As médias destas questões foram usadas para medir níveis nacionais de bem-estar
	Desvio-padrão	Os desvios-padrão foram utilizados para quantificar as desigualdades
Despesas (tamanho) do Seguro Social	Desempregados	Dimensões consideradas determinantes no bem-estar
	Idosos	
	Saúde	
Poder de compra <i>per capita</i>		Variável de controlo

Combinando indicadores objetivos e subjetivos e através da média, do desvio-padrão, de correlações e de medidas de dispersão, concluiu que, em países com Estado-Providência (seguro social) mais ou menos “mãos largas”, o bem-estar manifesto não se alterou significativamente. A tabela 4 sintetiza as conclusões.

Tabela 4-Conclusões do modelo de análise de Veenhoven (2000)

<i>QUESTIONS</i>	<i>METHODS</i>	
	<i>Comparison between situation in countries at one point in time</i>	<i>Comparison between change in countries through time</i>
<i>More generous state welfare, higher level of wellbeing?</i>	<p>Answer: 'No'</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nos países menos felizes as despesas com seguro coletivo é comparativamente baixo (Roménia, Rússia e Bulgária) - Há também os países do Terceiro Mundo, que não têm praticamente nenhum seguro coletivo (Nigéria e da Índia) - Alta satisfação em países com um Estado social generoso (Dinamarca, Países Baixos, Suécia) - A satisfação é um pouco maior na Islândia e Suíça, onde as despesas da segurança social são apenas cerca de um terço daqueles (cerca de 10% em comparação com 30%). - Satisfação com a vida nos Estados Unidos e Canadá é apenas ligeiramente inferior. 	<p>Answer: 'No'</p> <ul style="list-style-type: none"> - As despesas com o seguro social na maioria dos países têm aumentado. Só na Argentina há uma tendência claramente descendente. -Não há, no entanto, nenhuma relação com a mudança na satisfação com a vida: os argentinos fizeram tão poucos progressos como os italianos - A satisfação com a vida aumentou em dois países (Índia e Brasil) enquanto a satisfação com a vida caiu no México. Tanto na Índia e no México as despesas da segurança social mantiveram-se praticamente ao mesmo nível
<i>More generous state welfare, greater equality in wellbeing?</i>	<p>Answer: 'No'</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um número de países onde o aumento das despesas com o seguro social é acompanhado por pequenas diferenças de satisfação entre os cidadãos. Veja Dinamarca, Países Baixos e na Suécia. - A Islândia, que tem muito menos seguro social, produz o mesmo resultado. - A Áustria e Noruega gastam o mesmo no seguro social, mas que a desigualdade na satisfação difere muito entre os dois países. 	<p>Answer: 'No'</p> <ul style="list-style-type: none"> - A maior diminuição das despesas de segurança social foi na Argentina e o maior aumento em Itália, mas não há correspondência com as mudanças na dispersão de satisfação com a vida. - A propagação da satisfação com a vida só mudou significativamente no México. As diferenças entre os mexicanos diminuíram drasticamente. Mas poderá ter pouco a ver com a segurança social. Estas despesas mantiveram-se inalteradas no México. - No controlo da desigualdade inicial no bem-estar, um número de ligações aparecerem na direção prevista: um aumento das despesas de segurança social é acompanhada por uma redução na dispersão de saúde subjetiva e humor, mas as correlações não são significativas. - Quando a mudança na riqueza é controlada as correlações permanecem insignificantes.

Fonte: Veenhoven (2000), adaptado

Veenhoven, perante estes resultados, concluiu ainda que:

- Não parece haver qualquer relação entre o tamanho do orçamento do Estado Social e o nível médio de bem-estar.
- Em países de generosa proteção social, as pessoas não têm maior longevidade, não são mais saudáveis ou mais felizes do que em países igualmente ricos com esquemas mais escassos, nem a dispersão da saúde e da felicidade é menor.
- Este resultado significa que o estado de bem-estar não tem de ser mantido intacto a todo custo.
- Podemos viver tão bem com um pouco menos de cuidados desde o nascimento até à morte.
- Isso não quer dizer que o estado de bem-estar deva ser anulado por completo.
- O sistema pode não produzir mais bem-estar, mas também não produz menos.
- O Seguro Social generoso ou magro é, portanto, uma questão de gosto (política). (Veenhoven, 2000: 24).

Algumas reflexões críticas sobre estas conclusões.

A análise parcial que Veenhoven usou da intervenção do Estado Social (apoios ao desemprego, aos idosos e à saúde) retirou da análise, conscientemente, outras funções do Estado, como o apoio à habitação ou à educação. Mas ignorou, de todo, outras funções sociais que o Estado promove: o apoio direto aos indivíduos e às famílias que se encontrem abaixo da condição de recursos²; o apoio prestado a instituições do terceiro setor da economia, com intervenção direta na assistência social; o efeito de alavancagem que o Estado desenvolve na economia de uma forma geral, que permite o acesso à prestação de cuidados diversos, fornecidos pela iniciativa privada, a extratos populacionais das classes médias e superiores.

Quando considera que a sociedade (a família e a iniciativa privada) pode partilhar ou substituir o Estado nessas funções com maior qualidade, universalidade e eficácia não demonstra tal facto. Isto é, anui na presunção de que o mercado é melhor do que Estado. Exemplos contemporâneos deixam-nos sérias dúvidas de que assim seja. Refere o marxismo para explicar que o Estado Social preserva as diferenças fundamentais de classe, mas ignora a teoria marxista da acumulação do capital, que ajuda a perceber os exemplos contemporâneos

² “A condição de recursos é o conjunto de condições que o agregado familiar deve reunir para poder ter acesso às Prestações Familiares, ao Subsídio Social de Desemprego e aos Subsídios Sociais de Parentalidade, bem como a outros subsídios e apoios do Estado. Define o limite máximo de rendimentos até ao qual as pessoas têm direito a estas prestações sociais.” Guia Prático Condição de Recursos (2015) – Instituto da Segurança Social, IP. Consultado em 17 Ago/15. Acedido em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14913/condicao_recursos.

da falência da iniciativa privada, nomeadamente em áreas financeiras ligadas a fundos de investimento com interesses na saúde e nas pensões. Um bom exemplo da onnipresença do Estado é o que ocorre na sua relação com o terceiro sector. “No seio dos grandes debates sobre as estratégias de reforma do Estado Providência, tem adquirido cada vez mais relevância a linha de argumentos que fazem passar os caminhos dessa reforma pelos caminhos da devolução à sociedade civil da responsabilidade pelo exercício da solidariedade colectiva.” (Lopes, 2000: 1). Partindo desta constatação Alexandra Lopes investigou, em Portugal, “[...] a construção de modelos de partilha entre actores públicos e privados das responsabilidades pela provisão de bem-estar social” (2000:1) entre o Estado e Organizações Não Governamentais (ONGs) no domínio da implementação de políticas sociais de “combate” à VHI/SIDA. Constata que o Estado desempenha um papel dinamizador e sustentador das atividades destas ONGs, as quais, por sua vez, se posicionam, entre os extremos de *welfare mixes* retrógradas e progressista. “Os primeiros assentam na colonização e instrumentalização do sector privado pelo sector público. Os segundos assentam em parcerias sustentadas de actores que se relacionam numa base de simetria e de partilha de poder.” (Lopes, 2000: 2). O que pretendemos ilustrar é que o pressuposto da separação (pública e privada) das atividades gestionárias e económicas na providência de bem-estar social não se verifica tal qual parece sugerido nas conclusões de Veenhoven, a da existência autónoma e estanque de iniciativa privada relativamente à pública, e, nessa medida, a comparabilidade da eficácia de modelos mais ou menos “mãos largas” pode ter subjacente um enviesamento analítico espúrio.

Comungamos também das reservas quanto a fiabilidade da medição da felicidade e da satisfação com a vida, obtidas através do autorrelato. Da mesma maneira que defende e tende a aceitar a validade universal destes indicadores, não reflete, de forma suficientemente profunda, no facto de tais manifestações poderem ser enviesadas por fatores psicológicos de ajustamento a eventos recentes. Ou seja, perante eventos recentes os indivíduos podem tender a usar mais processos de esquiva do que processos de afrontamento e re-avaliativos, que, segundo Guedea et al., predizem mais emoções positivas (2006: 305). Tais estratégias de esquiva, mesmo que sejam predominantemente psicológicas, são também emergentes das ideologias dominantes, quando inculcam pré-conceitos como “foi sempre assim” ou se repete, como o eco, de que “não há alternativa” ou, ainda, se proclama sem cessar de que a culpa é “nossa” porque vivemos durante muito tempo “acima das nossas possibilidades”. A incorporação subjetiva destas “evidências” populares é bem explicado por Pierre Bourdieu:

“Produto da história, o habitus produz práticas, individuais e colectivas, e

assim história, conformemente aos esquemas engendrados pela história; ele assegura a presença activa de experiências passadas (...) que tendem mais certamente do que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e a sua constância no tempo (...); lei interior através da qual se exerce continuamente a lei de necessidades externas irredutíveis aos constrangimentos imediatos da conjuntura, o sistema de disposições está no princípio da continuidade e da regularidade que o objectivismo confere às práticas sociais”. (*Apud* Guerra, 2003: 82-83).

Por fim, o Estado desempenha funções dinamizadoras da economia, de alavancagem. Fá-lo não só investindo em infraestruturas diversas (vias de comunicação, portos e aeroportos, hospitais, escolas, etc.) como na formação técnica de recursos humanos (engenheiros, médicos, informáticos, sociólogos, etc.), que entram no mercado de trabalho. Fá-lo também na dinamização geral da economia: regulando económica e juridicamente; criando incentivos fiscais (gestão de impostos), financeiros (linhas e seguros de crédito) e económicos (incentivos à “economia verde”, fundos de apoio á reconversão, modernização e inovação). Tais práticas, independentemente da “dominância política”, permitiram a “mobilidade social ascendente”, com reflexos nos rendimentos, no acesso à educação e, em geral, nas condições e qualidade de vida - certamente com impactos na felicidade e na satisfação com a vida (como os estudos reconhecem). Ora, neste estudo, Veenhoven ao reduzir as perceções do bem-estar aos gastos do Seguro Social (desempregados, doentes e idosos) e perante as conclusões que o surpreenderam, assume uma delicada conclusão: de que é possível idêntico nível de bem-estar subjetivo reduzindo os gastos do estado social “mãos largas”. Mas se o real social é um fenómeno social total, a análise da parte (cientificamente aceite) deve permitir conclusões sobre a parcela analisada. Não nos parece que devam ser extrapoladas possibilidades de intervenção que, se aplicadas, excedem a porção donde provêm, sem que estudos prevejam tais efeitos. Apesar de se resguardar na declaração “*This does not mean that the welfare state should be written off altogether. The system may not produce more wellbeing but neither does it produce less.*” (Veenhoven, 2000: 24), o autor deveria ter em consideração que a condição de se manter “tudo o mais constante” (*ceteris paribus*) é um constructo estatístico que não é replicável nas relações sociais.

Tony Fahey (2004) apresentou um estudo macrossociológico, envolvendo dados de 33 países europeus, sobre o bem-estar subjetivo (satisfação com a vida e felicidade) e as condições socioeconómicas. Usou para o efeito dados do European Values Study de 1999-2000 (para o bem-estar subjetivo) e dados do Banco Mundial, da Organização das Nações

Unidas e do Eurostat (Eurobarómetro) de 1990 e 1999 (para as condições socioeconómicas). As variáveis independentes usadas foram: sexo, idade, desemprego, estado civil, escolaridade, classe social, rendimento, PIB, PIB/*per capita* e crescimento do PIB. Usou ainda a média e o desvio-padrão para medir níveis nacionais e quantificar desigualdades, respetivamente. Desenvolveu o seu estudo ao longo de três modelos analíticos. O seu último modelo permitiu-lhe, entre outras, as seguintes conclusões:

- O nível do PIB está significativamente associado a níveis de satisfação com a vida;
 - o Aqueles países em que o PIB é mais elevado tendem a ter índices de satisfação mais elevados, embora haja alguma estabilidade no efeito para os grupos de maior PIB.
 - o Encontram-se níveis de satisfação que respondem positivamente ao crescimento do PIB.
 - o Controlando o PIB, aqueles que vivem em sociedades menos iguais tendem a relatar níveis médios mais baixos de satisfação.
- Sobre os níveis individuais de satisfação com a vida concluiu, entre outras:
 - o O estado civil e o desemprego têm a maior influência. Os outros fatores, a nível individual, têm impacto modesto.
 - o A satisfação com a vida parece estar significativamente relacionada com a classe social e nível de rendimentos.
 - o O desemprego, estado civil, a idade de saída da escolaridade e o rendimento variam significativamente ao longo dos países.
 - o Os efeitos do rendimento e a educação não são tão fortes em países com maiores níveis médios de satisfação com a vida.
 - o No caso do estado civil ser solteiro tem um efeito menos negativo em países com mais elevados níveis médios de satisfação.

Sintetizando em três grandes conclusões:

- Em primeiro lugar, os níveis de satisfação com a vida variam entre as sociedades europeias em linha com as condições económicas (medidas pelo PIB *per capita* e, secundariamente, pelo crescimento económico)
 - o Quanto a sociedade for mais pobre e com crescimento económico mais lento menor o nível de satisfação com a vida.
- Em segundo lugar, essa relação está sujeita a efeitos limiares:
 - o As condições económicas afetam forte e positivamente a satisfação com a vida até

um determinado nível de desenvolvimento socioeconómico, mas nivela os efeitos depois disso (o achatamento ocorre aproximadamente ao nível do PIB *per capita* representado pelos países mais pobres da UE, como a Grécia e Portugal ou os antigos países comunistas em melhor situação económica, como a República Checa ou Eslovénia).

- Em terceiro lugar, as desigualdades na satisfação com a vida são pequenas nas sociedades ricas e amplas nos países pobres.
- Finalmente, ainda como uma outra manifestação de efeito limiar:
 - o O impacto das desigualdades socioeconómicas, em cada país, sobre a satisfação com a vida (especialmente quanto ao rendimento e nível de escolaridade) é ligeira em países altamente satisfeitos (em parte porque a variação na satisfação com a vida nesses países é estreita), mas ela aumenta à medida que avançamos em todos os países com menor nível global e com variação mais ampla na satisfação com a vida.
 - o Este impacto diferenciado pode surgir porque os pobres em sociedades ricas estão de algum modo conscientes de que os seus padrões de vida são razoavelmente elevado em comparação com o padrão geral das pessoas nos países mais pobres.
 - o Uma possibilidade um pouco diferente é que os bens públicos em sociedades ricas, dos quais os menos abastados podem ganhar benefício considerável (o comércio, as ruas, serviços de transportes, escolas, hospitais, até o ar que respiram) podem ser de maior qualidade e ter um impacto mais igualitário no bem-estar do agregado familiar do que o que é captado nas medidas baseadas nos níveis de recursos do agregado familiar.
 - o O inverso pode ser verdadeiro, em sociedades mais pobre - mesmo os ricos em sociedades pobres podem sofrer uma perda de bem-estar tendo em conta o baixo nível de bens públicos ou de má qualidade da esfera pública nessas sociedades (Fahey et al., 2014).

Benjamin Radcliff (2001) propôs-se analisar se as condições sociopolíticas das sociedades democráticas se relacionam com o bem-estar subjetivo, para além das condições económicas e culturais. Para analisar a diferença do bem-estar subjetivo entre países, constata a ausência de consenso e as debilidades dos estudos realizados, que se ancoram em três teorias, as quais questiona:

- A da comparação, que sustenta que o grau de bem-estar subjetivo se relaciona com o

desenvolvimento económico através das “normas de consumo”, tendendo para a neutralidade global da satisfação. Os que consomem mais são compensados pelos que consomem menos. A teoria do “nível de adaptação” reforça esta proposta explicativa afirmando que as pessoas se habituem às condições objetivas prevalecentes, pelo que, em média, a sua felicidade é independente das condições de vida e das condições políticas.

- A teoria cultural, que justifica os diferentes níveis de felicidade entre os países por causa da vincada crença ou traços nacionais, enquanto reflexo cognitivo das especificidades nas normas culturais, concordando com a teoria anterior, sobre a não influência das condições objetivas e políticas.
- A teoria da “*livability*”, que se sustenta nas necessidades humanas - quanto melhores forem as condições de vida física e económica melhor será a qualidade de vida. Nesta teoria a percepção subjetiva de bem-estar está relacionada com as condições objetivas de vida. Neste sentido a satisfação deve variar, respondendo às estratégias políticas de sucesso para a satisfação das necessidades. Deste modo as estratégias ideológicas têm como referencial que o que é bom para a sociedade é bom para os seus cidadãos. Esta teoria abre a possibilidade de estudo de diferentes modelos de governação, o que permitirá testar se a governação mais de esquerda ou de direita (e as suas políticas) têm influência na percepção do bem-estar subjetivo.

A intensa discussão teórica permitiu-lhe concluir que a distinção fundamental não está na predominância, genericamente reconhecida, da conexão das condições de vida objetivas com o bem-estar mas no grau dessa relação.

A proposta de Radcliff (2001) consubstancia-se na construção dum modelo teórico e analítico que operacionaliza, em sociedades democráticas, os conceitos do Estado de bem-estar (*Welfare State*) de Esping-Andersen, através de três dimensões:

- “*Regime attributes*” (a extensão das medidas de proteção dos governos contra a dependência do mercado, ou seja, quanto é que um sistema nacional incorpora elementos dos três tipos ideais do regime bem-estar: liberal, conservador ou social-democrata).
- “*Decommodification*” (autonomia de um cidadão pode usufruir de uma vida normal sem sujeição à participação no mercado, calculada pelas pensões, proteção na doença e subsídios de desemprego).
- “*Party control*” (total de cargos governativos ocupados pela esquerda menos o total dos

cargos detidos pela direita).

Para controlar o impacto das condições económicas na felicidade, Radcliff, considerou três variáveis: PIB *per capita* de 1990, taxa média de desemprego de 1955 a 1990 e o modelo cultural da sociedade (cultura individualista, cultura coletivista). As variáveis para a análise, a nível individual, foram a satisfação com a vida (escala 1 a 10), o estado civil, número de crianças do agregado familiar, o género, a escolaridade, a idade terminal da escolaridade com 7 categorias ascendentes, a qualidade da vida doméstica, a idade com 6 categorias, chefe de família desempregado (“*dummy for whether chief wage earner is unemployed*”), rendimento do agregado familiar e frequência religiosa.

Radcliff (2001), da análise efetuada a 15 países industriais avançados no mundo, concluiu então que:

- Ao nível dos países a satisfação com a vida cresce com o aumento da dominância de esquerda.
- A avaliação subjetiva da qualidade de vida é afetada positivamente pela governação de esquerda.
- É ainda reforçada pela extensão da redução da dependência do mercado através da “desmercadorização” do trabalho e, em geral, pela adoção de um regime democrático de bem-estar social.

Alexander Pacek (2008) desenvolveu, conjuntamente com Benjamin Radcliff, um estudo para avaliar se o Estado Social tende a tornar as pessoas mais satisfeitas e felizes. Nesse estudo assume que a satisfação com a vida e a felicidade (componentes do Bem-Estar Subjetivo) são sinónimos, dado se correlacionarem amplamente. A contradição entre as conclusões do estudo de Veenhoven (2000) e de Radcliff (2001), analisados acima, é atribuída aos modelos de análise em que se sustentam. Segundo Pacek, Veenhoven baseou-se em dados sobre os gastos brutos como seu indicador de estado de bem-estar e usou técnicas de estatística relativamente grosseiras (principalmente correlações). Relativamente a Radcliff, a natureza transversal do seu estudo demonstrou que a mudança do Estado-Providência produziu mudanças no bem-estar subjetivo em todo o espaço e o tempo.

Na construção do seu modelo de análise considerou, como variável dependente, a média nacional da satisfação com a vida (usando a série de dados do Eurobarómetro de 1975 a 2002). Como variáveis independentes definiu o “grau de desmercadorização” do Estado Social (medido pela série de dados de Scruggs, que segue a formulação de Esping-Andersen),

o “salário social” (rendimento que um trabalhador desempregado pode esperar receber pelo *status* da sua cidadania) e a “dominância de esquerda” (definida nos mesmos termos de Radcliff). Considerou ainda duas variáveis de controlo: a taxa de desemprego e variáveis *dummy* nacionais (responsáveis pela diferença estrutural não modelada através dos países).

A análise dos resultados dos modelos multivariados permitiu concluir que a satisfação com a vida varia diretamente com a “desmercadorização”, o “salário social” e a “dominância de esquerda”, por esta ordem de importância. Para comprovar estas conclusões analisou a relação entre a satisfação com a vida entre 1981 e 2000, usando os dados do World Social Survey. Mantendo as variáveis independentes utilizou, como variáveis de controlo o “individualismo” como medida das culturas nacionais, o PIB *per capita* e o desemprego. Usando os mesmos métodos estatísticos verifica a conformidade dos resultados anteriormente obtidos, assumindo agora a componente política o maior impacto na satisfação com a vida.

Em resumo, os seus resultados permitem concluir que o Estado de Bem-Estar contribui para o Bem-Estar humano e que quanto menos as pessoas são forçadas a comportar-se como mercadorias para sobreviver maior é a sua satisfação com a vida.

Até agora analisamos estudos macrossociológicos que relacionavam o Bem-estar subjetivo com variáveis predominantemente estruturais e quantitativas. Vejamos alguns estudos sobre o envelhecimento, de natureza microsociológica e qualitativa, em que a abordagem é eminentemente subjetiva e testam medidas de política social com os agentes sociais.

A gerontologia e a gerontologia social estudam as bases biológicas, psicológicas e sociais da velhice e do envelhecimento (Paúl, 2005: 276). Estas três componentes do envelhecimento (vulnerabilidades biológicas crescentes, capacidade de tomar decisões e fazer opções e a assunção de novos papéis socialmente esperados) são estudadas para explicar:

“1) os problemas funcionais dos idosos em termos de incapacidades e dificuldades para levar uma vida independente; 2) o envelhecimento como processo que ocorre ao longo do tempo, como é que os indivíduos crescem e envelhecem (aspectos biológicos psicológicos e sociais da senescência) e 3) a idade enquanto padrão de comportamento social.” (Paúl, 2005: 276).

Com enquadramento na teoria da atividade acredita-se que o envelhecimento ativo contribui para a

“ [...] optimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança,

no sentido de aumentar a qualidade de vida durante o envelhecimento. Os pilares que suportam este conceito são a participação social, a saúde e a segurança. O envelhecimento activo implica autonomia (controlo), independência (nas [...] Actividades de Vida Diária e nas [...] Actividades Instrumentais de Vida Diária), qualidade de vida e expectativa de vida saudável. Como determinantes do envelhecimento activo, compreendido sempre numa perspectiva de género e de cultura, temos as características do indivíduo, as variáveis comportamentais, económicas, do meio físico e do meio social e ainda a saúde e serviços sociais.” (Paúl, 2005: 276-277).

No âmbito desta conceção as redes de apoio informal (família, vizinhança e amigos) revelam-se determinantes para o bem-estar global do idoso, proporcionando-lhe integração social bem as percepções do apoio recebido e percebido. Segundo a autora é o apoio percebido o fator que mais impacto tem no bem-estar e na saúde dos idosos (2005: 278).

As conclusões de estudos empíricos realizados pela autora identificam a presença de relações, que nos importa realçar. O estado civil é uma variável preditora de um melhor envelhecimento, embora estudos internacionais não reconheçam carácter explicativo. A presença de filhos não confirmou a hipótese de interferir positivamente no bem-estar dos idosos. Aliás, num dos estudos, verificou-se que as famílias rurais de idosos são nucleares, destituídas de filhos ou netos, compensada por uma rede de suporte maior. Contudo a qualidade das relações mais instrumentais e pouco intimistas não contribui para o aumento da qualidade de vida percebida. (2005: 279-280). As redes sociais é um dos aspetos mais valorizado pelos idosos.

Segundo um estudo do Reino Unido “ter boas relações com a família e os amigos; ter papéis sociais, como voluntariado e ocupação dos tempos livres; ter boa saúde e funcionalidade; viver numa boa casa numa zona simpática e de boa vizinhança; ter uma visão positiva da vida e manter o controlo e independência.” (Paúl, 2005: 281). Todavia, as conclusões das investigações da autora, relacionam mais a importância das redes sociais com a qualidade de vida (mais associada a variáveis externas - físicas, sociais ou ambientais) do que com a satisfação com a vida, enquanto dimensão psicológica associada à personalidade (2005: 281). Verificou-se que em muitos casos o apoio familiar é invertido: os idosos prestam mais apoio aos filhos e netos do que o que recebem. Um dos efeitos positivos do relacionamento familiar, para os idosos, é essa relação avós/netos, desde que ela não se institua como obrigação, tendo um efeito *desconstrutor* do idadismo junto dos netos. (2005: 281-282). A importância das redes sociais informais para um envelhecimento ativo

tem efeitos positivos na percepção de felicidade e satisfação com a vida. Mas também se mostra de fundamental importância que a par da prestação de apoios e cuidados objetivos se garantam a autonomia destes nos níveis psicológico (controlo) e social (participação) (2005: 283).

A investigação de Isabel Araújo sobre a sustentabilidade do idoso dependente na família incidiu sobre uma amostra intencional de 108 famílias dum concelho do norte de Portugal, entre 2007 e 2008. Recorrente a técnicas qualitativas (entrevista semiestruturada) pretendia-se “caracterizar famílias com um idoso dependente em contexto familiar e identificar apoios sociais das famílias com um idoso dependente.” (2010: 45). O estudo relacionou o estado de dependência do idoso com as competências técnicas e afetivas da família, o apoio informal da vizinhança e amigos, o apoio formal individual de técnicos e de grupo (instituições) em quantidade e qualidade (ao idoso e à família) (Araújo, 2010). Na lógica atual de desinstitucionalização dos idosos, verificaram-se vulnerabilidades na rede e apoio social que exigem o reforço de medidas integradas e coordenadas, enquadradas aos contextos sociais em que as famílias se situam, atendendo às suas especificidades estruturas, culturais e de valores (2010: 52). A importância atribuída à família, enquanto estrutura primária de integração social do idoso dependente, em função do ciclo de vida, requer o reforço das medidas acima referidas, que se enquadram no modelo de estado social a que Esping-Andersen denominou de “social-democrata”, que visa apoiar a família evitando a exaustão dos seus recursos, socializando-os antecipadamente.

Da análise de resultados concluiu-se que:

“a tipologia dominante das famílias com idosos dependentes (...) [eram] famílias nucleares com filhos adultos, e famílias com filhos idosos, a viver nos últimos estádios do seu ciclo vital (...) O apoio informal predominante é dos filhos dos vizinhos e amigos. Este caracterizou-se por um apoio regular, espontâneo e constante, em contraposição com o apoio formal irregular e de periodicidade escassa fornecido por serviços de saúde ou profissionais de saúde.” (Araújo, 2010: 51).

Guedea et al. desenvolveram um estudo em João Pessoa, Brasil, com 123 idosos para analisar “as relações das estratégias de enfrentamento, apoio social e variáveis sociodemográficas com o bem-estar subjetivo.” (2006: 301).

A avaliação do bem-estar subjetivo pode ter determinantes objetivos e subjetivos. Nessa medida pode ser um bom indicador da saúde mental, felicidade, ajustamento e integração social,

mas também de sintomas depressivos e doenças. Como vimos na análise das teorias o processo de envelhecimento é variável em função das condições intra-individuais (físicas e mentais) e psicológicas mas também sociais (condições socioeconômicas, rede de apoio informal, interações simbólicas, mudança de papéis). O processo de adaptação a esta fase do ciclo de vida recorre a estratégias e a suporte social que os idosos possuem diferenciadamente. Foi a relação destes dois fatores com o bem-estar subjetivo que foi estudada. Os dados empíricos foram recolhidos duma amostra não probabilística constituída por idosos residentes há mais de 20 anos em João Pessoa, entre os 60 e 93 anos, com rendimentos mensais entre oitocentos e mil e quinhentos reais. Para medir as componentes do bem-estar subjetivo (satisfação com a vida, afetos positivos e negativos) foram usadas escalas de tipo *Likert* de 5 pontos. Para avaliar as estratégias de enfrentamento foi usado o mesmo método, através de 39 itens decompostos em dois fatores: enfrentamento direto e reavaliativo e enfrentamento de esquiva (Guedea et al., 2006: 303).

As variáveis foram agrupadas em três blocos – sociodemográficas (idade e as variáveis *dummy* sexo, ter pensão, estar a trabalhar e escolaridade), apoio social (frequência de contatos sociais, satisfação com o apoio recebido e a variável *dummy* apoio que o idoso provê aos demais e estratégias de enfrentamento (enfrentamento direto e reavaliativo e enfrentamento de esquiva). Os resultados das análises de regressão hierárquica determinaram que cada bloco globalmente se relaciona positiva e significativamente com a satisfação com a vida, sendo que as estratégias de enfrentamento possuem mais capacidade preditiva que o apoio social e este mais que as variáveis sociodemográficas (Guedea et al., 2006: 305). Os cinco preditores positivos (sexo, pensão, satisfação com o apoio recebido, apoio oferecido e enfrentamento direto e reavaliativo) significam que “ser mulher, ter pensão, maior satisfação com o apoio, ser provedor de apoio e maior uso da estratégia de enfrentamento direto e re-avaliativo, prediz maiores pontuações da satisfação com a vida.” (Guedea et al., 2006: 305). Quando os três blocos se relacionam com os afetos positivos, através do mesmo método estatístico, os resultados sofreram alterações: o bloco sociodemográfico não apresentou predição significativa, mantendo os restantes blocos efeitos positivos nos afetos positivos. No modelo final as variáveis preditoras positivas foram “a satisfação com o apoio e o enfrentamento direto e re-avaliativo, enquanto que o enfrentamento esquivo foi preditor negativo.” (Guedea et al., 2006: 305). Significa que “Quando aumenta a satisfação com o apoio recebido e o uso da estratégia de enfrentamento direto e re-avaliativo, aumentam também os afetos positivos. Inversamente, quando aumenta o uso da estratégia de enfrentamento de esquiva, diminuem os

afetos positivos.” (Guedea et al., 2006: 305). Por fim relacionando agora com os afetos negativos verificou-se que o bloco de variáveis sociodemográficas não possui capacidade preditiva significativa, enquanto os restantes blocos predizem positivamente os afetos negativos. O “modelo teve como preditor negativo o apoio provido e como preditor positivo o enfrentamento de esquivas. As pessoas que são provedoras de apoio apresentaram menores pontuações de afetos negativos, enquanto que as pessoas com maiores pontuações de enfrentamento de esquivas, relataram mais afetos negativos.” (Guedea et al., 2006: 305).

Com a ressalva de não generalização dada a composição da amostra (escolarizada, funcional e com rendimentos capazes de prover as necessidades primárias, numa cidade média) os autores (Guedea et al., 2006: 307-308) concluíram que:

- “ [...] se confirmou o poder preditivo do apoio social no bem-estar dos idosos: (a) a satisfação com a vida aumenta com a satisfação com o apoio percebido e com o apoio provido; (b) os afetos positivos aumentam com a satisfação com o apoio e; (c) os afetos negativos diminuem quando o idoso provê apoio aos outros. Este poder preditivo, entretanto, não pode ser generalizado para todas as dimensões do apoio social. Uma alta frequência de contatos com a rede social, por exemplo, não contribuiu significativamente na predição do bem-estar.”

- “A reciprocidade do apoio recebido e provido revela um nível satisfatório de autonomia e esta capacidade funcional pode ser um moderador do impacto da estratégia direta e re-avaliativa e do apoio dado sobre o bem-estar dos idosos.”

- “A relação preditiva significativa das variáveis sociodemográficas sobre a satisfação com a vida, mas não sobre os afetos positivos e negativos, comprovam o baixo poder explicativo destes indicadores no bem-estar subjetivo.”

- É importante “analisar separadamente as dimensões cognitiva e afetiva do bem-estar subjetivo na terceira idade. Estas dimensões não apenas se manifestam com intensidades diferenciadas, como possuem relações também distintas com o apoio social e as estratégias de enfrentamento.”

- “Dos três componentes do bem-estar subjetivo, satisfação com a vida foi o que mostrou a maior relação preditiva com o apoio social e com as estratégias de enfrentamento.”

- “A satisfação com a vida é maior nas mulheres, nas pessoas que recebem pensão, nas pessoas que estão satisfeitas com o apoio recebido, nas pessoas que dão apoio aos outros e nas pessoas que enfrentam os problemas de forma direta e através de uma re-avaliação positiva.”

- “Os afetos positivos também aumentam com a satisfação do apoio recebido e com o enfrentamento direto e re-avaliativo, bem como com a diminuição do

enfrentamento de esQUIVA.”

- “Os afetos negativos diminuem quando se fornece apoio social embora aumentem com o enfrentamento de esQUIVA. Mais uma razão para que não se considere o idoso como apenas um receptor passivo de ajuda e compreensão.”

- “Afinal, o menor poder preditivo do apoio social e dos estilos de enfrentamento, sobre seus afetos positivos e negativos, indica que outras variáveis estão envolvidas nas dimensões do bem-estar subjetivo do idoso, particularmente o que estiver diretamente ligado a sua autonomia funcional.”

Estas constatações permitem:

“ [...] olhar a velhice com uma perspectiva diferente, pois, em geral, presume-se que o idoso é quem precisa do apoio para satisfazer suas necessidades... Isso contribui para mudar a concepção do idoso como mero receptor passivo de ajuda, indicando a possibilidade de seu envolvimento bidirecional, dando e recebendo recursos para a promoção do próprio bem-estar.” (Guedea, 2006: 307).

Vivaldi e Barra (2012) procederam a um estudo idêntico na comuna de Concepción no Chile, com uma amostra de 250 pessoas, entre os 60 e os 87 anos. As variáveis demográficas consideradas foram o sexo, a idade, estado civil, escolaridade, lugar de residência, enfermidades e autoavaliação do estado de saúde. Para a determinação do bem-estar psicológico usou seis escalas para avaliar: autoaceitação, relações positivas com os outros, autonomia, domínio ambiental, propósito na vida e crescimento pessoal. Para a determinação do apoio social usou uma escala multidimensional com três áreas: família, amigos e outros significativos.

Pretendia testar três hipóteses:

1. O bem-estar psicológico nos idosos relaciona-se significativamente com o apoio social percebido e com a percepção de saúde.
2. Os idosos do género masculino apresentam maior nível de bem-estar psicológico.
3. Os idosos casados ou em conjugalidade apresentam maior nível de bem-estar psicológico.

Na primeira hipótese verificou que ambas as variáveis apresentaram uma relação significativa com o bem-estar psicológico (a primeira mais que a segunda). Na segunda hipótese os homens informaram maior bem-estar psicológico que as mulheres, tanto a nível global como na maioria das dimensões. No entanto não existem diferenças significativas de género no apoio social percebido. Na terceira hipótese os idosos casados

ou em conjugalidade manifestaram maior nível de bem-estar psicológico global que os demais.

Reiteram-se as conclusões dos estudos por nós analisados, relativamente à importância das redes sociais e de apoio social, que estas incentivam ao desenvolvimento funcional dos idosos, incrementando os sentimentos de pertença e identidade (Vivaldi & Barra, 2012).

Pedro Vasconcelos (2002) estudou “os processos sociais de entreajuda primária em Portugal (as redes de apoio familiar) e perceber os seus enraizamentos sociais, em termos das inserções observáveis nos processos de diferenciação social.” Através de um inquérito aplicado em 1999 a uma amostra representativa das famílias portuguesas (1776) com crianças dependentes (pelo menos uma entre os 6 e os 16 anos) e a mulher com idade entre os 25 a 46 anos, Pedro Vasconcelos (2002) conclui que:

- os “apoios que as redes sociais de entreajuda prestam... não são tão abundantes como algumas hipóteses sobre a solidariedade primária em Portugal” (2002: 538)
- “o apoio é mais ocasional do que sistemático, existindo mesmo um número relevante de famílias que se encontram excluídas desses conluíus familiares alargados.” (2002: 538)
- “a rede de apoio familiar é, basicamente, uma rede de parentesco e, mas especificamente ainda, uma rede de parentesco restrito, centrada nos progenitores do casal e sobretudo nas mães de ambos os cônjuges.” (2002: 538-539)
- “A rede de apoio familiar é também, em grande medida, uma rede de entreajuda feminina. A feminização das redes deve ser entendida em dois sentidos: preponderância dos apoios por parte da família da mulher do casal e preponderância de apoios prestados por mulheres.” (2002: 539) sobretudo nos apoios quotidianos.

Concluiu ainda que os apoios quotidianos divergem, em quantidade e qualidade, de acordo com a posição de classe das famílias, diminuem consoante as posições de classe se aproximam dos assalariados agrícolas, que são os que menos apoios conseguem prestar.

O nosso interesse neste estudo estabelecesse de duas formas:

- A média de idades dos casais deste estudo situa-se entre os 30 e os 40 anos, o que significa que os seus progenitores se situarão acima dos 55/60 anos, ou seja, é a população que estudamos no nosso trabalho. O estudo diz-nos que são os idosos, sobretudo das classes médias, mas que prestam apoio quotidiano aos seus filhos, inversamente ao que seria suposto. Vimos, noutros estudos que os idosos valorizam o apoio recebido mas também o apoio concedido, com impacto positivo no seu bem-estar.

- As práticas inter-geracionais de apoio familiar revelam estilos de vida ao longo do ciclo de vida. Se a velhice é também reflexo do ciclo de vida será adequado presumir-se que a reprodução social do envelhecimento corre em linha com a reprodução social de classe, ou seja, os recursos psicológicos detidos pelos idosos de uma classe social específica utilizados no enfrentamento da velhice, são também construídos pela sua trajetória de vida, de classe.

4. *Esquema conceptual e operacional*

Considerando os modelos de análise e enunciados proposicionais das investigações acabadas de descrever podemos enunciar os objetivos específicos e as hipóteses para a nossa investigação, bem como o esquema concetual e operacional da nossa investigação.

Propusemo-nos estudar o bem-estar subjetivo na população europeia acima dos 60 anos de idade, através de dados secundários recolhidos pelo ESS na primeira ronda de inquéritos, em 2002, e na última disponível, de 2012 (European Social Survey Cumulative File, ESS 1-6, 2014). Os dados correspondem a 12 países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça), porque participaram nas duas rondas consideradas, possuíam dados para todas as variáveis eleitas e mostraram-se estatisticamente significantes. Este espaço temporal abrange o início da crise atual (2008), na sequência da qual foram tomadas (pelos governos e instituições supranacionais) um conjunto de medidas políticas, com o intuito de a superar, e que tiveram impacto em áreas importantes da sociedade e do estado: a desregulação das relações laborais, a redução dos rendimentos do trabalho (aumento de impostos, redução do salário ou alargamento do horário de trabalho), o aumento do desemprego (jovens, ativos em idade avançada), os cortes nos sistemas sociais (saúde, educação, pensões e reformas), a instabilidade e insegurança (dum mundo que descreve uma trajetória diferente de cada vez que gira), a reestruturação das funções do estado. Pareceram-nos serem, por si, motivos aliciantes para se perceber se o bem-estar subjetivo mudou e/ou se mudaram os determinantes objetivos e subjetivos do bem-estar.

Assumimos então como hipóteses algumas das conclusões dos estudos realizados:

- Os homens manifestam mais bem-estar global que as mulheres.
- A perceção de bom estado de saúde contribui para um BES positivo.
- As redes sociais geram nos idosos um aumento do BES.

- A conjugalidade nos idosos reforça o bem-estar.
- O rendimento é um fator determinante no BES.
- Os países mais desenvolvidos ou com Estado Social “desmercadorizado” produzem mais BES que os menos desenvolvidos ou com Estado Social menos “desmercadorizado”.

O nosso objetivo geral é verificar se o BES é um *output* dos diferentes estados sociais. Como objetivos específicos pretendemos verificar as variações do BES nos dois períodos, identificar os preditores mais significativos para os componentes do BES e se a atual crise deixou impressões visíveis nos modelos sociais europeus.

As variáveis dependentes consideradas medem a perceção subjetiva da satisfação com a vida e a felicidade. As variáveis independentes utilizadas foram a idade, o género, o estado de saúde, o estado de viuvez, o rendimento, a dimensão do agregado familiar, as rede de sociabilidade, a frequência religiosa e as nacionalidades. Estão presentes variáveis explicativas objetivas e subjetivas. Nas primeiras estão a idade, o género, a dimensão do agregado familiar, o estado de viuvez, o rendimento e a nacionalidade. Nas subjetivas encontram-se o estado de saúde, a frequência religiosa e as redes de sociabilidade.

Ilustração 2 - Esquema dos modelos das regressões lineares múltiplas



A estratégia analítica executada relacionou, para cada ano, cada uma das componentes subjetiva do bem-estar com as variáveis selecionadas, através da regressão linear múltipla.

Obtivemos no total quatro quadros de regressão, que analisamos relacionalmente no capítulo seguinte.

As quatro regressões lineares aplicadas obedeceram à mesma concessão modelar (ilustração 2).

Usamos 5 modelos equacionando sucessivamente os 5 blocos de variáveis ou dimensões analíticas. Desta forma controlamos os efeitos sucessivos das variáveis até chegarmos aos modelos 5 onde estão todas estão presentes e em interação.

Em anexo apresentamos o bloco metodológico da investigação.

Capítulo III – Análise de dados

Apresentamos, de seguida, um conjunto de análises feitas sobre os dados selecionados das bases do ESS (2002 e 2012) tendo em vista a ilustração empírica dos enunciados teóricos avançados nos capítulos anteriores. Este capítulo foi organizado em três secções: na primeira secção far-se-á uma genérica caracterização sociodemográfica das amostras, nomeadamente tendo como foco a apreciação das distribuições das variáveis que normalmente apresentam traços distintivos na população mais velha; na segunda secção avançaremos com a análise mais descritiva dos principais elementos estruturantes da variação dos estados percebidos de felicidade e satisfação com a vida tal como medidos no ESS; finalmente, terminaremos com uma secção de síntese onde se procurará, num registo multivariado, discutir os determinantes socioeconómicos da felicidade e da satisfação com a vida na população idosa.

1. Caracterização sociodemográfica das amostras

**Tabela 5 - Distribuições sociodemográficas das amostras selecionadas
(2002 e 2012)**

Variáveis	2002		2012	
	n	%	n	%
Sexo				
<i>Feminino</i>	3867	53.7	4564	53.1
<i>Masculino</i>	3330	46.3	4031	46.9
Idade				
<i>60 - 65</i>	2293	31.8	2709	31.5
<i>66 - 75</i>	3019	41.9	3522	40.9
<i>76 - 85</i>	1591	22.1	1955	22.7
<i>86+</i>	296	4.1	426	4.9
Estado civil				
<i>Solteiro(a)</i>	462	6.4	518	6.1
<i>Casado(a)</i>	4251	59.2	5404	63.8
<i>Separado(a)/Divorciado(a)</i>	452	6.3	772	9.1
<i>Viúvo(a)</i>	2018	28.1	1770	20.9
Dimensão agregado familiar				
<i>1 pessoa</i>	2339	32.5	2550	29.6
<i>2 pessoas</i>	3824	53.2	4831	56.1
<i>3 pessoas</i>	674	9.4	835	9.7
<i>4 pessoas</i>	226	3.1	246	2.9
<i>5 ou mais pessoas</i>	130	1.8	150	1.7

Conforme se pode verificar na tabela 5, as amostras provenientes da primeira e sexta ronda do ESS (2002 e 2012), sendo diferentes, possuem uma distribuição semelhante pelas

variáveis sociodemográficas consideradas. Apesar de não provirem dum painel, condição que seria obviamente apetrechável para o tipo de discussão teórica que se pretendia para esta dissertação, as amostras apresentam uma razoável semelhança na sua composição, focando as variáveis que consideramos serem mais estruturantes e distintivas das coortes mais velhas das populações europeias, o que nos concede algum espaço para avançarmos com análises comparativas com ambição teórica de pendor mais longitudinal.

Tabela 6 - Distribuição de um conjunto selecionado de indicadores de posicionamento social em esferas relacionais (2002 e 2012)

Variáveis	2002		2012	
	n	%	n	%
Estado de saúde				
<i>Muito boa/boa</i>	3132	43.6	4109	47.8
<i>Fraca</i>	2840	39.5	3320	38.6
<i>Má/Muito má</i>	1218	16.9	1174	13.6
Experiência de viuvez				
<i>Não</i>	5181	72.0	6841	79.4
<i>Sim</i>	2018	28.0	1770	20.6
Densidade redes sociabilidade				
<i>Sem</i>	338	4.7	215	2.5
<i>Baixa</i>	1250	17.5	1402	16.3
<i>Média</i>	2577	36.0	3393	39.6
<i>Alta</i>	2992	41.8	3569	41.6
Frequência religiosa				
<i>Nenhuma</i>	729	10.2	1078	12.6
<i>Pouca</i>	963	13.5	1268	14.8
<i>Media</i>	3606	50.4	3920	45.8
<i>Alta</i>	1857	26.0	2299	26.8
Rendimento (decis)				
<i>1</i>	74	1.4	907	13.4
<i>2</i>	173	3.2	1208	17.8
<i>3</i>	405	7.5	984	14.5
<i>4</i>	1283	23.7	816	12.0
<i>5</i>	1050	19.4	689	10.2
<i>6</i>	862	16.0	583	8.6
<i>7</i>	555	10.3	579	8.5
<i>8</i>	335	6.2	423	6.2
<i>9</i>	462	8.5	300	4.4
<i>10</i>	203	3.8	289	4.3

Duma forma sintética, as amostras caracterizam-se por uma ligeira predominância feminina, com mais de 70% da população idosa abaixo dos 75 anos, sendo que cerca de 30% possuem menos de 65 anos. São maioritariamente casados, seguindo-se o grupo dos que enviuvaram, vivendo em agregados familiares compostos maioritariamente por duas pessoas, realçando-se que cerca de 30% dos agregados são monofamiliares. Estes são traços coerentes

com as descrições que encontramos para a população idosa europeia num conjunto diversificado de estudos.

Atentando no conjunto de variáveis sobre o posicionamento social, em espaços relacionais, confirmamos a mesma semelhança na distribuição das amostras pelas variáveis selecionadas (tabela 6).

Constatamos que as pessoas declararam, com maior incidência, possuir boa saúde (43% a 47%), embora os que declararam fraca saúde assumam um valor próximo deste (cerca 40%) que, acrescidos aos que declaram má ou muito má saúde faz ascender a manifestação de debilidade de saúde, nesta população, acima dos 52%. Isto é, os idosos, acima dos 60 anos, sentem-se com falta de saúde. Mais de 80% da população estabelece laços sociais de média a alta densidade, o que significa que cerca de 20% não possui ou possui laços sociais de fraca intensidade, o que, para esta população, poderá revelar-se uma vulnerabilidade com impacto significativo na percepção do bem-estar subjetivo. A frequência religiosa mostra também uma idêntica distribuição, quanto à frequência, nos dois períodos. A imensa maioria relata médias e altas frequências religiosas (acima dos 73%). É na variável rendimentos, medidas por decis, que se verifica uma distribuição mais diferenciada. Em 2002 os decis com maior registo de ocorrências foram os decis 4 a 7, mas em 2012 esses decis foram do 1 ao 5. Em termos descritivos, e mais uma vez com a ressalva de que não se tratando de dados de painel podemos estar perante um mero efeito de enviesamento amostral, os dados podem ser a ilustração empírica do movimento generalizado de perda da população mais idosa no campo dos rendimentos, nomeadamente fruto de um conjunto de recuos significativos nos sistemas de proteção social dos rendimentos na velhice que, de forma geral, têm marcado a Europa na última década. Dada a semelhança das distribuições nas restantes variáveis e conhecendo as medidas conjunturais tomadas no âmbito da crise global atual, vamos assumir que a probabilidade maior cai na segunda explicação.

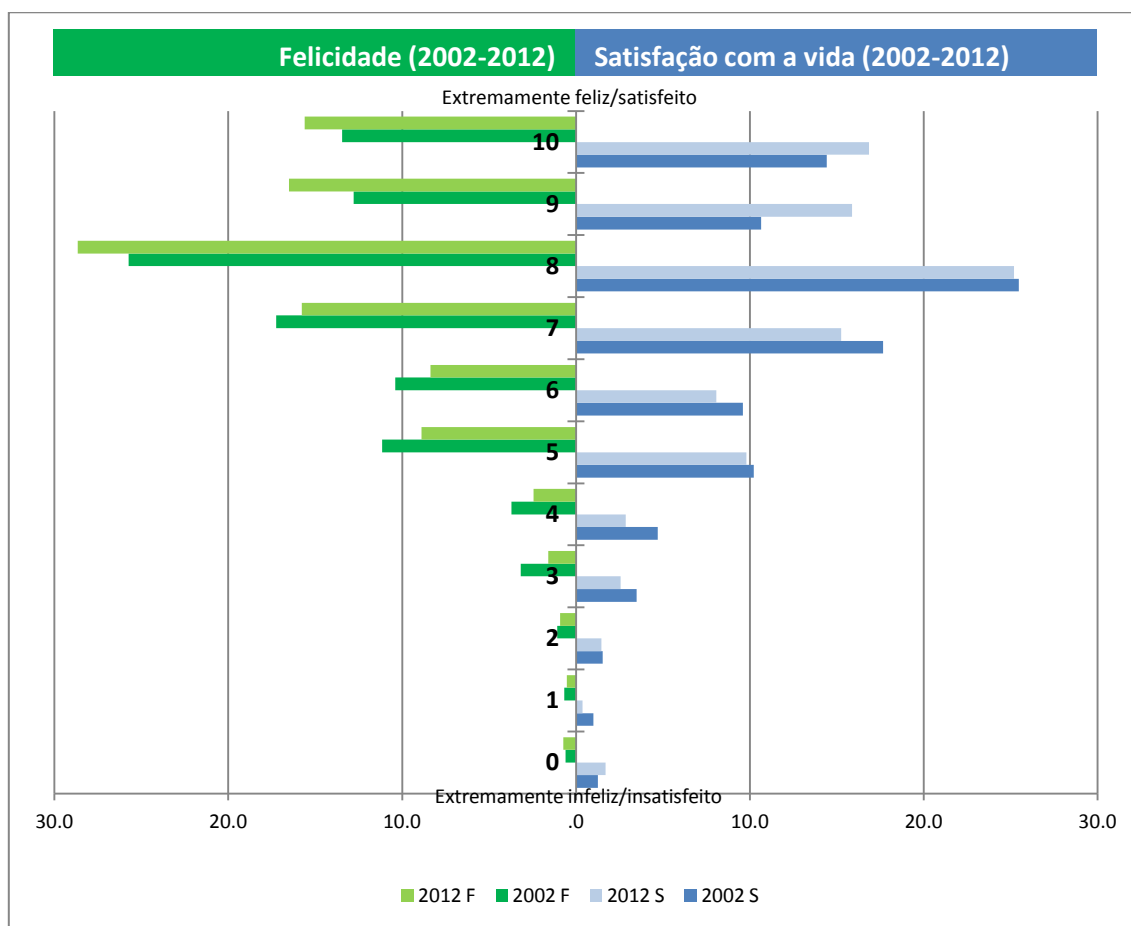
Em resumo, verifica-se uma distribuição das amostras pelas variáveis muito semelhantes, prevalecendo as mulheres, os idosos com menor idade, os casados e vivendo predominantemente em agregados familiares com duas pessoas ou menos. Os idosos declaram maioritariamente debilidade de saúde, possuem redes de sociabilidade de intensidade média/alta, o mesmo acontecendo com as práticas religiosas. É quanto ao rendimento que as distribuições mais se afastam, sendo aqui que iremos repousar, nas secções seguintes, as análises comparativas entre 2002 e 2012.

2. À procura de elementos estruturantes da variação nos estados percebidos da satisfação com a vida e da felicidade.

Tal como já foi referido, não representando as amostras a estrutura dum painel, podemos no entanto avaliar as tendências que se verificaram na perceção das componentes do BES, nos períodos estudados (ilustração 3).

A distribuição da perceção das componentes do BES, entre 2002 e 2012, parece reforçar as conclusões de alguns autores acerca da confluência de resultados entre as medidas da felicidade e da satisfação com a vida - considerando-as como sinónimos ou representações semelhantes.

Ilustração 3 - Felicidade e Satisfação com a Vida percebidas (2002-2012)



Em 2002 e em 2012, ambas andam a par e passo, apenas com uma ligeira diferença no posto 8, em 2012. Verifica-se também que uma e outra componente do BES são positivamente sentidas pela imensa maioria das pessoas em qualquer dos anos estudados.

Procedeu-se, de seguida, a uma análise mais detalhada, em função das nossas variáveis estruturantes, cujos resultados se apresentam na sequência de tabelas incluídas nesta secção.

No que diz respeito à composição por género, os dados permitem-nos verificar que os homens, em média, se sentiram mais felizes e mais satisfeitos do que as mulheres, embora em 2012 essa diferença tenha sido tangencial.

Focando as diferenças etárias, verificam-se médias muito próximas entre os diferentes escalões, com uma tendência, porém, mais relevante: a felicidade e a satisfação com a vida cresceram entre 2002 e 2012, para todas as faixas etárias. Ao longo das faixas etárias, por ano e por componente do BES, as oscilações são muito irregulares, não permitindo extrair conclusões de tipo linear.

Tabela 7 - Elementos de diferenciação da perceção de felicidade e satisfação com a vida (2002 e 2012)

Anos	2002						2012					
Componentes do BES	Felicidade			Satisfação com a vida			Felicidade			Satisfação com a vida		
Variáveis / medidas	X	s	n	X	s	n	X	s	n	X	s	n
Sexo												
<i>Feminino</i>	7.09	2.105	3833	7.00	2.266	3795	7.51	1.959	4541	7.37	2.227	4545
<i>Masculino</i>	7.36	1.935	3308	7.20	2.105	3310	7.62	1.894	4016	7.43	2.109	4020
Idade												
<i>60 - 65</i>	7.27	2.006	2279	7.08	2.219	2283	7.52	1.893	2702	7.24	2.258	2706
<i>66 - 75</i>	7.24	2.041	3005	7.12	2.168	2982	7.61	1.908	3499	7.45	2.140	3519
<i>76 - 85</i>	7.18	2.043	1566	7.08	2.266	1552	7.51	1.984	1948	7.50	2.067	1932
<i>86+</i>	6.71	2.030	293	7.00	1.869	290	7.62	2.076	424	7.43	2.307	423
Estado civil												
<i>Solteiro(a)</i>	6.76	2.347	461	6.71	2.487	460	7.29	1.959	515	7.04	2.259	511
<i>Casado(a)</i>	7.52	1.895	4219	7.33	2.066	4206	7.86	1.784	5387	7.61	2.088	5393
<i>Separado(a)/Divorciado(a)</i>	7.03	1.973	447	6.85	2.349	449	7.15	1.919	764	7.13	2.165	772
<i>Viuvo(a)</i>	6.72	2.124	2000	6.73	2.286	1977	7.02	2.113	1767	7.05	2.298	1763
Estado de saúde												
<i>Muito boa/boa</i>	7.87	1.745	3119	7.70	1.935	3118	8.09	1.585	4093	8.01	1.788	4101
<i>Fraca</i>	7.06	1.859	2830	7.03	2.017	2810	7.34	1.884	3303	7.11	2.180	3303
<i>Má/Muito má</i>	5.84	2.352	1187	5.64	2.516	1172	6.32	2.418	1169	6.04	2.569	1168
Rendimento (decis)												
<i>1</i>	5.82	2.278	70	5.85	2.319	73	6.90	2.281	907	6.72	2.604	904
<i>2</i>	5.96	2.140	164	5.62	2.358	160	7.27	2.079	1202	7.03	2.276	1208
<i>3</i>	6.53	2.148	405	6.14	2.250	393	7.68	1.926	984	7.48	2.072	984
<i>4</i>	7.08	2.128	1279	6.79	2.286	1273	7.62	1.777	816	7.51	1.944	816
<i>5</i>	7.39	1.911	1046	7.21	2.170	1045	7.91	1.618	689	7.72	1.972	689
<i>6</i>	7.47	1.781	862	7.24	2.087	862	7.95	1.479	580	7.76	1.916	583
<i>7</i>	7.54	1.800	555	7.44	1.984	552	8.03	1.553	579	7.99	1.688	579
<i>8</i>	8.01	1.616	333	7.85	1.666	335	8.03	1.363	423	8.01	1.648	423
<i>9</i>	7.96	1.611	462	7.88	1.929	461	8.09	1.386	300	7.97	1.680	300
<i>10</i>	7.54	1.844	203	7.76	1.843	203	8.14	1.306	289	8.18	1.506	289

A análise pelo estado civil revela-nos que são os casados que manifestam maior felicidade e satisfação com a vida, tendo estas aumentado ligeiramente em 2012.

Seguem-se, muitos próximos entre si, os solteiros e os viúvos. Os que denotam menor felicidade e satisfação com a vida são os divorciados/separados, mas, mesmo estes, aumentando em 2012. Já no que diz respeito ao estado de saúde percebido, verifica-se uma forte e persistente tendência de menor satisfação com a vida e felicidade consoante piora o estado de saúde. Ainda assim, a auto-perceção melhora em 2012 relativamente a 2002. Relativamente aos rendimentos, verificamos que o BES genericamente aumenta conforme aumentam aqueles, bem como aumentam em 2012 para cada nível de rendimento. Em 2002, nos dois níveis mais elevados de rendimentos verificava-se uma ligeira inversão das componentes do BES.

A dimensão do agregado familiar apresenta-nos uma tendência forte e permanente em forma de U invertido.

Tabela 8 - Elementos de diferenciação na perceção da felicidade e satisfação com a vida: dimensão relacional (2002 e 2012)

Anos	2002						2012					
Componentes do BES	Felicidade			Satisfação com a vida			Felicidade			Satisfação com a vida		
Medidas	X	s	n	X	s	n	X	s	n	X	s	n
Dimensão agregado familiar												
<i>1 pessoa</i>	6.84	2.114	2314	6.78	2.327	2307	7.08	2.012	2530	7.10	2.228	2533
<i>2 pessoas</i>	7.46	1.964	3801	7.31	2.058	3786	7.82	1.812	4814	7.66	2.016	4820
<i>3 pessoas</i>	7.25	1.950	666	7.15	2.209	664	7.54	2.120	835	7.14	2.422	835
<i>4 pessoas</i>	6.98	1.966	226	6.73	2.408	222	7.43	1.614	246	6.72	2.255	244
<i>5 ou mais pessoas</i>	6.86	1.926	130	6.82	2.398	124	7.41	1.970	150	6.33	2.974	150
Densidade das redes sociabilidade												
<i>Sem rede social</i>	5.69	2.499	336	5.95	2.726	316	6.34	2.794	209	6.03	2.856	212
<i>Baixa densidade</i>	6.75	2.188	1240	6.64	2.332	1230	7.25	2.093	1395	7.00	2.260	1399
<i>Média densidade</i>	7.34	1.835	2567	7.20	2.098	2567	7.55	1.801	3384	7.46	2.101	3389
<i>Alta densidade</i>	7.49	1.956	2975	7.33	2.076	2965	7.78	1.859	3561	7.59	2.090	3551
Frequência religiosa												
<i>Não religioso</i>	7.17	2.108	2204	6.93	2.333	2193	7.47	1.987	2887	7.27	2.212	2893
<i>Pouco religioso</i>	7.28	2.029	2372	7.16	2.122	2374	7.68	1.893	3047	7.53	2.095	3046
<i>Medianamente religioso</i>	7.20	1.963	2064	7.17	2.084	2041	7.51	1.867	2155	7.39	2.197	2165
<i>Muito religioso</i>	7.22	2.013	490	7.20	2.330	481	7.60	2.085	447	7.34	2.326	439

O BES cresce até três pessoas no agregado familiar, decaindo a partir daí, para qualquer ano analisado e qualquer componente do BES, embora seja maior o seu impacto na felicidade do que na satisfação com a vida. Comparando com 2012, a felicidade cresce

genericamente para qualquer dimensão do agregado familiar, mas o mesmo já não acontece com a satisfação com a vida, que decresce em 2012, relativamente a 2002, com a exceção dos agregados de uma e duas pessoas.

A densidade das redes de sociabilidade apresenta-se como um forte diferenciador das componentes do BES. A felicidade e a satisfação com a vida aumentam em paralelo com o aumento da densidade das redes de sociabilidade. E esta relação vê-se reforçada em 2012. Já a frequência religiosa não parece ser um elemento diferenciador das componentes do BES. Sendo certo que a inexistência de práticas religiosas é a que possui menor relação com o BES, é igualmente certo que as diferenças são mínimas e heterogéneas, porquanto são os pouco religiosos que genericamente denotam maior satisfação com a vida e a felicidade, em qualquer dos anos.

Uma análise do BES por países mostra-nos que são os países nórdicos (sobretudo os pertencentes aos modelos de *welfare state* social-democrata) aqueles que apresentam maior relação com a felicidade e a satisfação com a vida (tabela 9). No extremo inferior da tabela encontram-se os países do sul europeu, com Portugal em último. O nosso país denota ligeiramente melhor relação com a felicidade do que a satisfação com a vida, mas em qualquer dos casos a um pequeno passo da infelicidade e, mais ainda, da insatisfação.

Tabela 9 - A geografia da felicidade e da satisfação com a vida (2002 e 2012)

	2002						2012					
	Felicidade			Satisfação com a vida			Felicidade			Satisfação com a vida		
Países	X	s	n	X	s	n	X	s	n	X	s	n
Dinamarca	8.42	1.597	103	8.72	1.557	103	8.50	1.555	143	8.84	1.517	143
Suíça	7.94	1.556	159	8.05	1.849	159	8.03	1.580	188	8.36	1.611	188
Noruega	7.93	1.562	75	7.91	1.739	75	8.29	1.391	103	8.31	1.506	103
Finlândia	8.11	1.506	101	8.14	1.658	101	7.97	1.450	156	8.19	1.468	156
Suécia	8.06	1.654	178	8.13	1.649	178	7.96	1.623	257	8.12	1.706	257
Holanda	7.77	1.431	350	7.67	1.644	350	7.80	1.454	478	7.84	1.584	480
Reino Unido	7.92	1.882	1438	7.30	2.229	1431	7.89	1.796	1969	7.71	1.877	1965
Alemanha	7.25	1.869	1959	7.13	2.174	1962	7.70	1.804	2204	7.68	1.984	2209
Bélgica	7.75	1.872	182	7.46	2.079	180	7.68	1.691	263	7.50	1.838	262
Espanha	6.95	1.986	1123	6.68	2.113	1121	7.66	2.054	1082	7.12	2.479	1076
Itália	6.12	2.211	1216	6.78	2.269	1188	6.72	2.151	1378	6.37	2.507	1389
Portugal	6.11	2.068	258	5.36	2.160	258	6.09	1.983	352	5.78	2.151	353

Duas explicações concorrentes poderão aduzir-se para as diferenças entre os países. Por um lado, poderemos estar a captar a expressão de diferenças culturais e normativas na vivência e expressão de felicidade e bem-estar. Por outro lado, poderemos estar a captar o

efeito diferenciador de arquiteturas institucionais e modelos de desenvolvimento socioeconómico distintos. Muito provavelmente, é na confluência destas duas explicações que se encontra a discussão mais completa. Na nossa dissertação, iremos focar as nossas leituras na segunda, relacionando-a com a teoria dos modelos de estado social de Esping-Andersen. De facto, parece encaixar plenamente na distribuição do BES a proposta de arrumação de países por modelos de Estado Providência – a felicidade e a satisfação com a vida são maiores nos países com estado social de modelo social-democrata e menores nos países com um Estado-Providência menos aprofundado e de pendor familista e assistencial.

3. Os determinantes socioeconómicos da perceção da felicidade e da satisfação com a vida na população idosa (2002-2012): síntese multivariada

As tabelas seguintes sintetizam os coeficientes obtidos após análise multivariada das nossas variáveis explicativas em relação à felicidade e à satisfação com a vida, em 2002 e 2012.

Foram ajustados cinco modelos, para cada ano e para cada componente do BES, que permitiram controlar sucessivamente as variáveis agrupadas em cinco blocos. Deste modo, pretendeu-se determinar a capacidade explicativa de cada uma das variáveis selecionadas para a felicidade e a satisfação com a vida, nos anos respetivos, e aferir dos efeitos das interações existentes entre elas.

Da análise ressaltaram quatro dimensões que analisaremos destacadamente. A primeira remete para as trajetórias de socialização de género e para a natureza socialmente definida das diferenças de género na construção da felicidade e da satisfação com a vida. A segunda leva-nos para a discussão sobre o papel estruturante do estado de saúde na construção do BES, reforçando esta dimensão como central na vida dos mais velhos. A terceira linha de discussão leva-nos a dissertar sobre as condições materiais da vida e para o domínio das desigualdades sociais, captadas enquanto desigualdades de rendimento, na construção do BES. Na quarta dimensão discutiremos o papel das relações sociais de âmbito familiar, extrafamiliar e religioso, problematizando o seu efeito mais ou menos protetor na construção do BES. Esta secção terminará com algumas considerações genéricas sobre a natureza das diferenças observadas entre 2002 e 2012 na relação com a hipótese central que se levantou nesta dissertação, a dos efeitos deteriorantes da crise financeira e económica na autoavaliação de estados de felicidade e satisfação.

Tabela 10 - Coeficientes de regressão linear – Satisfação com a vida em 2002

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5		
Variáveis explicativas	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta
Género (Base=Feminino)															
Masculino	0.198*	.052	.045	-.042	.051	-.010	-0.179*	.059	-.041	-0.159*	.059	-.036	-0.130**	.058	-0.030
Idade	.001	.003	.004	0.025*	.003	.088	0.028*	.004	.097	0.029*	.004	.100	0.027*	.004	0.093
Saúde (Base=Boa/Muito boa)															
Fraca saúde percebida				-0.696*	.054	-.155	-0.575*	.063	-.128	-0.557*	.062	-.124	-0.501*	.063	-0.111
Má/Muito má saúde percebida				-2.083*	.072	-.352	-1.828*	.083	-.312	-1.696*	.084	-.290	-1.563*	.084	-0.267
Experiência de viuvez (Base=Não)															
Sim				-0.499*	.061	-.102	-0.297*	.070	-.061	-0.309*	.074	-.063	-0.254*	.073	-0.052
Rendimentos							0.196*	.015	.174	0.185*	.015	.172	0.129*	.016	0.120
Dimensão do agregado familiar										0.028	.040	.010	0.141*	.042	0.051
Densidade da rede social (Base=Não possui)															
Baixa densidade										0.330**	.160	.057	0.215	.160	0.037
Média densidade										0.627*	.155	.138	0.489*	.154	0.108
Alta densidade										0.845*	.153	.191	0.741*	.152	0.167
Frequência religiosa (Base=Não tem)															
Baixa frequência										0.165**	.067	.036	0.158**	.068	0.034
Media frequência										0.170**	.073	.034	0.299*	.074	0.060
Alta frequência										-0.009	.130	-.001	0.180	.130	0.019
Países (Base=Portugal)															
Espanha													0.965*	.159	0.153
Itália													0.849*	.165	0.125
Dinamarca													2.504*	.262	0.145
Finlândia													2.149*	.257	0.126
Noruega													1.687*	.281	0.089
Suécia													1.953*	.216	0.155
Reino Unido													1.242*	.160	0.235
Holanda													1.604*	.190	0.169
Alemanha													1.293*	.158	0.271
Bélgica													1.490*	.221	0.111
Suíça													1.635*	.239	0.113
	R2 = 0.045; F=7,142; p<0.01			R2=0,118; F=180,409; p<0.01			R2=0,138; F=142,458; p<0.01			R2=0,149; F=71,612; p<0.01			R2=0,176; F=47,295; p<0.01		
* 1%, p< 0.01; ** 5%, p<0.05; + 10%. Os valores a vermelho não são possuem significância estatística (p>0,1).															

Tabela 11 - Coeficientes de regressão linear – Felicidade em 2002

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5		
Variáveis explicativas	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta
Género (Base=Feminino)															
Masculino	0.249*	.048	.061	-0.027	.047	-0.007	-0.166*	.053	-.042	-0.157*	.053	-.040	-0.124**	.051	-0.031
Idade	-0.010*	.003	-.037	0.017*	.003	.065	0.019*	.004	.072	0.020*	.004	.075	0.018*	.004	0.070
Saúde (Base=Boa/Muito boa)															
Fraca saúde percebida				-0.803*	.050	-.193	-0.694*	.056	-.171	-0.668*	.056	-.164	-0.561*	.055	-0.138
Má/Muito má saúde percebida				-2.005*	.065	-.367	-1.774*	.074	-.335	-1.627*	.075	-.307	-1.458*	.074	-0.275
Experiência de viuvez (Base=Não)															
Sim				-0.622*	.055	-.138	-0.583*	.062	-.132	-0.605*	.066	-.138	-0.550*	.064	-0.125
Rendimentos							0.114*	.013	.118	0.110*	.013	.113	0.057*	.014	0.058
Dimensão do agregado familiar										0.025	.036	-0.010	0.242*	.036	0.097
Densidade da rede social (Base=Não possui)															
Baixa densidade										0.453*	.141	.087	0.161+	.133	0.031
Média densidade										0.751*	.136	.183	0.441*	.133	0.107
Alta densidade										1.052*	.135	.263	0.709*	.131	0.177
Frequência religiosa (Base=Não tem)															
Baixa frequência										0.078	.060	-0.019	0.170*	.059	0.041
Media frequência										-0.022	.065	-0.005	0.257*	.065	0.057
Alta frequência										-0.009	.115	-0.001	0.260**	.112	0.030
Países (Base=Portugal)															
Espanha													0.515*	.139	0.090
Itália													-0.311**	.144	-0.051
Dinamarca													1.630*	.229	0.105
Finlândia													1.579*	.225	0.102
Noruega													1.189*	.246	0.069
Suécia													1.352*	.189	0.119
Reino Unido													1.366*	.139	0.286
Holanda													1.145*	.166	0.133
Alemanha													0.877*	.138	0.203
Bélgica													1.127*	.192	0.093
Suíça													1.071*	.209	0.082
	R2=0,006; F=19,811; p<0.01			R2=0,140; F=231,990; p<0.01			R2=0,149; F=156,656; p<0.01			R2=0,166; F=82,247; p<0.01			R2=0,228; F=65,784; p<0.01		
* 1% p<0.01; ** 5%, p<0.05; + 10%, p<0.1. Os valores a vermelho não são possuem significância estatística (p>0,1).															

Tabela 12 - Coeficientes de regressão linear – Satisfação com a vida em 2012

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5		
Variáveis explicativas	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta
Género (Base=Feminino)															
Masculino	.077	.047	.018	-0.083+	.046	-.019	-0.018	.049	-.004	0.017	.049	.004	0.043	.048	0.010
Idade	0.014*	.003	.049	0.035*	.003	.127	0.0389*	.003	.141	0.035*	.003	.129	0.033*	.003	0.121
Saúde (Base=Boa/Muito boa)															
Fraca saúde percebida				-0.936*	.048	-.210	-0.832*	.053	-.192	-0.789*	.052	-.182	-0.661*	.052	-0.152
Má/Muito má saúde percebida				-2.040*	.069	-.322	-1.815*	.077	-.285	-1.677*	.078	-.263	-1.494*	.077	-0.234
Experiência de viuvez (Base=Não)															
Sim				-0.505*	.060	-.094	-0.296*	.067	-.055	-0.438*	.069	-.082	-0.363*	.067	-0.068
Rendimentos							0.125*	.010	.154	0.134*	.010	.165	0.107*	.010	0.132
Dimensão do agregado familiar										-0.194*	.034	-.071	-0.041	.035	-0.015
Densidade da rede social (Base=Não possui)															
Baixa densidade										0.469*	.164	.083	0.286+	.160	0.051
Média densidade										0.733*	.159	.170	0.578*	.155	0.134
Alta densidade										0.933*	.159	.212	0.799*	.155	0.186
Frequência religiosa (Base=Não tem)															
Baixa frequência										0.267*	.056	.061	0.275*	.055	0.063
Media frequência										0.123+	.064	.025	0.304*	.063	0.061
Alta frequência										0.188	.125	.018	0.446*	.123	0.042
Países (Base=Portugal)															
Espanha													1.174*	.156	0.187
Itália													0.539**	.157	0.085
Dinamarca													2.527*	.224	0.161
Finlândia													2.000*	.214	0.138
Noruega													2.032*	.239	0.116
Suécia													1.739*	.191	0.153
Reino Unido													1.636*	.152	0.321
Holanda													1.530*	.173	0.730
Alemanha													1.603*	.151	0.345
Bélgica													1.376*	.190	0.120
Suíça													2.024*	.211	0.143
	R2=0,003; F=11,214; p<0.01			R2=0,115; F=222,323; p<0.01			R2=0,131; F=170,475; p<0.01			R2=0,148; F=90,347; p<0.01			R2=0,192; 66,858; p<0.01		
* 1%; p<0.01; ** 5%, p<0.05; + 10%, p<0.1. Os valores a vermelho não são possuem significância estatística (p>0,1).															

Tabela 13 - Coeficientes de regressão linear – Felicidade em 2012

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5		
Variáveis explicativas	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta	b	Erro P.	Beta
Género (Base=Feminino)															
Masculino	0.118*	.042	.030	-0.068+	.040	-.018	-0.050	.043	-.013	-0.027	.043	-.007	0.001	.042	0.000
Idade	0.004	.003	.015	0.027*	.003	.109	0.032*	.003	.130	0.031*	.003	.129	0.029*	.003	0.120
Saúde (Base=Boa/Muito boa)															
Fraca saúde percebida				-0.749*	.042	-.189	-0.657*	.046	-.171	-0.641*	.046	-.167	-0.528*	.046	-0.138
Má/Muito má saúde percebida				-1.772*	.061	-.315	-1.557*	.068	-.276	-1.478*	.068	-.262	-1.346*	.068	-0.239
Experiência de viuvez (Base=Não)															
Sim				-0.719*	.053	-.151	-0.683*	.059	-.145	-0.641*	.068	-.139	-0.611*	.059	-0.129
Rendimentos							0.092*	.009	.129	0.085*	.009	.119	0.068*	.009	0.095
Dimensão do agregado familiar										0.128*	.030	.053	0.236*	.031	0.098
Densidade da rede social (Base=Não possui)															
Baixa densidade										0.513*	.144	.103	0.362*	.141	0.073
Média densidade										0.686*	.140	.180	0.566*	.137	0.149
Alta densidade										1.031*	.140	.272	0.920*	.137	0.243
Frequência religiosa (Base=Não tem)															
Baixa frequência										0.179*	.050	.046	0.203*	.049	0.052
Media frequência										0.037	.056	.008	0.197*	.056	0.045
Alta frequência										0.230**	.109	.025	0.424*	.108	0.045
Países (Base=Portugal)															
Espanha													1.355*	.137	0.245
Itália													0.423*	.138	0.075
Dinamarca													1.995*	.197	0.144
Finlândia													1.608*	.189	0.125
Noruega													1.780*	.211	0.115
Suécia													1.374*	.168	0.137
Reino Unido													1.591*	.134	0.353
Holanda													1.363*	.152	0.174
Alemanha													1.410*	.133	0.344
Bélgica													1.279*	.167	0.126
Suíça													1.476+	.186	0.118
	R2=0,001; F=4,669; p<0.01			R2=0,119; F=230,849;p<0.01			R2=0,131; F=170,548; p<0.01			R2=0,151; F=92,475; p<0.01			R2=0,198; F=69,300; p<0.01		
* 1%, p<0.01; ** 5%, p<0.05; + 10% , p<0.1. Os valores a vermelho não são possuem significância estatística (p>0,1).															

Os homens são mais felizes... acompanhados, com a carteira cheia e a respirar saúde.

Em 2002 os homens manifestavam de facto maior BES do que as mulheres (modelos 1). Mas em 2012 essa predominância esbateu-se para valores pouco significativos (felicidade) ou insignificantes (satisfação com a vida). Controlando os efeitos do estado de saúde percebida e o estado de viuvez (modelos 2), os homens passaram a declarar menor felicidade e menor satisfação do que as mulheres. Uma vez adicionado ao modelo o rendimento (modelos 3), atenuam-se os efeitos do estado de saúde, de viuvez e de género, mantendo-se, de qualquer forma, os homens menos felizes e menos satisfeitos, embora em 2012 as diferenças de género se tornem estatisticamente insignificantes nos modelos posteriores (4 e 5). No modelo 4 são as redes de sociabilidade mais densas que mais contribuem para o BES, uma vez mais reduzindo ligeiramente o efeito de género. Ou seja, o que os sucessivos modelos nos desvendam é a natureza socialmente construída das diferenças de género. Numa análise mais precipitada, no plano bivariado, poderíamos ser induzidos a pensar que, de facto, os homens expressam mais felicidade e mais satisfação. Isso, de acordo com os nossos dados, terá mais a ver com a distribuição de um conjunto de capitais (rendimentos e redes sociais) e de estados (civil e de saúde), esses sim com desigualdades de género marcantes.

Ana Dantas, na sua tese de doutoramento, sustenta que a partir dos 65 anos “as percepções médias de felicidade de homens e mulheres afastam-se, diminuindo bastante a média de felicidade entre as mulheres e aumentando entre os homens” (2015:190-191), concluindo “que nos grupos 65-74 e 75 e mais anos há diferenças significativas quanto à percepção de felicidade.” (2015:192). Rui Brites obtém idêntica conclusão: “Na análise por sexo e idade observa-se que os homens registam valores mais elevados de BES em todos os grupos etários, registando-se o maior *gap* entre os mais velhos, com as mulheres com mais de 65 anos a registarem o valor mais baixo.” (2011: 215). Corbi & Menezes-Filho também concluem sobre o Brasil, quanto à conexão do género com a felicidade: «No caso do Brasil (somente), os efeitos marginais desta variável [*dummy homem*] são estatisticamente significantes. (...) os homens parecem ter 17% de probabilidade de, *ceteris paribus*, serem “muito felizes” e 1,5% de serem “infelizes”, enquanto as mulheres apenas 13% de serem “muito felizes” e quase 3% de serem

“infelizes”.» (2006: 534).

Fahey & Smyth, porém, concluem inversamente, avisando que os resultados não são estatisticamente significativos: *“Gender has little effect: males have somewhat lower life satisfaction scores than females, although the difference is not statistically significant.”* (2004: 19). Esta conclusão aproxima-se da nossa, sobretudo no período de 2012, altura em que os nossos resultados indicam diferenças que também não são significativas. Iolanda Galinha, recorrendo a outros autores, reflete sobre esta dualidade empírica, acima exposta:

“Desde o início da investigação sobre as diferenças de género e o Bem-Estar Subjectivo, os resultados oscilam entre a não existência de diferenças entre os sexos (Fugl-Meyer, Braenholm & Fugl-Meyer, 1991) e a existência de apenas ligeiras diferenças, que apontam os homens como mais felizes e as mulheres como tendo a experiência de maior Afecto Negativo (Diener et al., 1999). Outros estudos, no entanto, indicam que as mulheres manifestam, simultaneamente, os níveis mais elevados de mal-estar, sendo a depressão mais prevalente nas mulheres, e os níveis mais elevados de Bem-Estar, relatando frequentemente níveis elevados de Afecto Positivo. (...) Os estudos quanto à relação entre o género e o Bem-Estar Subjectivo não são conclusivos e levantam questões interessantes para futura investigação.” (Galinha, 2008: 88-89).

No mesmo sentido se pronuncia Hansen:

“The pattern of intercorrelations is uniform across gender; indeed, auxiliary analyses show no significant gender differences in these correlations (results not shown). The correlations are fair to moderate, except for the nonsignificant or weak association between positive and negative affect. The correlations are consistent with those of a large body of literature (e.g., Arthaud-Day et al. 2005) and show that while the different measures share common variance (except positive and negative affect), they are not equivalent constructs.” (Hansen et al., 2009: 351).

Giacomoni, refere que a controvérsia sobre a importância das variáveis sociodemográficas é já antiga:

“Os últimos trinta anos de pesquisa têm demonstrado que todos os fatores demográficos tomados juntos não contam muito para a variância do bem-estar subjetivo. Campbell, Converse e Rodgers (1976), no extenso

trabalho realizado, encontraram que as variáveis demográficas (por exemplo: sexo, idade, renda, raça, educação e condição civil) computaram menos do que vinte por cento da variância do bem-estar. A média de variância explicada pelas circunstâncias externas encontrada é de aproximadamente dez por cento para Andrews e Whitey (1976) e de quinze por cento para Diener (1984). Quando outras variáveis, usualmente demográficas, são controladas, o efeito costuma diminuir, mas geralmente todas têm sobrevivido a tais controles.” (Giacomoni, 2004: 45).

Guedea et al. confirma a conclusão anterior (2006: 302).

Uma conclusão parece ser consensual: o género tem reduzida ou nula predição com o BES, nas suas componentes da satisfação com a vida e da felicidade. Algumas hipóteses explicativas, dadas pelos autores, não podem ser por nós verificadas. Consideramos, no nosso estudo, a componente afetiva global (felicidade) e não as suas subcomponentes: afeto negativo e positivo.

As nossas conclusões enquadram-se com as obtidas nalguns estudos, o que nos permite confirmar umas e infirmar outras. Porque nos parece mais enriquecedor, considerando todos os fatores que incluímos na análise, podemos afirmar que o género, em 2002, para a determinação da satisfação com a vida e da felicidade, nos revela que os homens se sentem menos satisfeitos e menos felizes do que as mulheres. Em 2012, como já afirmamos, o género não revela nenhuma capacidade explicativa para a felicidade e a satisfação com a vida.

Haja “saudinha”...

A ausência de saúde é um dos maiores determinantes da infelicidade e da insatisfação. Quanto pior saúde, pior perceção do BES, e isto independentemente de qualquer outro fator. Diversos estudos conotam as mulheres com uma maior morbilidade do que os homens (Cabral, 2013: 246), e daí a inicial diferença de género quando não controlado o efeito do estado de saúde.

Archie Hochschild, sobre a divisão do género no trabalho emocional, refere que as mulheres administram as emoções separando o “eu” da sua atividade, a vida pública da vida privada, preservando a autoestima das adversidades das relações posicionais de subalternidade (*Apud* Bonelli, 2004). De algum modo este trabalho emocional pode

também estar presente na gestão das emoções negativas provenientes do mau estado de saúde.

“Outros estudos (...) indicam que as mulheres manifestam, simultaneamente, os níveis mais elevados de mal-estar, sendo a depressão mais prevalente nas mulheres, e os níveis mais elevados de Bem-Estar, relatando frequentemente níveis elevados de Afecto Positivo. Parece que os elevados níveis de Afecto Negativo e de Afecto Positivo nas mulheres se equilibram, resultando em níveis de Bem-Estar Global semelhantes aos dos homens (Lee, Seccombe & Shehan, 1991). Neste caso, se as diferenças de género não se relacionam com a variância do Bem-Estar Subjectivo, relacionam-se com a intensidade do Bem-Estar Subjectivo. Colocando a hipótese de as mulheres revelarem experiências emocionais mais intensas, isso pode explicar o facto de serem mais vulneráveis à depressão e, ao mesmo tempo, de poderem experienciar níveis de Felicidade superiores em relação aos homens (Galinha, 2008: 88-89).

Tal como já vimos na teoria, a falta de saúde percebida resulta da percepção cognitiva e afetiva da saúde. Os idosos, em particular, revelam estratégias psicológicas (de adaptação, de enfrentamento, de esquiva, entre outras) e sociológicas (desvinculação, subcultura, modernização, desenvolvimento, atividade) de ajustamento às novas realidades objetivas e subjetivas. O seu auto relato é o resultado subjetivo da forma como eles se sentem, se vêm individualmente e em relação aos outros. Outra forma de medir o estado de saúde é através da análise clínica, mais objetiva.

Rabasquinho e Pereira concluiu que os transtornos afetivos bipolares (perturbações de humor) foram mais prevalentes nas mulheres do que os homens, mas nas mulheres casadas essa perturbação é o dobro das mulheres solteiras, bem como é maior nas mulheres “urbanas do que nas “rurais”. Nas perturbações de ansiedade as mulheres continuam maioritárias, mas ambos os géneros revelam-se mais ansiosos em solteiros do que em casados ou divorciados. Contudo se as mulheres solteiras são mais ansiosas do que os homens, já os homens divorciados são mais ansiosos do que as mulheres. O efeito de género nos problemas de vida relacionais e ambientais, as mulheres e os homens solteiros apresentam taxas mais elevadas, sendo a diferença entre os solteiros e os casados muito maior do que entre as solteiras e as casadas no género feminino, não havendo diferenças de género nos divorciados (2007: 444-445)

Se há, no domínio da saúde mental, doenças mais predominantemente atribuíveis

ao género, a conclusão da autora é que a importância das diferenças de género advém de fatores mediadores culturais (papéis sociais), com influência nas diferenças de personalidade. Ou seja, se a atribuição ao género fosse onnipresente e constante não se poderiam verificar diferenças nem nos homens e nem nas mulheres quando assumem papéis sociais e menos ainda, quando essa alteração de papéis inverte ou iguala a presença de doenças mentais.

Por outra via, Perelman et al. (2012), a propósito de doenças físicas, conclui que *“Women’s health status was thus worse in some cases – undoubtedly self-rated health and milder chronic conditions – but was also higher among men for most severe conditions, rejecting the assumption of a “male disadvantage” associated with chronic diseases.”* (2012: 2346).

Manuel Villaverde Cabral, relativamente às condições objetivas da saúde, concluiu que com o aumento da idade existe uma propensão para a morbilidade, isto é, uma tendência para o estado de doença, com influência na perceção da felicidade (2013: 249-250). Quanto à contribuição do estado de saúde percebido “envelhecer bem, com qualidade de vida e de forma saudável, implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde, as quais embora não podendo estar desligadas do modo de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros, são por si só decisivas, e talvez as mais condicionantes, para um envelhecimento activo, sobretudo na grande idade.” (2013: 277).

Concluimos sem dúvida, e em linha com toda a investigação científica a que acedemos, que a perceção de falta de saúde é preditiva de insatisfação e infelicidade, quando comparada com a perceção de estar saudável, não ignorando a relação de “vasos comunicantes” que ocorrem nos fenómenos sociais, em geral, e no do bem-estar subjetivo e nos seus determinantes, em particular. Concluimos ainda que o estado de saúde percebido pelos indivíduos é um dos mais fortes preditores do BES, em especial a falta de saúde, não deixando vestígios da diferença de género. Significa isto que o que antes aparecia como diferença de género na satisfação com a vida e na felicidade é, na realidade, uma diferença de género vinculada ao estado de saúde (desfavorável às mulheres), reforçando a importância das trajetórias de género na discussão dos fenómenos sociais nas suas causalidades.

O dinheiro não dá felicidade, mas...

Quando, nas análises multivariadas que efetuamos, controlamos os efeitos do rendimento verificamos que o dinheiro ajuda... mais a satisfação com a vida do que a felicidade. Os efeitos do rendimento diminuem significativamente, em particular, os impactos negativos da experiência de viuvez e do estado de saúde (modelos 3). Mas, quando lido o seu impacto relativamente ao género, a sugestão é de que o impacto é mais negativo para os homens do que para as mulheres.

Benjamin Radcliff refere que inúmeros estudos nos Estados Unidos e em estados da União Europeia mostram que “*At the individual level, life satisfaction varies directly with income in the United States and in every member state of the European Union.*” (2001: 940). A questão principal, para ele, já não é saber se influencia a satisfação com a vida mas quanto.

Corbi et al. refere, no seu estudo, que “A relação entre renda e felicidade, tanto em regressões simples e quando um grande número de outros fatores é controlado em regressões múltiplas, continua sendo estatisticamente significativa e positiva.” (2006: 521). Mas coloca a questão da direccionalidade da correlação:

“Apesar de nos parecer que as variáveis renda e felicidade apresentam correlação positiva significativa, as correlações por si só não estabelecem direção de causalidade. Existe a possibilidade que rendas mais altas não tragam felicidade para as pessoas, e sim que pessoas mais felizes ganhem mais dinheiro porque elas tendem a trabalhar mais arduamente e serem mais empreendedoras.” (Corbi et al., 2006: 521-522)

Richard Easterlin vê na relação do rendimento com o bem-estar subjetivo um paradoxo. “*As a general matter, subjective well-being varies directly with income and inversely with material aspirations.*” (2001: 481). Este paradoxo consiste numa espiral consumista entre o bem-estar proporcionado pelo rendimento na aquisição de bens que, após consumidos, desperta uma nova aspiração material que não gera bem-estar (Easterlin, 2001: 481).

Ed Diener et al. dizem-nos que o crescimento do rendimento medido pelo PIB *per capita* produz maior bem-estar subjetivo se gerar otimismo, satisfação financeira e prosperidade material do agregado familiar. Adverte porém que caso o rendimento inverta estes fatores o efeito do rendimento sobre o bem-estar subjetivo pode ser

encoberto por eles. Ou seja, o efeito do rendimento sobre o bem-estar subjetivo pode ser ocultado pela mediação de fatores de confiança no futuro, mesmo que o rendimento seja elevado (2013: 275).

O estudo de Antunes, em que analisa as desigualdades na saúde, concluiu, a dado passo, que estas assimetrias constituem tendências bipolarizadas entre as classes profissionais de maiores recursos e as de menores recursos, que se expressam na diferença de longevidade. A diferença de longevidade não é apenas uma questão de género, é também uma questão de classe. As classes com mais recursos na entrada para a velhice possuem capitais que lhes permitem adotar comportamentos mais saudáveis e de menor risco, na alimentação, no recurso a diferentes tipos de cuidados de saúde, na exposição ao risco laboral ou de lazer, nas condições de segurança habitacional, nas práticas de desporto, na educação para a saúde. Nas classes populares a diminuição da longevidade justifica-se pelo oposto. Os comportamentos de risco (alcoholismo, tabagismo, alimentação) mantêm-se, não havendo alterações, a este nível, nos seus estilos e trajetórias de vida. (2010: 32).

Perelman et al., no estudo já citado, refere as condições socioeconómicas como fator equalizador da redução das diferenças de género na saúde, que, apesar disso, se mantêm grandes e significativas. Para além deste fator, existem outros com grande influência nos padrões de saúde associados ao género. São eles a educação, a ocupação, o emprego, nos quais as diferenças de género se mantêm e a mulher continua a ser negativamente discriminada (2012: 2346).

Parece consensual que o rendimento se assume como um determinante importante do BES, mesmo quando se considera que essa capacidade preditiva do BES possua um efeito limite ou possa até gerar infelicidade (paradoxo de Easterlin). Os dados do ESS alinham-se no mesmo sentido, como vimos.

Amigos, amigos... negócios à parte

A importância das redes de sociabilidade revela-se nos modelos 4 das nossas análises multivariadas. Todas as redes sociais de densidade denotam uma capacidade preditiva positiva para a felicidade e a satisfação com a vida, com um efeito linear claro, embora, em qualquer dos anos, mais influente na felicidade do que na satisfação com a vida. Idêntico efeito provoca a dimensão do agregado familiar, embora numa

determinação mais reduzida. Assume especial importância o facto da dimensão do agregado familiar, em 2012, na sua relação com a satisfação com a vida, ser negativamente preditiva. Ou seja, o aumento da dimensão do agregado familiar manifestou-se positivamente preditiva para com a felicidade (embora reduzida), mas a presença de mais elementos nos agregados familiares não deixou de originar desconforto quanto à satisfação com a vida.

As nossas conclusões apontam no sentido das investigações já realizadas. As redes de sociabilidade são importantes mecanismos para o envelhecimento ativo, para a integração e o apoio sociais, para a saúde, para a redução os efeitos do isolamento, da viuvez e compensação da rarefação familiar. Têm, nesse sentido, um efeito protetor do estado emocional do indivíduo:

“As relações interpessoais são fundamentais para o bem-estar e felicidade de cada pessoa. A frequência do contacto com os outros e a qualidade dessas relações são determinantes cruciais desses dois sentimentos: o tempo passado com os outros, sejam familiares, amigos, vizinhos ou colegas, e as actividades realizadas em conjunto tornam a vida mais satisfatória; a rede social em que cada individuo se insere pode gerar apoio material ou emocional em momentos de necessidade, assim como proporcionar oportunidades de realização pessoal e potenciar a participação cívica e social. Para além disso, a natureza das interacções sociais pode também gerar implicações para lá do círculo mais próximo das relações, com influências sociais importantes em termos gerais e potenciando as relações de confiança com os outros e com as instituições em geral.” (Cabral, 2013: 258)

Quer ao nível da felicidade, quer ao nível da satisfação com a vida, verificamos uma correlação positiva com as redes de sociabilidade, sejam elas de baixa, média ou alta intensidade, crescendo a capacidade preditiva em função da frequência de forma linear. Contudo se já era em 2002 mais preditiva da felicidade, em 2012 essa predição aparece mais reforçada.

“ [...] envelhecer bem, com qualidade de vida e de forma saudável, implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde, as quais embora não podendo estar desligadas do modo de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros, são por si só decisivas, e talvez as mais condicionantes, para

um envelhecimento activo, sobretudo na grande idade.” (Cabral, 2013: 278)

Considerando as práticas religiosas no âmbito relacional, o nosso estudo permite concluir que a frequência religiosa tem valor preditivo positivo no bem-estar subjetivo, um pouco mais em 2012 do que em 2002. Apesar da pequena expressividade preditiva refira-se que parece predizer mais a satisfação com a vida do que a felicidade e, surpreendentemente, são as frequências menores que mais relevância manifestam. Estas conclusões alinham com as análises de Rui Brites, segundo o qual:

“ [...] a busca da felicidade é uma perspectiva optimista que coloca nos ombros dos indivíduos a responsabilidade de serem felizes. O papel da “divina providência” nesse empreendimento, invocado pelos crentes, parece ser diminuto, pois a religião, como vimos, tem um impacto diminuto.” (2011: 222).

Se o apoio familiar, e a reciprocidade desse apoio, se mostra importante para a felicidade e a satisfação com a vida dos idosos, constatamos que o acréscimo da dimensão dos agregados familiares também produz insatisfação com a vida. Em 2002, a dimensão do agregado familiar mostrou-se insignificante para determinar o grau declarado de felicidade e de satisfação com a vida, mostrando-se significativa apenas quando controlamos a nacionalidade dos inquiridos. Em 2012, esta variável assumiu uma dimensão não só significativa como antagónica entre à felicidade e à satisfação com a vida. Isto é, a dimensão da família produziu insatisfação embora tenha produzido simultaneamente felicidade. Note-se que, estando o efeito do rendimento simultaneamente controlado no modelo, não podemos associar este impacto negativo da dimensão do agregado a dinâmicas confinadas a contextos de baixo rendimento. Contudo, e tendo sido já levantada a hipótese de abaixamento generalizado nos rendimentos em 2012 quando comparados com 2002, é de supor que essa pressão seja, efetivamente, transversal a todos os contextos materiais.

Ana Dantas sustenta-se na investigação da sua tese de doutoramento para concluir que “Verifica-se agora que os seus efeitos [da crise iniciada em 2008] se situam não só ao nível das percepções, mas também das práticas, uma vez que alteram estilos de vida e condicionam a acção e afectam negativamente a percepção de felicidade.” (Dantas, 2015: 255). Ou seja, fatores como o desemprego podem estar na origem destas recomposições familiares. Constança Paúl complementa ao interpretar a situação no seio da família quando nos diz que:

“ [...] enquanto a maioria dos avós diziam sentir alegria e felicidade com o seu papel, os que tinham o papel de pais diziam-se insatisfeitos e desapontados (principalmente as avós). O que sugere que o papel dos avós no apoio aos netos deve ser ponderado como uma ocupação voluntária e em tempo parcial, dando ênfase ao sentimento de passar o legado às gerações futuras e obter um sentido de 'ser completo' e de estabilidade emocional.” (2005: 282).

As conclusões a que chegamos apontam no mesmo sentido. Se, por um lado, o facto de os idosos concederem apoio aos seus descendentes os deixa felizes (mas não mais felizes que antes), por outro lado, deixa-os insatisfeitos pela obrigação familiar e certamente pela partilha da insatisfação daqueles, associada à insegurança quanto ao presente e ao futuro. Afinal, “a manifestação de afectos é outro importante indicador do bem-estar, seja no seio da família, seja na esfera das relações de amizade.” (Cabral, 2013: 259).

Impactos recessivos no BES: alguns apontamentos sobre os efeitos da crise económica e financeira entre os idosos

Mais uma vez reforçando que qualquer análise de tipo evolutivo, que procure ver nas diferenças entre 2002 e 2012 tendências de evolução, não terá mais do que o valor de hipóteses analíticas, vale ainda assim a pena dissertar sobre as mudanças, e as ausências de mudança, nos efeitos das diferentes variáveis preditoras no BES entre as amostras captadas em dois momentos no tempo.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar que, em todo o tempo, e quer foquemos felicidade, quer foquemos satisfação com a vida, há um elemento que não muda: o fator preditivo de maior impacto é o estado de saúde percebido. Isto, longe de naturalizar o sentido de felicidade e satisfação, reclama alguma atenção adicional às políticas de saúde e, concretamente, à organização dos cuidados de saúde dirigidos à população idosa. Se a saúde é, no universo popular, o bem mais precioso, é-o ainda mais quando a perspectiva de que possa escassear se torna mais evidente: na velhice. Mais ainda, convém manter presente que a deterioração do estado de saúde arrasta, com frequência, a erosão de recursos, relacionais e materiais, podendo, por isso, ter um duplo efeito de vulnerabilização.

Em segundo lugar, merece destaque a razoável estabilidade do modelo explicativo para a expressão de felicidade nos dois anos considerados, facto que não se verifica

quando a medida incide na satisfação com a vida. Para a felicidade, quer em 2002, quer em 2012, à saúde segue-se a densidade das redes de sociabilidade e o país de residência, só depois aparecendo o efeito de rendimento. Ou seja, é a dimensão relacional e o contexto nacional que se afiguram como estruturalmente e persistentemente determinantes do estado de felicidade percebido. Mas não é assim para a satisfação com a vida. Se, em 2002, o impacto da distribuição de rendimento aparecia, a seguir à saúde, como o grande determinante da satisfação com a vida, em 2012 ele cede essa posição às diferenças entre países. Nessas diferenças destaca-se, com um coeficiente estandardizado esmagador, o efeito indutor de felicidade de viver em países como a Holanda, a Alemanha, a Suécia ou a Dinamarca. Ou seja, ganha força a hipótese de, entre 2002 e 2012, se ter feito sentir de forma particularmente mais agravada a deterioração das condições de vida da população de países como Portugal, uma deterioração que acaba por ser transversal a todos os grupos sociais e de rendimento, por isso mesmo expressiva em diferenças na geografia.

Conclusão

Após esta incursão nos domínios do bem-estar subjetivo, em geral, e dos idosos, em particular relevamos três grandes conclusões. A primeira diz respeito às inferências da investigação propriamente dita. Verificamos que o bem-estar subjetivo (felicidade e satisfação com vida) está vincadamente associado às condições materiais e imateriais da existência humana. Os idosos manifestam maior bem-estar quando detêm a posse ou usufruem de um conjunto de recursos económicos e sociais. A percepção de bom estado de saúde é um forte preditor de bem-estar. Ao invés a sua falta contribui fortemente para a percepção de mau estar. Com menor impacto o estado de viuvez também desempenhada um papel redutor do bem-estar. Em ambos os casos o fator rendimento possui um efeito atenuador desses handicaps, embora insuficiente para os eliminar. As relações de sociabilidade contribuem no mesmo sentido, da redução dos efeitos dessas vulnerabilidades, que é reforçado pelas características socioeconómicas dos países. Ser mulher ou homem não é indiferente na expressão do bem-estar mas não está relacionada com a diferença sexual - antes com a atribuição social de papéis, ou seja, com o género. Todas as nossas análises apontaram no início para um maior bem-estar dos homens que se inverteu (2002) ou se tornam insignificante (2012) quando outros fatores foram equacionados. O papel da religiosidade mostrou pouco preditor de bem-estar subjetivo e até contraditório, quando as frequências religiosas mais baixas se relacionarem mais com o bem-estar. Por fim, na dimensão dos agregados familiares verificou-se uma alteração significativa, quantitativa e qualitativa. Em 2002, com esta dimensão, a felicidade e a satisfação concorriam positivamente para o bem-estar o que não se verificou em 2012, porquanto a dimensão dos agregados familiares manteve a sua relação positiva com a felicidade mas passou a gerar insatisfação com a vida.

A segunda conclusão diz respeito à estrutura social dos países e ao enquadramento das pessoas, em geral, e dos idosos, em particular, nos diversos modelos de sistemas sociais nacionais. Verificamos que os maiores níveis de bem-estar subjetivo se concentram nos países com modelos “sociais-democratas”, da categorização de Esping-Andersen. Estes sistemas parecem dar melhores respostas às necessidades dos idosos que, como vimos, carecem de maiores cuidados de saúde, de integração e apoio social. A autonomia percebida dos idosos é um fator relevante para o seu bem-estar, pelo que o conceito de “desmercadorização” assume um papel determinante na consecução desse

objetivo – que não advém apenas do rendimento, nem da fruição dos serviços de saúde e sociais, mas também da confiança global do sistema social ou, se quisermos, do afastamento da incerteza e da insegurança.

A última conclusão é de natureza epistemológica. Verificamos que os indicadores “felicidade” e “satisfação com a vida” não apresentaram, duma forma geral, diferenças significativas, mantendo-se aberta a discussão teórica sobre o que medem. Se à felicidade conectamos o resultado das percepções das emoções positivas e negativas e à satisfação com a vida associamos a avaliação cognitiva dos seus eventos, o resultado final colocou-nos na esteira daqueles investigadores que as assemelham, comungando da dúvida sobre se a felicidade se consegue captar pela expressão das emoções quando perguntamos “quão feliz se sente agora?”. Isto é, o que expressamos é a exteriorização do nosso “estado de espírito”, enquanto reação emocional interna, ou é o resultado cognitivo racionalizado (por exemplo, pelo *habitus*)? Durkheim sustenta que:

“ [...] para explicar as transformações pelas quais as sociedades passaram, não se deve procurar saber que influência exercem sobre a felicidade dos homens, pois não foi essa influência que as determinou. A ciência social deve renunciar resolutamente a comparações utilitárias com as quais se deleitou com tanta frequência. Aliás, tais considerações são necessariamente subjetivas, porque todas as vezes que comparamos prazeres ou interesses, como falta qualquer critério objetivo, não podemos deixar de pôr na balança nossas ideias e nossas preferências próprias, e damos por verdade científica o que nada mais é que um sentimento pessoal.” (1999: 244-245).

A questão, na nossa opinião, fulcral e sociológica, é discutir se a percepção de bem-estar é suficientemente estável e crescente apenas com a melhoria das condições materiais e imateriais da vida ou se tais melhorias são ocorrências conjunturais (mais ou menos duradouras) dum sistema social que assenta e se alimenta da produção e reprodução de desigualdades. O nosso estudo aponta para oscilações espaço-temporais e incertezas futuras, quanto à percepção do bem-estar subjetivo, e para uma variabilidade significativa dessa percepção em países desenvolvidos europeus. “As economias de mercado tendem a tornar os indivíduos “prisioneiros de seu próprio egoísmo,” para que “eles se sintam inseguros, sós e privados do gozo ingênuo, simples e sem sofisticação da

vida.”³ (Pacek et al., 2008: 273). O bem-estar subjetivo propõe-se medir o que as pessoas sentem e expressam. Neste sentido é um indicador relevante para aferir o estado das pessoas nos seus contextos. Contudo essa aferição incorpora traços ideológicos inculcados pelo sistema dominante que delimitarão as possibilidades de leitura, como explicam as teorias visitadas.

³ Tradução nossa: “market economies tend to make individuals “prisoners of their own egotism,” so that “they feel insecure, lonely and deprived of the naïve, simple, and unsophisticated enjoyment of life.”

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, A. S. & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(2), 153–164
- Antunes, R. (2010). Classes sociais e a desigualdade na saúde. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, CIES e-WORKING PAPER N°85*. Disponível em http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP85Antunes_000.pdf
- Araújo, I., Paúl, C., & Martins, M. (2010). Cuidar no paradigma da desinstitucionalização: a sustentabilidade do idoso dependente na família. *Revista de Enfermagem Referência*, (no 2), 45–53. <http://doi.org/10.12707/RII1013>
- Aron, R. (2000). *As etapas do pensamento sociológico*. 8ª Ed. Lisboa: D. Quixote. ISBN 972-20-0922-2.
- Bartram, D. (2012). Elements of a sociological contribution to happiness studies: social context, unintended consequences, and discourses. *Sociology Compass*, 6(8), 644–656. doi: 10.1111/j.1751-9020.2012.00483.x
- Bauman, Z. (2009). *A arte da vida*. Rio de Janeiro. Editora: Zahar. ISBN 978-85-378-0118-5
- Bengtson, V. L., Burgess, E. O., & Parrott, T. M. (1997). Theory, explanation, and a third generation of theoretical development in social gerontology. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 52B(2), S72–S88.
- Bonelli, M. G. (2004). Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cad. Pagu.*, n.22, pp. 357-372. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100015>
- Brites, R. (2011). *Valores e felicidade no Século XXI: um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia* (Tese de doutoramento). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Disponível em [www: http://hdl.handle.net/10071/2948](http://hdl.handle.net/10071/2948)
- Cabral, M. V. & Ferreira, P. M. (Eds.) (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN: 978-989-8662-00-2.

- Cancela, D. M. G. (2007). *O processo de envelhecimento* (Tese de doutoramento). Universidade Lusíada do Porto, Porto. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>
- Corbi, R. B., & Menezes-Filho, N. A. (2006). Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Revista de Economia Política*, 26(4). <http://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400003>
- Dantas, A. R. (2015). *A felicidade enquanto recurso emocional socialmente desigual: para uma abordagem sociológica do sentir* (Tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Obtido de http://run.unl.pt/bitstream/10362/15119/1/TeseDoutoramento_AnaRoqueDantas.pdf
- Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Sociologia*, 15, 249–274.
- Dias, I., & Rodrigues, E. V. (2012). Demografia e Sociologia do Envelhecimento. Em C. Paúl (Coord.) & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia: aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (p. 314). Lisboa: Lidel. ISBN: 9789727577996.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276–302.
- Diener, E., Tay, L., & Oishi, S. (2013). Rising income and the subjective well-being of nations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(2), 267–276. <http://doi.org/10.1037/a0030487>
- Doll, J., Gomes, Â., Hollerweger, L., Pecoits, R. M., & Almeida, S. T. de. (2007). Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 12, 7–33.
- Durkheim, E. (1999). *Da divisão do trabalho social* – 2ª ed.- São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Lda,. ISBN 85-336-1022-X
- Easterlin, R. A. (2001). Income and Happiness: towards a unified theory. *The Economic Journal*, 111(473), 465–484. <http://doi.org/10.1111/1468-0297.00646>
- Engels, F. (1975). *A situação da classe operária em Inglaterra*. Porto. Edições Afrontamento.

- Esping-Andersen, G. (1991). As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, (24), 85–116. <http://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>
- European Social Survey Cumulative File, ESS 1-6 (2014). Data file edition 1.0. Norwegian Social Science Data Services, Norway - Data Archive and distributor of ESS data. <http://www.europeansocialsurvey.org/downloadwizard/>
- Fahey, T. & Smyth, E. (2004). Do subjective indicators measure welfare? Evidence from 33 European societies, *European Societies*, 6:1, 5-27, DOI: 10.1080/1461669032000176297
- Frey, B. S. & Stutzer, A. (2005). Happiness Research: State and Prospects, *Review of Social Economy*, 63(2), 207-228, DOI: 10.1080/00346760500130366. <http://dx.doi.org/10.1080/00346760500130366>
- Galinha, I. C. (2008). *Bem-estar subjectivo: factores cognitivos, afectivos e contextuais*. Coimbra: Quarteto. ISBN 978-989-558-108-5.
- Galinha, I. C., & Ribeiro, P. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6(2), 203–214.
- Galinha, I. C., Pereira, C. R., & Esteves, F. (2014). Versão reduzida da escala portuguesa de afeto positivo e negativo - PANAS-VRP: Análise fatorial confirmatória e invariância temporal. *Revista Psicologia*, 28(1), 53–65.
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia*, 12(1), 43–50. ISSN 1413-389X.
- Guedea, M. T. D., Albuquerque, F. de, Tróccoli, B. T., Noriega, J. A. V., Seabra, M. A. B., & Guedea, R. L. D. (2006). Relação do bem-estar subjetivo, estratégias de enfrentamento e apoio social em idosos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 301–308.
- Guerra, P. (2003). A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo. *Sociologia, Revista da FLUP, série I, vol. 13*, 69-119.
- Hansen, T., Slagsvold, B., & Moum, T. (2009). Childlessness and psychological well-being in midlife and old age: An examination of parental status effects across a range of outcomes. *Social Indicators Research*, 94(2), 343–362. <http://doi.org/10.1007/s11205-008-9426-1>

- Herero, V. G. (2008). *Bienestar personal y actividades en la edad adulta tardía* (Tese de doutoramento). Universidad de Málaga, Málaga. Disponível em <http://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/4914>
- Knesebeck, O. V. D., Wahrendorf, M., Hyde, M., & Siegrist, J. (2007). Socio-economic position and quality of life among older people in 10 European countries: results of the SHARE study. *Ageing and Society*, 27(02), 269 – 284. <http://doi.org/10.1017/S0144686X06005484>
- Larios, A. C. (s. d.). *Modelo de Ampliación y Construcción de Barbara Fredrickson*. Obtido 28 de Setembro de 2015, de <http://www.crecimientopositivo.es/portal/modelo-de-ampliacion-y-construccion>
- Lopes, A. (2000). Organizações não governamentais, políticas sociais e desenvolvimento organizacional: welfare mixes em Portugal no domínio da luta contra a VIH/SIDA. *Sociologia*, 10, 131–172.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. (F. Fernandes, Trad.) (2^a ed.). São Paulo: Expressão Popular. ISBN 978-85-7743-048-2.
- Marx, K. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. (2^a ed revista). São Paulo: Boitempo. ISBN 978-85-7559-151-2.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). Manifesto do partido comunista. *Estudos avançados*, 12(34), 7–46. ISSN 1806-9592. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300002>.
- Marx, K., & Engels, F. (2003). *Manifesto Comunista*. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Obtido de http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf
- Neri, A. L. (2007). Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. Em A. L. Neri (Org.), *Qualidade de vida e idade madura* (7^a ed.). São Paulo: Papirus Editora. ISBN 85-308-0243-8.
- Ng, Y.-K. (2000). From Preference to Happiness: Towards a More Complete Welfare Economics. *SSRN Electronic Journal*. <http://doi.org/10.2139/ssrn.222059>
- Pacek, A. & Radcliff, B. (2008). Assessing the welfare state: the politics of happiness. *Perspectives on Politics*, pp. 267-277. doi:10.1017/S1537592708080602.

- Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia*, XV, 275–288
- Perelman, J., Fernandes, A., & Mateus, C. (2012). Gender disparities in health and healthcare: results from the Portuguese National Health Interview Survey. *Cad. Saúde Pública*, 28(12), 2339–2348. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012001400012>.
- Pires, R. P. (2014). Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, 31-50. Doi:10.7458/SPP2012743199.
- Rabasquinho, C & Pereira, H. (2007) - Género e saúde mental: Uma abordagem Epidemiológica. *Análise Psicológica* 25(3), 439-454.
- Radcliff, B. (2001). Politics, Markets, and Life Satisfaction: The Political Economy of Human Happiness. *The American Political Science Review*, 95(4), 939–952. <http://doi.org/10.2307/3117723>
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2005). *Economia*. (18ª Ed.). Lisboa: McGraw-Hill.
- Sell, C. E. (2010). *Sociologia Clássica: Marx Durkheim Weber*. (2ª Ed). Petrópolis: Editora Vozes. ISBN: 978-85-326-3905-9
- Serafim, F. P. (2007). *Promoção do bem-estar global na população sénior: práticas de intervenção e desenvolvimento de actividades físicas* (Tese de doutoramento). Universidade do Algarve, Algarve. Obtido de [ttp://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/659](http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/659)
- Turner, JH. e Stets, Jan E. (2006). Toward a general sociological theory of emotions. *Annual Review of Sociology*. 32, 25–52. doi: 10.1146/annurev.soc.32.061604.123130.
- Vasconcelos, P. (2002) – Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, 37(163), 507-544. <http://www.jstor.org/stable/41011685>.
- Veenhoven, R. (1991). Is happiness relative? *Social Indicators Research*, 24(1), 1–34. <http://doi.org/10.1007/BF00292648>

- Veenhoven, R. (2000). Well-being in the welfare state: level not higher, distribution not more equitable. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 2(1), 91–125.
- Veenhoven, R. (2001). Why social policy needs subjective indicators, *WZB Discussion Paper, No. FS III 01-404*. <http://hdl.handle.net/10419/50182>.
- Veenhoven, R. (2009). How do we assess how happy we are? tenets, implications and tenability of three theories. Em Dutt, A. K. & Radcliff, B. (eds.) *Happiness, Economics and Politics: Towards a multi-disciplinary approach*. Chapter 3, page 45-69. Cheltenham: Edward Elger Publishers. ISBN 978-1-84844-093-7
- Veenhoven, R. (2015). Social conditions for human happiness: a review of research. *International Journal of Psychology*. doi/10.1002/ijop.12161/full
- Vivaldi, F. & Barra, E. (2012). Bienestar Psicológico, Apoyo Social Percibido y Percepción de Salud en Adultos Mayores. *Terapia Psicológica*, 30(2) 23-29. ISSN 0716-6184 (impresa). ISSN 0718-4808 (en línea).

Anexos

Anexo metodológico

A nossa investigação sustentou-se nos dados empíricos disponibilizados pelo ESS (European Social Survey). O ESS é um inquérito académico transnacional que desde 2002 e de dois em dois anos recolhe os dados obtidos num universo já participaram 36 países europeus, pelo menos uma vez, sobre atitudes, crenças e padrões de comportamentos das populações. Os últimos resultados publicados foram em 2012, aguardando a publicação dos dados relativos a 2014.

A aplicação nacional dos inquéritos é efetuada através de instituições parceiras que no caso português são Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. Os inquéritos possuem um módulo permanente, que mede a utilização dos *media*, política, confiança nas instituições, imigração, medo do crime, saúde, religião, bem-estar, valores humanos e informação demográfica e módulos rotativos que já focaram temas como imigração, cidadania e democracia (Edição 1, 2002); moralidade económica, trabalho, família e bem-estar, saúde e prestação de cuidados (Edição 2, 2004); organização do percurso de vida, bem-estar pessoal e social (Edição 3, 2006); atitudes perante a discriminação baseada na idade (idadismo) e atitudes perante o estado de providência (Edição 4, 2008); confiança na polícia e nos tribunais (Edição 5, 2010); compreensão e avaliação da democracia e bem-estar pessoal e social (Edição 6, 2012); atitudes face à imigração e desigualdades na saúde (Edição 7, 2014).

Para o nosso estudo usamos a edição 1, de 2002, e a edição 6, de 2012, por serem as edições extremas disponíveis e nos permitirem uma série de anos mais longa, por um lado, e, por outro lado, comportar 4 anos da crise global atual, cujo início se referencia a 2008. Usamos a base de dados cumulativa das edições 1 a 6 (release data 26.11.14), para o SPSS. Em função dos quadros teóricos do bem-estar subjetivo e do envelhecimento foram selecionadas as variáveis que melhor operacionalizariam a função de comando das teorias. A tabela abaixo lista as variáveis selecionadas, segundo o *codebook* desta *data release*, as recodificações por nós efetuadas para as uniformizar e as variáveis *dummy* que criamos. No sentido de facilitar a identificação deixamos na língua original as definições de cada variável.

Previamente a todas as análises estatísticas executadas no SPSS, versão 21, os dados foram sujeitos ao ponderador populacional e todas as análises multivariadas foram determinadas através do método Enter.

Name	Label	Question	Valores		Variáveis recodificadas	Variáveis dummy
gndr	Gender	All rounds: CODE SEX, respondent	Value, Label 1, Male 2 ,Female 9, No answer		Recodificada 1->0 – Feminino 2->1 – Masculino	Género: Base = Feminino 0 – Feminino 1 - Masculino
hhmb	Number of people living regularly as member of household	All rounds: Including yourself, how many people – including children - live here regularly as members of this household?	Value, Label 77, Refusal 88, Don't know 99, No answer		Recodificada 1 – 1pessoa 2 – 2pessoas 3 – 3pessoas 4 – 4pessoas 5 – 5 ou mais pessoas 77 Refusal 88 Don't know 99 No answer	
Agea	Age of respondent, calculated	All rounds: Age of respondent, calculated	Value, Label 999, Not available		Sem alteração	
cntry	Country	All rounds: Country	Value, Label AT Austria BE Belgium BG Bulgaria CH Switzerland CY Cyprus CZ Czech Republic DE Germany DK Denmark EE Estonia ES Spain FI Finland FR France GB United Kingdom GR Greece HR Croatia HU Hungary	Value, Label IE Ireland IL Israel IS Iceland IT Italy LT Lithuania LU Luxembourg NL Netherlands NO Norway PL Poland PT Portugal RU Russia SE Sweden SI Slovenia SK Slovakia TR Turkey UA Ukraine	Países seleccionados: 0 - PT Portugal 1 - BE Belgium 2 - CH Switzerland 3 - DE Germany 4 - DK Denmark 5 - ES Spain 6 - FI Finland 7 - FR France 8 - GB United Kingdom 10 - IT Italy 11 - NL Netherlands 12 - NO Norway 15 - SE Sweden	Países: Base = Portugal 0 - PT Portugal 1 - BE Belgium 2 - CH Switzerland 3 - DE Germany 4 - DK Denmark 5 - ES Spain 6 - FI Finland 7 - FR France 8 - GB United Kingdom Kingdom 10 - IT Italy 11 - NL Netherlands 12 - NO Norway 15 - SE Sweden

Name	Label	Question	Valores		Variáveis recodificadas	Variáveis dummy
marital	Legal marital status	ESS1, ESS2: Could I ask about your current legal marital status? Which of the descriptions on this card applies to you?	Value, Label 1, Married 2, Separated 3, Divorced 4, Widowed 5, Never married 7, Refusal; 8, Don't know; 9, No answer		Recodificada: 5 -> 1 – Solteiro 1 -> 2 – Casado 2/3 -> 3 – Divorciado 4 -> 4- Viúvo 7 Refusal 8 Don't know 9 No answer	Estado de viuvez: Base = Viúvo(a) 0 – Não 1 - Sim
marlfr	Legal marital status, France	ESS1, ESS2: Could I ask about your current legal marital status? Which of the descriptions on this card applies to you?	Value, Label 1, Married 2, Separated 3, Divorced 4, Widowed 5, Never married 6, Pacte de solidarité 7, Refusal; 8, Don't know; 9, No answer		Recodificada: 5 -> 1 – Solteiro 1/6 -> 2 – Casado 2/3 -> 3 – Divorciado 4 -> 4- Viúvo 7 Refusal 8 Don't know 9 No answer	
maritala	Legal marital status	ESS3, ESS4: Could I ask about your current legal marital status? Which of the descriptions on this card applies to you?	Value, Label 1, Married 2, In a civil partnership 3, Separated (still legally married) 4, Separated (still in a civil partnership) 5, Divorced	6, Widowed 7, Formerly in civil partnership, now dissolved 8, Formerly in civil partnership, partner died 9, Never married and never in civil partnership 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer	Recodificada: 9 -> 1 – Solteiro 1/2 -> 2 – Casado 5 -> 3 – Divorciado 6/8 -> 4- Viúvo 77 -> 7 Refusal 88 -> 8 Don't know 99 -> 9 No answer	
maritalb	Legal marital status, post coded	ESS5, ESS6: POST CODE: MARITAL STATUS	Value, Label 1, Legally married 2, In a legally registered civil union 3, Legally separated 4, Legally divorced/civil union dissolved 5, Widowed/civil partner died 6, None of these (NEVER married or in legally registered civil 77, Refusal; 88,, Don't know; 99 No answer		Recodificada: 6 -> 1 – Solteiro 1/2 -> 2 – Casado 3/4 -> 3 – Divorciado 5 -> 4- Viúvo 77 -> 7 Refusal 88 -> 8 Don't know 99 -> 9 No answer	
marsts	Legal marital status	ESS5, ESS6: This question is about your legal marital status not about who you may or may not be living with. Which one of the descriptions on this card describes your legal marital status now?	Value, Label 1, Legally married 2, In a legally registered civil union 3, Legally separated 4, Legally divorced/civil union dissolved	5, Widowed/civil partner died 6, None of these (NEVER married or in legally registered civil 66, Not applicable 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer	Recodificada: 6 -> 1 – Solteiro 1/2 -> 2 – Casado 3/4 -> 3 – Divorciado 5 -> 4 - Viúvo 77 -> 7 Refusal 88 -> 8 Don't know 99 -> 9 No answer	

Name	Label	Question	Valores	Variáveis recodificadas	Variáveis dummy
happy	How happy are you	All rounds: Taking all things together, how happy would you say you are?	Value, Label 0, Extremely unhappy 1, 1 2, 2 3, 3 4, 4 5, 5 6, 6 7, 7 8, 8 9, 9 10, Extremely happy 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer	Sem alteração	
sclmeet	How often socially meet with friends, relatives or colleagues	All rounds: Using this card, how often do you meet socially with friends, relatives or work colleagues?	Value, Label 1, Never 2, Less than once a month 3, Once a month 4, Several times a month 5, Once a week 6, Several times a week 7, Every day 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer	Recodificada: 1 -> 1 Nunca 2/3 -> 2 Baixa densidade 4/5 -> 3 Média densidade 6/7 -> 4 Alta densidade	Rede sociabilidade: Base = Nunca 0 – Não 1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
health	Subjective general health	All rounds: How is your health in general? Would you say it is ...	Value, Label 1, Very good 2, Good 3, Fair 4, Bad 5, Very bad 7, Refusal; 8, Don't know; 9, No answer	Recodificada: 1/2 -> 0 Muito boa/Boa 3 -> 1 Fraca 4/5 -> 2 Má/Muito má 7 Refusal 8 Don't know 9 No answer	Estado de saúde: Base =Boa/Muita boa 0 - Muito boa/Boa 1 – Fraca 2- Má/Muito má
rlgatnd	How often attend religious services apart from special occasions	All rounds: Apart from special occasions such as weddings and funerals, about how often do you attend religious services nowadays?	Value, Label 1, Every day 2, More than once a week 3, Once a week 4, At least once a month 5, Only on special holy days 6, Less often 7, Never 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer	Recodificada: 7 -> 0 – Nunca 1/2 -> 1 Baixa frequência 3/4 -> 2 Média frequência 5/6 -> 3 Alta frequência	Atividade religiosa: Base = Nunca 0 – Nunca 1 - Baixa frequência 2 - Média frequência 3 - Alta frequência

Name	Label	Question	Valores	Variáveis recodificadas
hinctnt	Household's total net income, all sources	<p>ESS1, ESS2, ESS3: Using this card, if you add up the income from all sources, which letter describes your household's total net income? If you don't know the exact figure, please give an estimate. Use the part of the card that you know best: weekly, monthly or annual income.</p>	<p>Value, Label 1, J 2, R 3, C 4, M 5, F 6, S 7, K 8, P 9, D 10, H 11, U 12, N 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer</p>	<p>Recodificada: 1 J - 1st decile 2 R - 2nd decile 3 C - 3rd decile 4 M - 4th decile 5 F - 5th decile 6 S - 6th decile 7 K - 7th decile 8 P - 8th decile 9 D - 9th decile 10/11/12 - > H - 10th decile 77 Refusal 88 Don't know 99 No answer</p>
hinctnta	Household's total net income, all sources	<p>ESS4, ESS5, ESS6: Using this card, please tell me which letter describes your household's total income, after tax and compulsory deductions, from all sources? If you don't know the exact figure, please give an estimate. Use the part of the card that you know best: weekly, monthly or annual income.</p>	<p>Value, Label 1, J - 1st decile 2, R - 2nd decile 3, C - 3rd decile 4, M - 4th decile 5, F - 5th decile 6, S - 6th decile 7, K - 7th decile 8, P - 8th decile 9, D - 9th decile 10, H - 10th decile 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer</p>	
stflife	How satisfied with life as a whole	<p>All rounds: All things considered, how satisfied are you with your life as a whole nowadays? Please answer using this card, where 0 means extremely dissatisfied and 10 means extremely satisfied.</p>	<p>Value, Label 0, Extremely dissatisfied 1, 1 2, 2 3, 3 4, 4 5, 5 6, 6 7, 7 8, 8 9, 9 10, Extremely satisfied 77, Refusal; 88, Don't know; 99, No answer</p>	<p>Sem alteração</p>